



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

INTEGRAÇÃO, IDENTIDADE E UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Cândida Beatriz Alves

Brasília, abril de 2013



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde

INTEGRAÇÃO, IDENTIDADE E UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Cândida Beatriz Alves

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, área de concentração: Desenvolvimento Humano e Educação

ORIENTADORA: PROFA. DRA. REGINA LÚCIA SUCUPIRA PEDROZA

Brasília, abril de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza - Presidente
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira - Membro
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ana Lúcia Galinkin - Membro
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino - Suplente
Universidade de Brasília

Brasília, abril de 2013

Aos meus pais, que me fizeram
amar os livros e o conhecimento

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que, direta e indiretamente, me ajudaram durante esse período, com apoio, amizade e amor. A todas elas, meu sincero agradecimento. Menciono aqui apenas algumas, a quem agradeço de forma especial.

Primeiramente, ao João, pelo amor e carinho, companhia delicada e dedicada ao longo de todo o percurso. E vida afora.

À minha mãe, meu pai, minha irmã e irmão, que, mesmo quando distantes fisicamente, sempre estiveram presentes, me apoiando em tudo, incondicionalmente.

Às minhas queridas amigas e companheiras de mestrado: Polianne, Daniela, Thamires, e Marcella, que nunca deixaram o mestrado se tornar monótono ou solitário, muito pelo contrário! A cada uma de vocês de modo diferente e especial, agradeço pela divertida companhia nas horas de biblioteca, pelos cafés, pelas trocas e discussões enriquecedoras.

À minha querida orientadora e amiga Regina Pedroza, que, desde o meu primeiro semestre na graduação, tem sido uma importante referência e companheira na troca de ideias e ideais.

Agradeço também às professoras Maria Cláudia Lopes de Oliveira, Ana Galinkin e Lúcia Pulino, por aceitarem fazer parte da minha banca e por representarem para mim referências de profissionais e intelectuais.

Gostaria de agradecer também à professora Simone Lima, companheira nas aulas de FDA, por fortalecer em mim uma proposta utópica do ser professor.

Por fim, ao CNPq, pelo importante apoio financeiro na realização desta pesquisa.

*Cantarás en palabras hispano-portuguesas,
araucanas, mestizas, guaraníes y quechuas
Miremos hacia adentro la cultura profunda*

Falta y resto, Murga uruguiaia

Resumo

A América Latina surgiu enquanto continente e espaço simbólico muito tempo após a conquista territorial. Isso envolveu diversos atores sociais, políticos, institucionais e culturais. O processo de colonização significou o encontro entre diferentes povos e culturas, entre os quais havia desigualdades nas relações de poder. A relação entre os países da América Latina foi historicamente marcada por aproximações e tensões, tendo em vista semelhanças e diferenças histórico-culturais, mas também escolhas políticas e econômicas. Nos últimos anos, a integração latino-americana tem recebido grande atenção, originando medidas de aproximação em diferentes âmbitos. Destacamos, neste trabalho, a universidade como lócus privilegiado de uma integração que se pretenda autêntica e duradoura, baseando-se, para isso, na criação de vínculos intersubjetivos e identitários. Nesse contexto, trazemos o conceito de identidade como o posicionamento subjetivo do ser humano diante de uma realidade histórica e social que o leva a sentir que compartilha conteúdos simbólico-afetivos com outros indivíduos, compondo assim um grupo ao qual há um sentimento de pertença. A identidade é fenômeno dinâmico e flexível, que emerge distintamente em diferentes situações nas quais se encontra o sujeito. Toma-se como perspectiva teórica a Psicologia histórico-cultural, segundo a qual o ser humano se relaciona com o mundo por intermédio de conteúdos simbólico-afetivos, compartilhados com outros indivíduos e construídos historicamente. Nosso objetivo geral neste trabalho foi investigar possível vinculação identitária à América Latina expressa por estudantes de diferentes países latino-americanos no âmbito da universidade. Foram feitas 16 entrevistas semiestruturadas, com estudantes de graduação da Universidade de Brasília de sete nacionalidades: 11 estrangeiros e cinco brasileiros. As entrevistas foram analisadas com base no método de análise de conteúdo, segundo o qual as falas são agregadas em unidades de significação. Foram elas: diferenças e semelhanças na América Latina; identidade e alteridade na relação entre América Latina, Estados Unidos e Europa; relação entre Brasil e países hispano-americanos; identidade latino-americana; integração e universidade na América Latina. As concepções de América Latina revelaram uma dialética entre semelhanças e diferenças, em que frequentemente a diversidade foi levantada como fator agregador no continente. Entretanto, reconheceu-se um desequilíbrio nas relações de poder e valorização cultural no continente. Ademais, a região foi constantemente associada a problemas políticos, econômicos e sociais, o que apareceu como homogeneizador da América Latina, significando-a pela falta e negação. Observou-se também constante oposição entre a América Latina, por um lado, e Estados Unidos e Europa, por outro, com a primeira região sempre ocupando lugar de inferioridade. Notou-se um afastamento do Brasil com relação ao restante da América Latina, descrito muito mais como uma autoexclusão. Essas dimensões foram essenciais para o entendimento dos conteúdos simbólico-afetivos que baseavam o vínculo identitário dos estudantes à América Latina. Expresso por alguns, este não pôde ser generalizado. Percebeu-se a necessidade de ressignificar a identidade latino-americana, valorizando sua diversidade e criando vínculos de solidariedade no continente. Reforçamos a necessidade de novas pesquisas sobre identidade latino-americana e sobre como iniciativas de integração contribuem para a criação de laços intersubjetivos entre as populações dos países.

Palavras-chave: América Latina, integração, identidade, universidade

Abstract

Only long after its territorial conquest, Latin America came up as a continent and a symbolic space, involving several social, political, institutional and cultural actors. The colonization process has implied the meeting between different people and cultures, each of them with differences within their power relations. Relations between the Latin American Countries have been historically marked by approximations and tensions in view of historical-cultural similarities and differences as well as political and economic choices. Latin America integration has recently called significant attention and has given origin to approximation measures in different scopes. Within the framework of the present study, the privileged position of the university for authentic and lasting integration has to be emphasized as regards the establishment of intersubjective and identity linkages. In this connection, the concept of identity is being presented here as the subjective positioning of an individual in face of such an historical and social reality that gives him the impression to share symbolic-affective contents with others, thus forming a group with a sense of belonging. Identity has to be regarded as dynamic and flexible phenomenon that arises under different shapes in varied situations of a subject. Historical-cultural Psychology has been taken as theoretical perspective due to its premise to consider the individual in the frame of his environmental relations by means of those symbolic-affective relations he shares with other individuals and that have been historically built up to others. It has been our general aim to investigate a possible Latin American identity linkage of university students from different Latin American countries. 16 semi-structured interviews have been made with graduate students of seven different nationalities of the University of Brasilia: 11 foreigners and five Brazilians. Interviews have been analyzed based on the methods of content analysis, in a way that speech aggregates into signification unities, those being: differences and similarities in Latin America; identity and alterity in relations between Latin America, United States and Europe; relations between Brazil e Hispano-American countries; Latin American identity; integration and university in Latin America. The concepts on Latin America uncovered a dialectics of similarities and differences where diversity frequently is seen as an aggregating factor on the continent. Nevertheless, a disequilibrium within power relations and cultural appreciation could be recognized. Furthermore, the region has been constantly associated to political, economic and social problems, showing up as homogenizer of Latin America through lack and negation. A steady opposition between Latin America, United States and Europe has also been observed, in a way that the former usually holds an inferior position. Strong separation of Brazil from the remainder of Latin America has been seen in terms of autoexclusion. Those dimensions have to be understood as essential for the symbolic-affective contents that form identity linkages of Latin American students. The necessity to give new meanings to Latin American identity seems to be urgent as for its diversity appreciation and solidarity linkages. Closer investigations on Latin American identity and on how integration initiatives may contribute to form intersubjective bounds between the people need to be done.

Keywords: Latin America, integration, identity, university

SUMÁRIO

Agradecimentos	v
Resumo.....	vii
Abstract	viii
Lista de Tabelas.....	xi
CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1. ENCONTROS E DESENCONTROS DA TRAJETÓRIA LATINO-AMERICANA ...	4
2.1.1. América Latina: problematizando o nome e a ideia	5
2.1.2. Um olhar histórico sobre aproximações e afastamentos no contexto latino-americano	11
2.1.3. Integração latino-americana	16
2.2. IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO.....	20
2.2.1. O sujeito na Psicologia histórico-cultural: a dialética entre social e subjetivo	20
2.2.2. Subjetividade e Identidade	23
2.2.3. Identidade nacional e identidade... continental?	28
2.2.4. Problematizando uma identidade latino-americana.....	34
2.3. A UNIVERSIDADE COMO LÓCUS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	41
2.3.1. A Educação Superior na América Latina.....	41
2.3.2. A Universidade no Brasil	44
2.3.3. A Universidade de Brasília: realidade e utopia.....	46
2.3.4. Universidades na América Latina: lócus de integração.....	49
CAPÍTULO 3 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	58
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA	59
4.1. Pressupostos Metodológicos	59
4.2. Contexto e Participantes	61
4.3. Procedimentos e instrumentos da pesquisa de campo	64
4.4. Procedimentos de análise	65
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
5.1. Diferenças e semelhanças na América Latina.....	68
5.1.1. Diferenças.....	69
5.1.2. Semelhanças.	72
5.2. Identidade e alteridade na relação entre América Latina, Estados Unidos e Europa	82
5.3. A relação entre o Brasil e os países hispano-americanos na América Latina	89
5.3.1. Brasileiros.....	89
5.3.2. Estrangeiros	93
5.3.3. Os diferentes idiomas na América Latina	99
5.4. Identidade latino-americana.....	105
5.5. Integração na América Latina.....	117
5.5.1. A universidade como lócus de integração.....	122

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
ANEXOS	140
ANEXO 1. Parecer do Comitê de Ética.....	141
ANEXO 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	142
ANEXO 3. Roteiro para entrevista semiestruturada com estrangeiros.....	143
ANEXO 4. Roteiro para entrevista semiestruturada com brasileiros	144

Lista de Tabelas

Tabela 1. Caracterização dos participantes da pesquisa.....	63
---	----

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Como todo processo criativo, a elaboração de uma pesquisa de mestrado revela-se como algo extremamente pessoal. A escolha de um tema, de uma questão que nos instiga, irremediavelmente traz estampada em si algo sobre a trajetória e a identidade daquele que realiza a escolha. Por outro lado, também essa decisão se mostra motivo de angústia e inquietação: afinal, dois anos – que certamente farão eco nos anos seguintes – são um longo tempo de convivência para que se opte de maneira leviana.

Assim, considero de grande importância tratar dos motivos que me levaram a essa pesquisa. Em especial, a razão porque me propus a trazer tal tema – América Latina – para a Psicologia, e não deixá-la nos espaços acadêmicos considerados ‘naturais’ para ela: História, Ciências Sociais, Ciência Política ou Relações Internacionais. De fato, em diversas ocasiões em que me era perguntado o tema da minha pesquisa, pude constatar essa estranheza.

Sempre me interessei muito por história e política; contudo, o envolvimento cada vez mais intenso com áreas deveras abstratas da Psicologia, ao longo da graduação, acabou me fazendo deixar de lado tais interesses, tratando de sujeitos e desejos em um vazio histórico e político. Mesmo aqueles campos que diziam valorizar o contexto social e cultural do indivíduo, pareciam fazê-lo apenas teoricamente, ou com foco em uma esfera social e cultural bastante restrita.

Ao final do curso de graduação, decidi deixar a Psicologia temporariamente e me ocupar com o campo das Relações Internacionais. O contato com as áreas de História Mundial, História do Brasil, Economia, Política Internacional, Direito, entre outros assuntos, me ajudou a colocar o sujeito em um mundo real, concreto, com a presença de dimensões econômicas, diretrizes políticas e fatores históricos totalmente desconhecidos dos estudantes de Psicologia.

Ao longo desse período, tive a oportunidade de aprender sobre vários assuntos que eu nem imaginava existirem. E onde entra aí a América Latina? Durante meus estudos, ouvi e li repetidas vezes que a América Latina era uma das prioridades da política internacional do governo, um dos principais itens de nossa “agenda”. Sobretudo durante o mandato do presidente Lula, iniciativas de integração foram bastante fomentadas. Uma das principais preocupações declaradas do governo brasileiro neste período era a de se aproximar dos outros países latino-americanos, remediando o comportamento antigo de ignorá-los, voltando-se sempre para os EUA e para a Europa. Não se tratava de ignorar ou opor-se a estes últimos, mas de criar laços de solidariedade na América Latina e estabelecer uma relação de igualdade com outras regiões do globo.

Claro está que tais iniciativas não podem ser entendidas de forma ingênua, afinal, a integração latino-americana é parte de uma política de governo, que visa buscar vantagens estratégicas e se fortalecer no cenário mundial. Contudo, como abordarei ao longo desta

dissertação, foi se tornando cada vez mais claro, para diversos presidentes da região, as vantagens potenciais em se voltar para um continente tão esquecido ao longo da história.

Nesse contexto, uma das preocupações que eu via surgindo era que essas iniciativas de integração não ficassem restritas às esferas política e econômica. Uma integração real, que pudesse se estender ao longo da história – não tão dependente da vontade política de alguns governantes –, precisaria necessariamente unir as pessoas. Ao longo dessa dissertação, terei a oportunidade de apresentar algumas iniciativas nesse sentido.

Após esse período, em que estive envolvida com a área de Relações Internacionais, decidi voltar para o mestrado na Psicologia, com o propósito de, em minha pesquisa, articular temas amplos de história e política internacional com a vivência subjetiva de indivíduos, entendendo o contexto histórico e político como essencial no processo de desenvolvimento humano.

Atenta a esses aspectos, interessou-me então investigar até que ponto existiria um sentimento de ser latino-americano que fosse compartilhado pelas pessoas no continente. Falava-se tanto em integração, mas como e até que ponto esta era percebida por seus habitantes? Em suma, frente às várias medidas tomadas pelos governos de diversos países na América Latina no sentido de uma maior integração social e cultural entre suas populações, surgiu-me a questão de em que medida um sentimento identitário de pertença à América Latina – como um símbolo – vinha sendo compartilhado por seus habitantes. Escolhi, para tratar do assunto, o âmbito dos intercâmbios universitários, uma vez que este tem sido visto, na literatura sobre o tema, como uma iniciativa privilegiada para combater desconhecimentos mútuos e promover a integração no nível interpessoal (Ricobom, 2010).

Assim se compôs o foco dessa pesquisa – integração, identidade e universidade na América Latina. Para acercá-lo, dividi o capítulo de fundamentação teórica desta dissertação em três partes. A primeira, intitulada “Encontros e desencontros da trajetória latino-americana”, tem o propósito de abordar o contexto amplo da pesquisa: em primeiro lugar, buscamos problematizar o termo América Latina, apontando as vicissitudes pelas quais a consagração do termo passou e os questionamentos que o envolvem. A seguir, tendo em vista nosso objetivo neste trabalho, demos especial atenção aos movimentos de aproximação e afastamento entre os diversos países da América Latina, bem como à interação do Brasil com as nações de colonização espanhola.

A segunda parte da Fundamentação teórica é intitulada “identidade, subjetividade e o contexto latino-americano”. Esta aprofunda, a partir da Psicologia histórico-cultural, a noção de identidade, conceito-chave para a presente pesquisa, articulando-a com a noção de subjetividade. Em seguida, tratamos da temática das identidades nacionais, a fim de propor meios conceituais para se pensar uma possível identidade latino-americana. Abordamos, também, como o ‘ser latino-americano’ foi visto e teorizado ao longo dos últimos séculos.

Na última parte de nossa Fundamentação teórica, intitulada “A universidade como lócus de integração latino-americana”, remetemo-nos ao contexto específico de realização de nossa

pesquisa. Iniciamos com um resgate histórico das universidades na América Latina e das transformações pelas quais estas passaram. A seguir, abordamos mais especificamente o contexto brasileiro, culminando na construção da Universidade de Brasília e os princípios que fundamentaram sua criação. Por fim, tratamos da universidade como espaço privilegiado para a integração e desenvolvimento de vínculos interpessoais, abordando iniciativas já existentes nesse sentido na América Latina.

Na sequência, apresentamos o objetivo geral e os objetivos específicos de nossa pesquisa. Diante do nosso objetivo geral de investigar uma possível vinculação identitária à América Latina expressa por estudantes de diferentes países latino-americanos no âmbito da universidade, buscamos uma metodologia que nos permitisse lográ-lo. Esta é elucidada em nosso Capítulo 4, em que explicitamos os nossos pressupostos metodológicos, o contexto de realização da pesquisa, os participantes, os procedimentos e instrumentos utilizados na pesquisa de campo e, por fim, os procedimentos de análise das entrevistas. Foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com estudantes de graduação da Universidade de Brasília, de sete nacionalidades latino-americanas distintas.

O quinto capítulo é destinado aos resultados e à discussão das entrevistas realizadas. Este está dividido nos seguintes temas: diferenças e semelhanças na América Latina; identidade e alteridade na relação entre América Latina, Estados Unidos e Europa; a relação entre o Brasil e os países hispano-americanos na América Latina; identidade latino-americana; integração e universidade na América Latina.

Por fim, apresentamos as nossas Considerações Finais, com reflexões sobre o percurso teórico e empírico realizado e questões para estudos futuros.

.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ENCONTROS E DESENCONTROS DA TRAJETÓRIA LATINO-AMERICANA

Surgida como apêndice da economia europeia, no contexto da expansão marítima ibérica, a América Latina constituiu-se a partir do olhar estrangeiro ao longo dos séculos de colonização e nos seguintes. Aqui se encontraram portugueses, espanhóis, africanos, indígenas e outros, existindo entre estes nítidas relações de poder, que conformaram a organização social e ditaram rumos culturais e históricos. Segundo Mignolo (1991), a própria ideia de uma América caracterizada como Latina é expressão do domínio colonial sobre as terras do Novo Mundo, em detrimento dos povos nativos ou daqueles trazidos para cá a fim de servirem como escravos – da mesma forma que as denominações ‘africano’ e ‘indio’ não faziam sentido antes da empreitada colonial (Quijano, 2000).

Assim, nomear uma extensão de terra de tamanho tão expressivo a partir do marco colonizador pode revelar-se deveras simplista. Tendo em vista a pluralidade de interações aqui estabelecidas e seus desdobramentos em trajetórias repletas de singularidades, falar em uma identidade latino-americana mostra-se problemático, já que suscita questionamentos acerca da existência desse sentimento subjetivo em face de um grupo de dimensões continentais. A forte conformação a partir do exterior desse amplo espaço geográfico-histórico-cultural que abarca os países entre o México e o Chile torna controversa a ideia de uma unidade latino-americana que se justifique a partir do seu interior.

A construção do sentimento de pertença às novas terras deu-se na interação complexa entre vínculos históricos, tradições compartilhadas e relações que iam sendo tecidas com o Novo Mundo. Aos poucos, os indivíduos aqui estabelecidos passavam a ver-se como originários destas terras, e não mais como europeus ou africanos deslocados (com relação aos indígenas que tiveram maior contato com os brancos, pode-se falar em um processo de crescente naturalização da nova ordem). Isso esteve na base da construção das identidades nacionais, processo ocorrido ao longo do século XIX e início do século XX, como veremos adiante. Historicamente, no entanto, observou-se um distanciamento dos países latino-americanos entre si – sobretudo entre o Brasil e os demais países, de tradição hispânica – frequentemente em favor de interesses externos. Isso dificultou a constituição, em termos históricos, de um sentimento de pertença à América Latina (Donghi, 1975).

A fim de falarmos sobre uma identidade latino-americana, é essencial fazermos antes uma incursão na história da América Latina e da relação dos países dessa região entre si. Neste capítulo, iniciaremos com uma discussão acerca do surgimento da ideia e do nome ‘América Latina’, numa tentativa de problematizar e desnaturalizar o termo. A seguir, falaremos da relação histórica entre

os países latino-americanos e, enfim, discorreremos sobre a trajetória de integração latino-americana, que passou por diversas perspectivas e concepções, até chegar a um ponto em que há muitas vozes no continente defendendo a necessidade de uma integração social e cultural.

No entanto, antes de começarmos, faz-se necessária a explicação de que, no presente trabalho, nos referiremos à América Latina como um continente, e não como um subcontinente. Concordamos com o filósofo e historiador uruguaio Arturo Ardao (1980), quando este diz:

Al cabo de una intrincada peripecia historica, la expresión América Latina ha venido a quedar consagrada en los últimos tiempos como denominación, no ya de un sub-continente, sino de un continente. Cualesquiera sean las conceptuaciones y delimitaciones geográficas, más o menos discutidas, esa expresión alude hoy en el plano político y cultural, a una entidad continental autónoma, del mismo orden, por ejemplo, que Europa, Asia, Africa o Norteamérica (Ardao, 1980, p.16).

No entanto, como debateremos ao longo deste capítulo, há uma dialética permanente entre a ideia de América Latina, a ideia de América e das suas demais partes constituintes, sobretudo a de América do Norte.

2.1.1. América Latina: problematizando o nome e a ideia

Em primeiro lugar, é importante entendermos a origem do termo América Latina, a fim de desconstruirmos seu caráter já corriqueiro e naturalizado. A fim de fazermos esse percurso histórico, utilizaremos a tese de Ardao (1980), segundo a qual a ideia e o nome – para usar os termos do autor – de ‘América Latina’ passaram por um processo de gênese de três etapas: na primeira, não há nem a ideia, nem o nome; na segunda, surge a ideia, mas ainda não há o nome; na terceira, o nome se junta à ideia, consolidando a noção de América Latina. O próprio autor esclarece que o termo ‘ideia’, com todo o espaço que abre a controvérsias, deve ser entendido de maneira ampla e em planos distintos, desde o lógico até o metafísico, defendendo que tal temática não pode ser abordada por uma única disciplina (Ardao, 1980).

O primeiro momento descrito pelo autor vai da conquista até o primeiro terço do século XIX, quando então não havia ainda nem a ideia de uma América designada como latina, tampouco seu nome. Este é um período que abrange a colonização do território, em que os vínculos são preponderantemente locais e o intercâmbio ocorre, sobretudo, com as metrópoles. Para Ardao (1980), há um momento de transição entre a primeira e a segunda etapas descritas por ele. Este ocorre no período das independências nacionais, no início do século XIX, quando a ideia de unidade latino-americana surge com força crescente, em uma tentativa de desligar-se das ex-metrópoles coloniais. Esse latino-americanismo era enfatizado por descendentes europeus nascidos no Novo Mundo, que queriam afirmar seu domínio sobre aqueles territórios, em oposição ao domínio europeu. É importante destacar, no entanto, que tal afirmação de uma latinidade ignorava

completamente os povos originários daquelas terras, submetidos à exploração e à aniquilação física e cultural (Mignolo, 2005).

O segundo momento descrito por Ardao (1980), no qual surge a ideia, mas ainda não há o nome, se estende de fins da década de 1830 a fins da década de 1850. Nesse período, começa a se consolidar, tanto no continente quanto fora dele, a ideia da latinidade de toda a região abaixo do México, ou seja, a imagem de uma parte da América vista como latina. Nessa época, tal noção é bastante explorada por escritores franceses que começam a distinguir, no Novo Mundo, duas grandes áreas determinadas pelas etnias (ou raças, no dizer da época), que levavam a cabo sua ‘civilização’ respectiva: a saxã e a latina. Essa doutrina francesa recebe o nome de Panlatinismo, tendo sido formulada durante o governo do imperador francês Napoleão III, que defendia “a unidade de todos os povos de raça latina” (Feres Jr, 2005, p. 53). Segundo o argumento imperialista, sendo latina essa parte da América, legitimar-se-ia seu domínio por parte de potências europeias com essa origem – como a França –, mesmo em período em que a maioria dos países da região já era formalmente independente (Mignolo, 2005). Tal posicionamento serviu para justificar, entre outras medidas, intervenções francesas no México, que resultaram em fracasso (Feres Jr, 2005).

No terceiro momento descrito por Ardao (1980), que começa no fim da década de 1850, surge então o termo composto América Latina. Como registro formal, seu primeiro uso aparece em 1856 no poema *Las Dos Américas*, do jornalista, crítico e escritor colombiano radicado na Europa José Maria Torres Caicedo. No poema, o escritor pretende contrapor a América Latina à América de colonização inglesa, cujo avanço assustava-o (Feres Jr., 2005).

De fato, Ardao (1980) defende que o termo América Latina deve ser, necessariamente, entendido em relação dialética com sua contraparte, a América Saxã. O fato de o termo América Saxã não ter, por razões históricas, se disseminado da mesma forma que América Latina não significaria, para este autor, que não se deva sempre pensar esta como antítese daquela. Tal ponto interessa-nos sobremaneira na presente pesquisa e será aprofundado.

Dentro desse quadro, o projeto unionista de toda a América, que havia sido formulado pelos EUA tendo como base a Doutrina Monroe de 1823, vai sendo deixado de lado, em favor de um projeto pensado para ser latino-americano. Observa-se, na América Latina, uma crescente vontade política de diferenciação tanto da América de colonização inglesa quanto das antigas metrópoles coloniais europeias. No que se refere aos EUA, a vontade latino-americana de afastamento deste está diretamente ligada ao início das investidas deste país nos vizinhos do Sul (Bueno & Cervo, 2008). Passa-se então paulatinamente do reconhecimento de uma América latina para a afirmação da América Latina.

Escrito em 1926 pelo poeta peruano César Vallejo, exilado na França, o trecho a seguir, a título de ilustração, nos leva a crer que tal denominação já se encontrava consagrada na Europa no início do século XX, ainda que seu conteúdo fosse incerto e manipulado, como sugere o tom

irônico usado pelo autor. Este relata diferentes apropriações do nome América Latina: políticas, comerciais e pessoais.

América Latina. Vedes duas palavras que na Europa têm sido e são exploradas por todos os arrivismos imagináveis: América Latina. Eis aqui um nome que se leva para baixo e para cima, de um a outro bulevar de Paris, de um a outro museu, de uma a outra revista tão meramente literária quanto intermitente. Em nome da América Latina conseguem ficar ricos, conhecidos e prestigiosos. A América Latina se presta a discursos, versos, contos, exposições cinematográficas com músicas, bolinhos, refrescos e ânimos dominicais. Em nome da América Latina cresce a rapinagem em torno dos gabinetes europeus que exploram as humildades jactanciáveis da América, com o objetivo de difundir um folclore e uma arqueologia sem pé nem cabeça e de oferecer decorados apotegmas de sociologia barata. Em nome da América Latina se interpreta o perigoso papel diplomático da oratória, suscetível de bajulações em banquetes e aniversários, em benefício das rutilantes quimeras convencionais da política européia. Estas duas palavras prestam-se a tudo isto. Delas retiram grande proveito pessoal todos aqueles que nada conseguem fazer por conta própria, exceto se agarrar a seu país de procedência, a antecedentes e a referências de família (César Vallejo, citado em Schwartz, 1993, p.185-186).

Diante do que foi falado até aqui, a respeito da trajetória de conformação de uma ideia e do nome América Latina, é importante trazer à discussão a impossibilidade de haver uma representação fixa associada ao nome América Latina. Entendemos que Ardao usou o termo ‘ideia’ referindo-se principalmente ao fato de determinada parte da América começar a ser entendida e delimitada enquanto latina, como clara referência a suas características de colonização. No entanto, devemos nos questionar: como atribuir uma ideia estática a uma região plural, em que se encontraram distintos povos – nativos da região ou estrangeiros –, em encontros e conflitos repletos de singularidade? Como não nos indignarmos diante de uma ideia de América Latina que a vincula diretamente ao colonialismo (Dussel, 1994; Mignolo, 2005)? Dessa forma, não se deve pensar que ao termo América Latina associa-se uma ideia única e não controversa. Dificilmente poderíamos, portanto, usá-la como referência cognitiva sem problematizá-la (Tavolaro, 2009).

Inúmeros foram os autores que, ao longo dos últimos dois séculos, se debruçaram sobre o nome e as possibilidades de entendimento da ideia, explicitando sempre uma tentativa de desvendar o enigma e o caos que se escondem por trás do termo América Latina, com suas peculiaridades históricas e culturais. De fato, enigma, caos, espelho, utopia e labirinto são termos que frequentemente aparecem associados à ideia sempre incógnita de América Latina (Andrade, 1957; Espejo, 2000; Ianni, 2002; Santiago, 2006; Tavolaro, 2009). Como afirma Ianni (2002) sobre esse assunto, tem-se

a impressão de que há sempre algum hiato entre a palavra e a coisa, o conceito e o seu objeto, o pensamento e o pensado. Seja porque o objeto é intrincado e evasivo, seja porque o pensamento ainda não encontrou a sua perspectiva mais fecunda. Enquanto forma de autoconsciência da realidade e, simultaneamente, constitutivo dessa realidade, o pensamento tateia errático, ao acaso do jogo das forças sociais internas e externas ao continente (Ianni, 2002, p. 13).

Na citação acima, observamos a opinião de Ianni (2002) de que há uma relação dialética entre o pensamento e a realidade, uma vez que aquele busca conhecer esta, mas essa tentativa de apreensão é, simultaneamente, constitutiva da realidade. Dessa maneira, devemos ter claro que as formas de apreensão do continente latino-americano serão sempre únicas para cada indivíduo, de modo que este também viverá a realidade latino-americana de forma única. Por outro lado, no entanto, devemos entender que tal apreensão e vivência estão articuladas com o contexto social, histórico, político e cultural no qual está inserido o sujeito.

De fato, certamente terão experiências e representações distintas a respeito do que é a América Latina um trabalhador que migra a diferentes países da região em busca de emprego, muitas vezes se submetendo a situações de exploração; uma família de classe média que faz viagens na região; um estudante que aprende espanhol ou português em seu país; um empresário que trabalha em uma multinacional com filiais em outros países latino-americanos; um imigrante que convive nos Estados Unidos com outros ‘latinos’; um morador de uma comunidade tradicional que pouco sabe sobre países estrangeiros; um pesquisador que escolhe a América Latina como objeto de estudo; e estudantes participantes de intercâmbios acadêmicos na região. Da mesma forma, pessoas de outras áreas do globo, como a América do Norte, a Europa, a África ou a Ásia terão também representações as mais diversas. Além disso, todas essas ideias se modificarão historicamente.

Diante dessa diversidade, não podemos achar que é trivial o fato de uma região tão plural e diversificada, apreendida de forma singular a partir de diferentes configurações sociais e culturais, continuar sendo conhecida por América Latina, tanto interna quanto externamente ao continente, tanto no senso comum quanto no ambiente acadêmico. Tal peculiaridade – a de ter um nome associado a um adjetivo étnico tão disseminado – deve ser analisada com cautela. Isso justifica, por exemplo, que vários autores que tratem do tema iniciem seus trabalhos falando que não seria possível falar em uma América Latina, e sim em ‘Américas Latinas’, uma vez que se trata de uma região que abarca uma enorme diversidade (Tavolaro, 2009).

Tavolaro (2009) reconhece haver vários questionamentos e críticas à ideia de unidade que está implícita no uso de um único termo para traduzir realidades sócio-histórico-culturais tão distintas. Para ele, no entanto, a persistência no uso do nome América Latina – tanto no senso comum como no ambiente acadêmico – leva a crer que este segue denotando uma ‘coisa’, uma espécie de enigma compartilhado intersubjetivamente.

Para esse autor, esse enigma apenas pode ser compreendido quando pensamos no binômio centro-periferia e quando levamos em conta o peso da Modernidade na concepção de América Latina. Tavolaro (2009), da mesma forma como sugeria Ardao (1980), defende que a unificação em torno do nome América Latina, apesar de tamanha diversidade, veio a partir de sua oposição à Europa e aos EUA, estes como legítimos representantes da Modernidade. A assimetria entre Velho e Novo Mundo, preponderante até o século XVIII, é paulatinamente transplantada para dentro do

continente, entre América Latina e EUA. Enquanto estes últimos são os herdeiros autorizados da Europa, os países latino-americanos seriam agora dominados, manipulados e explorados pelos vizinhos ao norte. Os EUA são tidos como superiores à América Latina em todos os aspectos – perdendo apenas no quesito ‘exotismo’ (Tavolaro, 2009).

A colocação em conjunto dos países latino-americanos no discurso histórico vem sempre acompanhada pelos distintivos de sua antimodernidade. Trata-se continuamente daqueles que foram colonizados por ibéricos, que são mestiços, têm a natureza exuberante e são incapazes política, cultural e intelectualmente. Em suma: estão sob a marca do subdesenvolvimento, do atraso moral, cultural e intelectual e, conseqüentemente, do atraso político e econômico (Tavolaro, 2009; Escobar, 2007).

O esforço de ressignificar simbolicamente regiões do globo marcadas pela exploração colonial e conseqüente rebaixamento cultural tem sido feito, ao longo da história, em diferentes áreas. No âmbito acadêmico, destacam-se, na área da América Latina, publicações que apresentam críticas vigorosas às versões da história e aos valores de Modernidade que levaram a América Latina a ser continuamente entendida sob o signo do atraso e da falta (Dussel, 1994; Castro-Gómez, 2000; Quijano, 2000; Mignolo, 2005).

Para Dussel (1994), o mito da Modernidade que baseou a colonização – e que seguiria vigente – baseia-se no pressuposto, ainda que inconsciente, de uma superioridade da Europa, que a obrigaria a impor esse desenvolvimento ao bárbaro atrasado e inferior. Tão forte seria essa obrigação moral que a violência poderia ser usada contra aqueles que se opunham ao processo civilizador, quando então essa violência seria um ato inevitável. Além disso, a Modernidade é vista como inocente frente à culpa dos bárbaros, por estes se oporem à modernização; assim, causar o sofrimento e extermínio de povos atrasados seria inevitável.

Para Dussel (2000), a violência e a negação do Outro exercidas na América Latina explicitam o duplo caráter da Modernidade: internamente, ela representa o triunfo da racionalidade frente aos incivilizados; externamente, ela representa o ápice da irracionalidade, na violência injustificável cometida contra o Outro indígena e africano. O conteúdo mítico da Modernidade a leva à justificação de uma práxis irracional de violência (Dussel, 2000).

Assim, é no constante lugar de alteridade exótica a ser controlada e modernizada que se une a América Latina, como aquela região que, historicamente, deveria substituir seus valores tradicionais por valores modernos, suas estruturas sociais e políticas tradicionais por estruturas modernas (Escobar, 2007).

No entanto, não se deve pensar que tais estigmas foram construídos apenas de fora e impostos.

De fato, seria um enorme equívoco assumir que esses estigmas projetados sobre o ‘Novo Mundo’ originaram-se e foram continuamente alimentados apenas ou mormente ‘desde fora’. Ao contrário

disso, muito cedo tais imagens revelaram-se fundamentais às próprias maneiras através das quais autoidentidades e autorretratos foram construídos por diferentes setores das ‘sociedades latino-americanas’. Isso não implicou em mera imitação de modelos europeus. Ainda assim, elementos dos discursos europeus a respeito do ‘Novo Mundo’ foram adotados, seletivamente pinçados, nos esforços de produção de autoimagens e autoidentidades das sociedades locais (Tavolaro, 2009, p.104-105).

Segundo Santos (2007), pode-se dizer que o que houve nesses países foi não só um genocídio, mas também um epistemicídio, uma vez que os saberes dos povos não brancos foram taxados de ignorantes, primitivos, supersticiosos, e foram relegados ao esquecimento. Esse ataque a seus saberes se refletiu igualmente em sua constituição identitária e subjetiva, pois se traduziu em uma internalização, pelo não branco, da superioridade da civilização branca. Tal condição o fez, em grande medida, aceitar e até mesmo desejar internalizar tais valores – tidos como inquestionavelmente corretos –, ao mesmo tempo em que havia uma negação de si como não branco, como possuidor de outra cultura. Trataremos desse tema como mais detença na terceira parte dessa fundamentação teórica.

O que é importante destacar, portanto, é que uma postura eurocêntrica acerca do que é Modernidade é adotada não somente por europeus e estadunidenses – estes tidos como os continuadores da mentalidade ocidental –, mas subjetivamente imposta sobre todos aqueles que passam a compor a exterioridade do sujeito moderno: aqueles povos que representavam a alteridade do homem civilizado, mas a quem era igualmente imposta a superioridade deste último. Essa introjeção passa então a constituir-los subjetivamente (Mignolo, 2000).

Também sobre essa temática se expressa a famosa obra de Eduardo Galeano (2010), *As veias abertas da América Latina*, em que o autor discorre historicamente sobre a exploração tanto econômica quanto política e cultural sofrida pelos povos latino-americanos. Tal obra teve uma inegável influência sobre a intelectualidade latino-americana a partir da década de 1970, como discutiremos no tópico seguinte.

Acerca do que falávamos acima, sobre a utilização de metáforas como caos, labirinto e enigma, para designar a América Latina, podemos pensar que tal recorrência está ligada justamente ao uso de modelos e parâmetros alheios para entender e pensar a região. Sempre inadequada, sempre exótica, a América Latina se apresentava como selvagem aos olhos do mundo, e as civilizações e culturas que aqui existiam eram todas taxadas com o mesmo rótulo de incivilizadas, distantes do modelo de modernidade e civilização vigente.

De tudo o que foi colocado até aqui, podemos entender que, por um lado, há uma ideia disseminada historicamente que tende a unir a América Latina, qual seja: a de região atrasada e tradicional, que, sob a égide da falta, se opõe aos seus vizinhos ao norte e aos países do outro lado do Atlântico – bem-sucedidos, civilizados e modernos. No entanto, não se pode dizer que tal ideia seja fixa e estática, uma vez que cada habitante desse continente terá uma concepção singular desta, em interação dialética com sua vivência cultural, social e histórica.

Defendemos, portanto, neste trabalho, que a ideia que se tem sobre a América Latina será sempre construída na interação dialética entre a experiência singular e única e os conteúdos compartilhados na cultura, que influem na representação que se tem sobre o que é a região e como o sujeito se sente em relação a ela. Assim, a vinculação ou a falta de vinculação à América Latina como objeto simbólico depende de uma vivência pessoal e afetiva, necessariamente construída na relação com outros.

Desse modo, no presente trabalho, utilizaremos a denominação ‘América Latina’, uma vez que, não obstante seu caráter controverso, este se encontra consagrado tanto no senso comum quanto nas áreas acadêmicas. No entanto, ao longo de todo o trabalho, problematizaremos esse termo, destacando a resignificação simbólica pela qual vem passando, de modo a entender como os povos latino-americanos se apropriam dessa marca e a tornam plural.

2.1.2. Um olhar histórico sobre aproximações e afastamentos no contexto latino-americano

O Brasil, quando comparado aos demais países da América Latina, destaca-se desse conjunto por sua matriz lusitana em oposição à hispânica dos demais. Se, por um lado, importantes diferenças se fazem notar de um ponto de vista histórico, cultural, linguístico e político, não é menos verdade, por outro, que semelhanças significativas unem o Brasil ao restante da América Latina.

Neste tópico, procuraremos tratar dessas semelhanças e diferenças, mostrando como elas se interrelacionam ao longo da história, sobretudo na constituição das diferentes nacionalidades no interior da região. É relevante aqui termos em mente que tanto as convergências quanto as divergências da região devem ser encaradas como construções históricas e políticas, e não como distinções dadas *a priori*. Foram construções históricas de diferenciação que em parte responderam pelo afastamento do Brasil do restante da América Latina e por dificuldades na integração. Por outro lado, são também formulações constituídas histórica e politicamente que estão na base dos processos de integração entre os países e suas populações.

Em termos de aproximações e semelhanças, a primeira que poderíamos mencionar é o modelo similar de colonização, imposto por países da Península Ibérica, próximos cultural e historicamente. Os países latino-americanos estiveram estreitamente vinculados às suas metrópoles durante o período colonial, por meio de uma relação de exploração e adaptação às exigências externas. Assim, a conformação de suas elites se deu a partir de migrantes vindos da Europa, enquanto negros e indígenas serviam como mão de obra, seja na forma da escravidão, seja na forma das *encomiendas*, constituindo assim sociedades com fortes disparidades sociais (Dongui, 1975).

Por outro lado, em termos de diferenciação, é interessante lembrarmos que, após a independência da maioria dos países latino-americanos – no início do século XIX –, o Brasil se orgulhava por ser a única monarquia no continente, e valorizava seus vínculos com a Europa,

taxando as demais nações latino-americanas de repúblicas caudilhistas e instáveis (Fausto, 2008). Outra diferença importante era a imensa quantidade de negros escravizados no Brasil, o que não se observava na mesma medida na maioria dos demais países latino-americanos, povoados sobretudo por indígenas e brancos.

Nesse contexto, deparamo-nos com a reiterada justificativa de que a distância observada entre o Brasil e os países e língua hispânica se deu prioritariamente devido à diferença no idioma. Ainda que entendamos a realidade dos idiomas distintos – mas similares –, nos posicionamos contra a ideia de que tal diferença justifique por si só o distanciamento observado entre esses países. Procuraremos defender neste trabalho que tal afastamento deve ser entendido histórica e politicamente, coerente com nossa concepção de que identidades e alteridades não devem ser entendidas de forma naturalizada, pois se constroem em um processo histórico e dialético.

Nas primeiras décadas do século XIX, a ideia de laços comuns entre os países da América Latina encontrava-se presente no imaginário de alguns personagens importantes, como Simón Bolívar e San Martín (Rossato, 2004). Simón Bolívar tinha a intenção de retomar um ideal de solidariedade ibérica e colocá-lo como base para a união dos povos latino-americanos, que, por falarem línguas ibéricas, terem a mesma cultura e metas semelhantes, deveriam se juntar em uma grande nação fundada na liberdade e na glória. Diferentemente das nações ocidentais, que, para ele, só se preocupavam com o progresso material e cujas relações eram motivadas por interesses, Bolívar via como papel da América Latina difundir esse ideal de solidariedade, primeiramente entre seus povos, e posteriormente entre todas as nações do mundo, criando uma única nação universal calcada na fraternidade (Zea, 1976).

Bolívar opunha-se, assim, ao pan-americanismo propugnado pela Doutrina Monroe, de 1823, que, como vimos, fora proposta pelos EUA e pretendia consagrar o domínio deste país sobre seus vizinhos ao sul, afastando-os da influência europeia. Bolívar defendia, ao contrário, que se fortalecesse a integração dos países ao sul do México, incluindo o Brasil. No entanto, no contexto da época, a vontade política do Brasil de se aproximar da Europa e dos EUA afastava-o de articulações sendo feitas no nível regional. Assim, observa-se que o Brasil era chamado a participar – como demonstra o convite recebido para o Congresso do Panamá em 1826 –, mas não comparecia a todos os encontros de estadistas a nível regional, por não ver tal integração como vantajosa. No entanto, essa não era uma posição exclusiva do Brasil, pois também outros países, ou grupos dentro desses países, tinham conflitos entre si e se opunham à união regional, vendo esta como desinteressante política e economicamente (Bueno & Cervo, 2008).

Isso demonstra a existência, por parte de alguns, da defesa de uma unidade latino-americana tanto apoiada no que havia em comum entre esses países – o passado colonial, a exploração por parte da metrópole etc. –, quanto como forma de oposição a forças de dominação vindas do exterior – que, nesse momento, se referia, sobretudo, à crescente ingerência estadunidense na região. Dessa forma, é possível afirmar que, no nível da ação política, observava-

se em certa medida uma identidade *versus* alteridade, ainda que não como uma visão generalizada entre estadistas e personagens políticos. De fato, como já dito, o Brasil à época estava pouco interessado em seus vizinhos, com exceção daqueles no Cone Sul onde tinha interesses estratégicos, e essa era uma posição também de alguns países hispânicos (Bueno & Cervo, 2008).

Deve-se enfatizar, no entanto, que tal movimento no nível político dificilmente encontrava contrapartida no nível subjetivo, expresso na relação entre habitantes do continente. Percebe-se, nesse ponto, que a ideia de uma América Latina que traduzisse unidade entre os povos aqui estabelecidos seria provavelmente estranha para estes (Donghi, 1975). De fato, no âmbito da América Latina, há uma grande complexidade e especificidade no que concerne ao tema do compartilhamento, por seus povos, de um sentimento de pertença, conforme veremos mais adiante.

Nesse momento – final do século XIX – um autor que teve grande importância foi o cubano José Martí. Em seu texto *Nuestra América*, Martí (1891/2011) fala da necessidade de os povos da América Latina deixarem de lado brigas menores e se unirem, tanto pelas características internas semelhantes, como pela necessidade de se oporem a uma ameaça em comum – que Martí enfatizava como sendo os Estados Unidos, apesar de a Europa também representar, para ele, uma presença nefasta no continente.

Martí (1891/2011) critica a falta de autoestima dos habitantes destas terras, que se envergonhavam de ter matriz indígena e africana e de ter nascido nesses países: essas pessoas, ao enaltecerem a cultura e modo de vida estadunidense e europeu, contribuíam para manter seus países em uma situação de retrocesso. Ou seja, não era o país em si a causa de seus problemas, mas sua história e as pessoas que aí viviam e haviam vivido. Martí critica o enaltecimento exagerado e descabido que se fazia dos livros e do conhecimento europeus, dizendo que estes não se aplicavam à realidade americana. Para ele, essa era inclusive uma das razões para os maus governos da região: os governantes, filhos da elite, se formavam em universidades estrangeiras e não tinham nenhum conhecimento do que caracterizava sua terra (Martí, 1891/2011).

A voz de Martí, no entanto, assim como a de Bolívar, apesar de encontrar apoiadores – e ter um inegável valor até os dias atuais –, não teve efeitos imediatos claros sobre o continente. Ao longo do século XIX e, de forma intensificada, nas primeiras décadas do século XX, os países da América Latina – na figura de seus políticos e intelectuais – ocuparam-se com suas identidades nacionais.

A tarefa de se ocupar com essas identidades envolvia, simultaneamente, entendê-las e criá-las. Além disso, na afirmação do nacional, a diferenciação dos países vizinhos mostrava-se como importante componente. Exemplos do esforço de construção da identidade nacional no Brasil são a Semana de Arte Moderna de 1922 e obras como *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, escrita por Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de 1936, escrita por Sérgio Buarque de Holanda (Madeira & Veloso, 1999).

Em *Raízes do Brasil*, por exemplo, o autor dedica-se, em larga medida, a perceber diferenças entre as duas culturas ibéricas – portuguesa e espanhola –, responsáveis por grande parte da colonização do continente latino-americano (Holanda, 1936/1997). Estas, normalmente tidas como semelhantes, são objeto de escrutínio do autor, que defende a existência de diferenças significativas entre elas – condensadas nas famosas metáforas do semeador e do ladrilhador, a primeira para os portugueses, mais espontâneos, e a segunda para os espanhóis, mais metódicos. O autor segue explorando tais diferenças na obra *Visão do Paraíso*, dessa vez tendo como foco o caráter mais fantasioso dos espanhóis em oposição à postura mais concreta e naturalista dos portugueses (Holanda, 1959/2000). Em ambas as obras, o autor discute como tais diferenças repercutiram na constituição social, cultural, política e institucional das nações hispano-americanas e particularmente do Brasil, contribuindo assim para se pensar a identidade nacional brasileira.

Deve-se observar, igualmente, que a construção da identidade nacional nos países latino-americanos deu-se, em larga medida, na relação com o outro europeu e estadunidense. Estes se transformaram em interlocutores constantes – mesmo quando desinteressados – no processo de formação cultural dessas nações. Tal diálogo, estabelecido com potências exógenas, muitas vezes ofuscou a relação entre países próximos geograficamente. Dentro desse quadro, a principal tarefa com a qual a intelectualidade desses países se confrontou no período pós-independência foi a construção de uma identidade viável, que possibilitasse a esses países figurar no rol das nações ‘civilizadas’, cujo referencial primordial eram as nações europeias (Madeira & Veloso, 1999).

Já nas décadas de 50 e 60, no auge do afã desenvolvimentista, a identidade comum latino-americana voltou a tornar-se relevante. Para Bruit (2000), é nesse período do pós-II Guerra Mundial que o termo América Latina de fato se consagra, associado a uma questão econômica e política amplamente fundada no confronto com a alteridade. Em pesquisa acerca da identidade latino-americana observada no discurso de intelectuais da época, Reichel (2007) levanta, como categoria mais presente, a submissão cultural, política e econômica a potências como os EUA, que deveria ser combatida. Mais uma vez, vemos aqui a identidade latino-americana sendo pensada como oposição aos vizinhos do norte, tidos como imperialistas.

Durante o período em que vários Estados latino-americanos viviam sob ditaduras, as preocupações estratégicas dos regimes militares contribuía para a emergência de desconfianças mútuas e pouca disposição para a cooperação entre os países na região, gerando um sentimento de rivalidade no interior do continente. (Bueno & Cervo, 2008). Por outro lado, no entanto, também durante o período de ditaduras militares, nota-se uma importante aproximação entre intelectuais e artistas de toda a região. Frequentemente no exílio, vivendo em companhia de ‘latinos’ de diferentes países, vários perseguidos políticos da região viam-se em uma situação semelhante e compartilhavam tradições, memórias, medos e expectativas.

Além disso, muitos deles criaram importantes obras que falavam não só do exílio e da situação em seus países, mas também da América Latina como um todo, como um continente que

deveria se unir em luta. Além da famosa obra de Eduardo Galeano, já citada, podemos mencionar, por exemplo, a grandiosa atuação da argentina Mercedes Sosa, como artista inspirada na cultura popular e engajada nas questões políticas da América Latina (Wozniak-Giménez, 2011).

Na ‘Canción con todos’, de Tejada Gómez e César Isella, cantada por Mercedes no disco ‘El grito de la tierra’, de 1970, representa-se a América Latina como uma terra de povos explorados [...]. O artista aparece como aquele que toma consciência deste problema, abraça a América como um todo e entrega sua voz como instrumento de denúncia (‘Toda la piel de América en mi piel/ Y anda en mi sangre un río/ Que libera en mi voz su caudal’). O refrão da música também constitui-se num incentivo à união latino-americana como forma de libertação: ‘Todas las voces todas/ Todas las manos todas/ Toda la sangre puede/ Ser canción en el viento/ Canta conmigo canta/ Hermano americano/ Libera tu esperanza/ Con un grito en la voz’ (Wozniak-Giménez, 2011, p.12).

No campo da intelectualidade, não se pode negar tampouco, no contexto dos anos 60, a importância da Comissão das Nações Unidas para a América Latina – a CEPAL – e de seu teórico principal, o argentino Raúl Prebisch, para pensar as similaridades históricas, econômicas e estruturais dos países latino-americanos. As teses desenvolvidas nesse âmbito – que uniam teóricos de diversos países latino-americanos, entre eles o famoso economista brasileiro Celso Furtado – tiveram significativo impacto na união da intelectualidade latino-americana. A denúncia do comércio internacional desigual entre países industrializados e países ainda predominantemente agrícolas, a formulação do conceito de deterioração dos termos de troca e o incentivo a uma política de industrialização por substituição de importação falavam de uma necessidade dos países latino-americanos se unirem para mudar tal situação (Love, 1996). Nessa esteira insere-se também a importante Teoria da Dependência – com sua também inegável influência sobre a intelectualidade latino-americana da época –, formulada nos anos 70 pelo brasileiro Fernando Henrique Cardoso e pelo chileno Enzo Faletto (Cardoso & Faletto, 2004).

Percebe-se, pelo que foi exposto até aqui, que a trajetória latino-americana, sobretudo a relação do Brasil com os países hispano-americanos, é marcada por convergências e divergências, aproximações e distanciamentos. Além disso, ela não envolve apenas a relação entre nações, mas a maneira como esta influencia relações intersubjetivas e como estas influenciam as primeiras, em uma interação dialética entre social e subjetivo. Esses movimentos são observados tanto no nível político, quanto no nível interpopulacional e subjetivo, nem sempre de forma coerente. Além disso, não se pode negar a influência da intelectualidade e do meio artístico, que frequentemente atuaram – e atuam – como atores políticos fora da esfera governamental, atribuindo ainda maior complexidade à dinâmica social e subjetiva.

O tema da relação dialética entre ações em nível político e relações interpessoais e identitárias será aprofundado no próximo capítulo. A seguir, discutiremos como a temática da integração foi tratada nas últimas décadas, e como tal integração se transformou em projeto de vários agentes políticos do continente.

2.1.3. Integração latino-americana

Na segunda metade do século XX, surgem iniciativas de integração com base principalmente nos argumentos da CEPAL a respeito da necessidade de os países latino-americanos se oporem aos padrões econômicos até então impostos pelos países desenvolvidos. Tais tentativas culminaram, por exemplo, na criação da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), em 1960, e da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1980. Ambas as iniciativas enfrentaram várias dificuldades, sobretudo pela falta de vontade política dos países envolvidos em levá-las adiante (Bueno & Cerro, 2008).

Em publicações na área de Relações Internacionais, a temática da integração latino-americana tem se intensificado nas últimas três décadas, sobretudo com a aproximação entre Brasil e Argentina ao longo da década de 1980, período de redemocratização em ambos países (Santos, 2005) No entanto, como veremos, tais publicações se concentram na relação entre os países e raras vezes na relação entre suas populações (Miranda 2007; Ricobom, 2010).

A integração latino-americana surge principalmente com base na teoria do regionalismo aberto, segundo a qual a integração regional seria a melhor maneira de se proteger dos efeitos negativos do capitalismo globalizado, ao mesmo tempo em que serviria como fortalecimento para a inserção nessa mesma globalização (CEPAL, 1994). O processo de formação de blocos regionais, que teve seu auge na década de 90, baseou-se fundamentalmente na integração econômica, tendo como objetivo primordial a liberalização do comércio entre os países-membros. No entanto, para além das pautas em política externa, a integração latino-americana já vinha sendo demandada também em outras esferas sociais, sobretudo na área cultural e artística (Canclini, 2008).

No final da década de 90 e ao longo dos anos 2000, a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em diversos países da América Latina marcou uma grande virada na relação que estes vinham estabelecendo com atores internacionais que até então ditavam diretrizes políticas e de comércio. Um dos argumentos principais era que o desenvolvimento econômico não poderia ser desvinculado do desenvolvimento social. Este foi talvez o motivo central para pôr fim ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 2005, deixando de lado, assim, uma integração de todo o continente americano que previa apenas acordos de livre-comércio (Bueno & Cerro, 2008).

Dessa forma, a integração política, cultural e social passou a receber grande atenção de estadistas latino-americanos, tornando-se um dos pontos principais em suas agendas políticas (Galvão, 2009). A visão era, por um lado, a de que a América Latina compartilhava de uma posição comum de periferia no cenário global, apresentando problemas socioeconômicos semelhantes. Por outro, a proximidade cultural – fundada, ao mesmo tempo, em uma rica diversidade – deveria ser vista como um fator para romper com desconhecimentos mútuos. Em suma, os principais motivos para essa integração eram não só a proximidade geográfica, mas as semelhanças que uniam esses

países historicamente, a situação socioeconômica similar – o que apontava para as vantagens de ações coordenadas para lidar com esses problemas –, a superação de competições forjadas por projetos políticos muitas vezes submetidos a interesses exógenos e também a percepção de que a união regional seria uma das melhores estratégias para lidar com a globalização (CEPAL, 1994).

Tem se tornado cada vez mais claro, no entanto, na literatura sobre Relações Internacionais e na consciência de agentes políticos, que não é possível uma integração autêntica e de longo prazo sem que os habitantes da região em questão compartilhem um sentimento de pertencimento a esta. Não se trata de ignorar as diferenças, mas de encará-las como fatores que não se sobrepõem às semelhanças e ao sentimento de objetivos em comum; a percepção de que há, nesse sentimento compartilhado de pertença, vantagens subjetivas, onde não se pode negar a importância de fatores simbólicos e afetivos (CEPAL, 2007; Miranda, 2007).

Tendo em vista o processo de globalização acelerado nas últimas décadas, a tendência dos países latino-americanos vinha sendo a de posição subalterna nas decisões globais, sofrendo influências não só em um nível econômico, mas também social e cultural (Morosini, 1999; Canclini, 2008). Como já mencionado, devemos ter sempre em mente o impacto que isso tem na constituição subjetiva dos habitantes dos diversos países da América Latina, acostumados a vivenciar uma situação de rebaixamento cultural.

Para Miranda (2007), um dos fatores importantes da integração latino-americana, tendo em vista a globalização, é o fortalecimento de uma “*reserva de identidad cultural ante el bombardeo de la poderosa industria extranjera del entretenimiento, y de protección ante el avasallamiento que puede significar la globalización/mundialización*” (Miranda, 2007, p.10). A esse autor se somam outros, para quem a América Latina, ao invés de voltar-se exclusivamente para o exterior, tentando se adequar às recomendações vindas de fora, teria muito a ganhar olhando para dentro – não de modo a isolar-se, mas de modo a fortalecer-se para obter uma projeção igualitária no cenário internacional (Canclini, 2008). Ressaltamos, portanto, que não se trata de isolar-se de regiões como os Estados Unidos e a Europa, mas criar um espaço de solidariedade e respeito à diversidade regional, a fim de sair de um lugar de submissão àquelas regiões, da forma como foi historicamente observada.

Nesse contexto, algumas das iniciativas recentes de integração mais significativas no âmbito da América Latina e que envolvem o Brasil são: o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a UNASUL (União de Nações Sul-americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos). Assim, diante do que foi colocado neste capítulo, consideramos importante trazer algumas informações sobre essas iniciativas, a fim de mostrar a culminância, no momento atual, de esforços históricos na América Latina no sentido de uma integração regional.

Em nível intergovernamental, uma série de reuniões interministeriais e cúpulas presidenciais têm ocorrido no âmbito desses grupos regionais. Estas têm dado origem a medidas de adoção direta, bem como a sub-órgãos e entidades que, por sua vez, participam da elaboração de

projetos em esferas específicas. Assim, várias medidas políticas, sociais e culturais têm sido tomadas no sentido de propiciar uma integração entre os habitantes do continente, desde a integração de infraestrutura para facilitar viagens entre os países da região até eventos artísticos e culturais, etc.

Dessa forma, esses blocos possuem – em andamento ou como proposta a ser desenvolvida – esforços concretos de integração que vão além do âmbito meramente econômico e comercial, ou seja, que promovem uma integração entre suas populações, em nível interpessoal. Em nosso entender, tais iniciativas, ao promoverem o relacionamento interpessoal e combaterem o desconhecimento mútuo, fomentam o que vem sendo chamado de uma ‘integração autêntica’, que se funda no desenvolvimento de um sentimento de pertença e de compartilhamento de conteúdos simbólicos (Miranda, 2007; Ricobom, 2010).

O MERCOSUL, criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, envolve a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e, mais recentemente, a Venezuela, além da Bolívia e do Chile como membros observadores. Teve início com propostas de integração econômica e comercial, mas atualmente, o MERCOSUL já possui várias iniciativas de integração em áreas que não apenas a econômica e comercial, por exemplo, o MERCOSUL Cultural, o MERCOSUL Educacional e o MERCOSUL Social, além de grupos especializados nas áreas de Ciência e Tecnologia, Mulher, Informações Ambientais, Migração etc. Cada um destes espaços é responsável por programas que, dentro do escopo de suas respectivas áreas, tem por objetivo promover a integração entre os Estados-membros e suas populações (Paula, 2009).

Um ponto interessante a ser mencionado é o estabelecimento, em 2002, de uma Área de Livre Residência entre os países do MERCOSUL e também Bolívia e Chile. Tal acordo prevê um processo simplificado para que cidadãos de qualquer um desses países obtenham residência temporária por até dois anos na região, com direito também ao trabalho. Após esse período, é possível conseguir a residência permanente de forma mais simples do que estrangeiros vindos de outros países (Brasil, 2009). Tal facilidade tem por objetivo promover o intercâmbio entre os países, com vistas a favorecer a formação de uma comunidade não só no nível econômico, mas também no nível populacional.

Outro importante grupo de Estados no âmbito da América Latina é a UNASUL, criada em 2008, que representou a união dos blocos de Estados MERCOSUL e CAN (Comunidade Andina). Esta, criada em 1969, reúne atualmente Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Apesar de ainda recente, a UNASUL tem se mostrado como um importante fórum de concertação política entre os países-membros. Por fim, temos a recém-criada CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos) que, fundada em 2010, une 33 países da América Latina e Caribe. Apesar de ainda não disporem de iniciativas concretas nos âmbitos social e cultural, a UNASUL e a CELAC revelam-se como esforços desses países de se aproximar.

Assim, o rápido panorama de iniciativas de integração trazido acima tem por objetivo mostrar esforços que têm sido empenhados no sentido de uma aproximação do continente latino-americano. A partir de encontros e desencontros na trajetória regional, que buscamos relatar nas páginas acima, é relevante observar um número crescente de iniciativas de integração, o que não significa que tal dinâmica de aproximações e afastamentos tenha desaparecido, uma vez que a história não funciona como algo estático. Crises e conflitos entre os países continuam existindo, assim como vontades políticas diversas.

Diante desse quadro, temos ressaltado a importância de que o aprofundamento de laços não ocorra apenas no âmbito político e comercial, mas também – e talvez sobretudo – no âmbito da aproximação de suas populações e no combate ao desconhecimento mútuo em um nível intersubjetivo. Tal integração está vinculada a diferentes atores em níveis políticos, sociais, culturais, midiáticos e educacionais. Na terceira parte deste capítulo, trataremos de medidas de integração especificamente no âmbito das universidades, que é o contexto enfocado neste trabalho.

Assim, nas páginas acima, buscamos mostrar como o sentido de América Latina deve ser entendido historicamente, assim como as relações entre os países e também as identidades nacionais. Nomeada a partir de uma referência ao processo de colonização, observamos um esforço da América Latina de se apropriar de sua história, buscando autonomia e o reconhecimento igualitário da diversidade que a compõe. Diante de nosso interesse em entender como o sujeito desenvolve vínculos identitários, a fim de compreender como essa vinculação ocorre no continente latino-americano, procuraremos, na próxima parte de nossa fundamentação teórica, problematizar o conceito de identidade.

2.2. IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO

As questões levantadas no capítulo anterior, acerca das vicissitudes que cercam o nome e a ideia de América Latina, a história da relação entre seus países e os esforços de integração, conduzem-nos agora à reflexão sobre o conceito de identidade e sobre uma possível identidade latino-americana. Torna-se claro que essa reflexão envolve uma gama complexa de elementos em níveis políticos, sociais, econômicos, históricos, culturais, simbólicos, subjetivos e também afetivos. Esses elementos interagem entre si dialeticamente, de modo que se configuram de forma única em cada sujeito em uma mesma sociedade e cultura.

Para iniciarmos a discussão, debateremos a concepção de sujeito psicológico sobre a qual nos apoiamos para realizar nosso trabalho. Assim, fundamentando-nos, sobretudo, nas ideias da Psicologia histórico-cultural, procuraremos, neste capítulo, explorar a noção de sujeito de acordo com essa perspectiva teórica e, a partir dessas considerações, pensar em uma delimitação tanto do conceito de identidade quanto do de subjetividade. Nosso foco recairá sobre a época contemporânea, ligando mudanças culturais e sociais observadas historicamente com estudos acerca da identidade. Retomaremos também o tema da identidade latino-americana, para, por fim, delimitarmos o objeto de estudo da presente pesquisa.

2.2.1. O sujeito na Psicologia histórico-cultural: a dialética entre social e subjetivo

Para que seja possível pensar os pressupostos do nosso objeto de estudo – fundamentos epistemológicos muitas vezes ausentes nas pesquisas –, percebemos a necessidade de dedicar um espaço à discussão do entendimento de ser humano que baseia este estudo. Para fazê-lo, nos aprofundaremos nas bases da abordagem hoje conhecida como Psicologia histórico-cultural, a fim de compreender o contexto histórico e social de sua formulação por Lev S. Vigotski¹.

Vigotski, psicólogo da antiga União Soviética, inspirou-se no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels para elaborar o projeto de uma nova sociedade, um novo sujeito e uma nova forma de fazer Psicologia. Tendo vivido a Revolução Russa de 1917 e aderido aos ideais marxistas, Vigotski via, nestes, pressupostos radicalmente novos para pensar a história, a ciência, a cultura e a política. Tal contexto histórico-político de formulação das ideias de Vigotski é por vezes esquecido ou ignorado quando se trata das contribuições do autor para a Psicologia (Duarte, 2000; Pedroza, 2003).

De acordo com o teórico marxista, também a Psicologia deveria ser revolucionada a partir do ponto de vista materialista-dialético, a fim de que contribuísse para pensar um homem novo para

¹ Utilizaremos, ao longo deste trabalho, a grafia Vigotski para o sobrenome do autor, respeitando outras grafias nas citações bibliográficas.

uma sociedade nova. No entanto, a Psicologia não deveria se apropriar do marxismo diretamente, em uma simples identificação entre os dois campos do conhecimento, mas sim de forma mediada, com a busca por bases marxistas na construção da ciência psicológica (Vygotsky, 1926/2010).

Vigotski considerava que esta se encontrava em meio a uma crise, pois as duas abordagens teórico-metodológicas que ele identificava à época – o idealismo e o materialismo –, apesar das diferenças supostamente radicais, se igualavam ao entender e estudar o fenômeno psicológico sempre em termos do mecanismo estímulo-reação. Ai estava, para o autor, a essência da crise da Psicologia (Vygotsky, 1931/2000).

Ao analisarmos o surgimento da Psicologia como ciência, podemos entender melhor algumas das críticas e ênfases de Vigotski em seus trabalhos. Para ele, o projeto de consolidação da Psicologia como ramo independente da ciência havia incorporado os pressupostos do positivismo, que se desdobravam em dicotomias como: objetividade x subjetividade, corpo x mente, natural x cultural, objeto x sujeito, razão x emoção, indivíduo x sociedade, exclusão x inclusão. A ciência moderna nascia sob o império da razão e da objetividade e assim também a Psicologia.

Vigotski (1926/2010) se propõe a construir uma perspectiva teórico-metodológica não reducionista e não mecanicista. É no contexto de crítica ao enfoque positivista da ciência que ele trabalha, buscando superar reduções metodológicas e conceituais e entender o sujeito inserido em uma cultura, de modo a romper com dicotomias.

Para Vigotski, o materialismo dialético marxista poderia fornecer bases filosóficas para o desenvolvimento de uma psicologia que rompesse com o idealismo e o mecanicismo e concebesse o homem concreto, constituído na vida material e social (Chagas, 2010, p. 35).

Assim, o teórico marxista desenvolve uma concepção de sujeito radicalmente distinta daquelas dominantes à época. Para ele, o sujeito não poderia ser pensado apenas em termos de seus comportamentos visíveis, ou apenas em termos de seus impulsos sexuais, ou ainda em termos de elementos independentes que se associavam. O ser humano mostrava-se, segundo Vigotski, muito mais complexo do que em qualquer abordagem que se restringisse a esses aspectos, pois se constituía em uma interação dialética e transformadora com o meio, de forma qualitativamente distinta dos animais (Vygotsky, 1984/1991).

Segundo o autor soviético, o principal aspecto que diferencia os seres humanos dos animais é a capacidade dos primeiros de simbolizar, ou seja, atribuir signos aleatórios à realidade objetiva e guiar o próprio comportamento a partir dos signos estabelecidos por eles mesmos em sociedade. Ele contribuiu para introduzir, na análise psicológica, a dimensão semiótica, em que a linguagem e os signos constituem os fenômenos psicológicos (Molon, 2003). Assim, qualquer ação humana sobre a realidade mostra-se necessariamente mediada por instrumentais simbólicos, sobretudo a linguagem. É, então, agindo de forma simbolicamente mediada sobre a natureza que o ser humano

se transforma e desenvolve o que Vigotski chama de funções psíquicas superiores (Vygotsky, 1984/1991).

Para o autor, a linguagem, assim como todas as demais formas de código simbólico, é construída e compartilhada socialmente. Dessa forma, a criança que nasce é logo imersa em um emaranhado de signos e significados que compõem uma rede simbólica – a cultura. Esta rege a interação interpessoal e a organização da sociedade em que vive. É na troca com outros sujeitos e consigo próprio que se vão internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimentos e da própria consciência. Trata-se de um processo que caminha do plano social – relações interpessoais – para o plano individual interno – relações intrapessoais (Vygotsky, 1984/1991).

Para Vigotski, não é possível pensarmos em algo como uma natureza humana dada *a priori*, pois o ser humano se constrói na interação com o mundo exterior, particularmente nas relações interpessoais. O caráter dialético dessas interações se evidencia no fato de que, ao modificar a realidade – tanto material quanto social – para constituir seu modo de produção, o homem modifica a si mesmo. É assim que o social necessariamente constitui o subjetivo – pois compartilha as relações de mediação simbólicas que constituirão aquele indivíduo enquanto sujeito – e o sujeito, ao mesmo tempo e de forma dialética, compõe o social – pois é um ser ativo capaz de transformar a realidade concreta na qual se encontra e as relações culturais aí estabelecidas.

É importante frisar também que essa rede simbólica e cultural – que compõe e é composta pelo sujeito em interação – constitui-se historicamente e se modifica tanto em termos filogenéticos quanto ontogenéticos. Para Vigotski, todo estudo sobre o ser humano deve ser, necessariamente, um estudo histórico, o que pressupõe um olhar sobre processos e sobre fenômenos em movimento, e nunca sobre objetos fossilizados. Assim, impõe-se a exigência do método dialético, que nos permite estudar o todo em interação e transformação histórica (Vygotsky, 1931/2000).

Para o autor, o estudo histórico é o que constitui o próprio fundamento da ciência psicológica, e não algo que apenas a complementa ou ajuda. As funções psíquicas superiores do homem estão em constante metamorfose, diretamente relacionadas com aspectos históricos e sociais. Tanto o sujeito quanto a realidade social passam por contínuas transformações que se desenrolam necessariamente em uma historicidade.

Podemos então concluir que, para Vigotski, o sujeito se constitui nas e pelas relações sociais, influenciado por sua condição histórica e material, sendo ao mesmo tempo sujeito e produto de sua história (Vygotsky, 1931/2001). Além disso, deve-se ressaltar que os significados que surgem na interação do sujeito com o mundo estão repletos de afeto, pois, para Vigotski, afeto e cognição compõem indissociavelmente a consciência humana. Esse aspecto se reforça pela ênfase que o autor dá à interdependência de todas as esferas constitutivas do psiquismo – funções psíquicas superiores, consciência, afetos e emoções (Vygotsky, 1931/2000).

Em sua obra, Vigotski não fez uso de conceitos como subjetividade ou identidade, e sim de outros mais utilizados em sua época, como os de personalidade e consciência. De todo modo, entendemos que a noção de sujeito proposta pelo psicólogo soviético se mostra como uma concepção privilegiada para pensarmos nosso objeto de estudo – a identidade latino-americana.

Diante de tal objeto, escolhemos um arcabouço teórico que nos permite pensar um sujeito que se constitui subjetivamente e desenvolve identificações em constante interação dialética com a realidade social, cultural, política e econômica que o circunda. Além disso, tal sujeito ao mesmo tempo constrói e compartilha conteúdos simbólicos e afetivos a partir da realidade material e concreta em que está imerso.

Assim, apesar de não encontrarmos diretamente tais termos na obra de Vigotski, entendemos que esta dá elementos para que sejam formulados conceitos coerentes com os pressupostos epistemológicos aí estabelecidos. Nesta pesquisa, nos apoiaremos sobre concepções de subjetividade e identidade com base na obra de Vigotski e no materialismo histórico-dialético, para a elaboração de formulações próprias no entendimento de uma identidade latino-americana.

2.2.2. Subjetividade e Identidade

Tanto o conceito de identidade quanto o de subjetividade têm sido amplamente estudados no âmbito das Ciências Humanas nas últimas décadas, sendo alvo de diferentes definições e apropriações. Apesar de muitas vezes usados com acepções semelhantes, entendemos que há sutis diferenças entre eles, que variam de acordo com a perspectiva teórica que fundamenta esses entendimentos.

De acordo com a Psicologia histórico-cultural, nas formulações feitas por Leontiev (Silva, 2009), a subjetividade é a apreensão singular do mundo objetivo e que fundamenta o psiquismo. Ela deve ser entendida dentro da tríade universalidade-objetividade-singularidade, na qual a universalidade se refere ao gênero humano, a objetividade às condições materiais e a singularidade ao modo particular como ocorre a mediação entre o universo material e o sujeito. Assim, a subjetividade é a maneira como se torna singular e único aquilo que é universal. A mediação intrínseca à formação dos processos psíquicos superiores se dá por meios particulares, que estão relacionados com a história de vida do sujeito. Dessa forma, a subjetividade refere-se àquilo que é singular e único do indivíduo, o que não significa que sua gênese seja interna, ao contrário, relaciona-se à apropriação singular do mundo material, que funda a consciência (Silva, 2009).

De forma geral, adotaremos o termo subjetividade neste trabalho como a antítese dialética de objetividade. Em outras palavras, entenderemos a subjetividade como tudo aquilo que diz respeito e que se passa em nível psíquico no indivíduo, mas que não deve ser entendido como uma formação autônoma e independente da objetividade. Ao contrário, formada nas relações sociais estabelecidas pelo indivíduo e no contexto histórico e cultural no qual este se encontra imerso, a subjetividade diz respeito a um espaço intrapessoal em que o sujeito formula e apreende sentidos,

pensamentos, percepções, afetos, símbolos e significados que estão diretamente relacionados à sua realidade objetiva. Em suma, esses processos subjetivos formam-se na interação dialética com a realidade objetiva, material e concreta. Por outro lado, essa mesma realidade é também impregnada, ou antes constituída, pelos sentidos subjetivos formulados nas relações interpessoais.

O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem (Bock, 2004, p. 6)

González-Rey (2003), partindo dos pressupostos de Vigotski, desenvolve uma extensa teorização sobre o conceito de subjetividade, entendida por ele como um macroconceito que integra dialeticamente os aspectos social e individual da vivência humana, de modo que nenhum dos dois ofusca o outro, pois ambos têm uma significação especial para o fenômeno. Assim, o autor entende subjetividade como configurações de sentido que envolvem dimensões simbólicas, afetivas, sociais e históricas e que pressupõem uma postura ativa do sujeito no mundo. Ela se constitui no bojo das relações sociais, de modo que sentidos internos interagem dialeticamente com externos. Ou seja, é justamente a síntese dialética desses dois opostos que constitui o ser humano.

A partir da importância dada à interação entre sujeito e sociedade, González-Rey (2003) propõe os conceitos de subjetividade social e individual, que se articulam como sistemas coexistentes em constante tensão e interação. O autor entende que “Os processos de subjetivação individual estão sempre articulados com os sistemas de relações sociais; portanto, têm um momento de expressão no nível individual, e um outro no nível social” (p. 205). Esses níveis não podem, portanto, ser entendidos de maneira dicotômica.

Para entrarmos agora na discussão sobre o conceito de identidade, mas levando em consideração o que falamos acerca da subjetividade, partiremos de contribuições de González-Rey (2003), quando este articula seu entendimento desses dois conceitos, a fim de construirmos posteriormente um entendimento próprio acerca da identidade.

A pergunta sobre o que é a identidade pode ser respondida compreendendo a identidade como um sistema de sentidos que se articula a partir de configurações subjetivas historicamente constituídas na história de um sujeito concreto e nas condições concretas dentro das quais ele atua neste momento. Como resultado dessa confrontação entre o histórico e o atual, aparecem situações em que se apresenta a necessidade de o sujeito se reconhecer a si mesmo dentro da situação, de delimitar seu espaço, o espaço em que se encontra a congruência consigo mesmo; esse é o momento em que aparece sua identidade, em que os elementos de sentido em jogo dentro da situação definem emoções que se evidenciam no sentido de identidade (González-Rey, 2003, p.263).

Como podemos observar nessa definição, o autor entende a identidade como um fenômeno situacional – que emerge em meio a sentidos e emoções históricos e atuais –, em que o sujeito sente

a necessidade de mobilizar sua subjetividade para reconhecer-se, como se visse a si mesmo confrontado com o questionamento: “quem é você?”. É interessante pensarmos que essa é uma pergunta estabelecida a partir de fora – a partir de situações sociais, culturais e históricas – mas que ressoa subjetivamente como algo diante do qual o sujeito deve se posicionar. Na mesma linha, podemos citar o antropólogo Cardoso de Oliveira (1976), que já apresentava tal entendimento ao defender que a identidade não se fundamenta em uma “percepção cinestésica *de ser*, mas numa auto-apreensão *de si em situação*” (p. 6, grifos do autor).

O entendimento desses autores nos leva ainda à ideia de que não se pode falar em um sujeito determinado por uma identidade fixa, estática, pois esta está em constante modificação e depende de fatores situacionais, embora inseridos em um espaço que é histórico. Santos (2003) coloca-se na mesma linha ao dizer que a identidade é uma entidade “semi-fictícia e semi-necessária” (p.135), pois é suscitada pela necessidade do sujeito de afirmar suas próprias credenciais identitárias frente a um outro. Este autor defende ainda que, por não ser possível falar em uma identidade imutável e contínua, devemos pensar em uma “síntese de identificações em curso” (p. 135). Para Santos (2003), a identidade só pode ser entendida como “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” (p. 135). Assim, percebemos claramente o papel ativo do sujeito que se identifica e, para isso, realiza escolhas.

Como afirma Hall (2006), o amplo leque de conteúdos simbólicos aos quais é exposto o indivíduo na época contemporânea nos obriga a falar em identidades que se embaralham e entrecruzam, dando uma conformação ao mesmo tempo fragmentada e múltipla ao sujeito. Para o autor, a construção de identidades nas últimas décadas vem se mostrando contraditória e fluida por definição, constituindo-se a partir de sentidos projetados pelo sujeito sobre si e sobre um mundo que o atravessa de modo cada vez mais diverso.

Bauman (2005), ao tecer uma trajetória do interesse das Ciências Humanas pelo tema da identidade, aponta que foi apenas quando esta passou a se tornar problemática que se transformou em objeto de estudo. De um sujeito com uma identificação relativamente estável – que o estabelecia em certa classe social, crença religiosa e região de nascimento e moradia – migrou-se paulatinamente para o entrecruzamento de diferentes valores culturais, princípios éticos, modos de interação e de afirmação do eu no mundo.

É interessante, portanto, notarmos que a própria conceituação do que seja identidade se dá historicamente, de modo que o conceito se constrói e constrói o sujeito, bem como o sujeito constrói o conceito a partir de seu contexto histórico e cultural. Dessa forma, é com o esfacelamento de uma identidade dada de antemão pelo nascimento e pela classe social que esta se torna assim uma busca, uma tarefa para o sujeito. Aí então mostra-se necessário o surgimento de um conceito para mediar a busca pela identidade, agora para sempre perdida. Tal conceito surge, portanto, como ficção, como algo a ser buscado, conquistado (Bauman, 2005).

Tem-se então uma trajetória histórica rumo a um sujeito que transita por um emaranhado complexo de identificações, que se metamorfoseiam em meio a zonas de sentido cada vez mais numerosas e variadas, expostas a uma quantidade de informações nunca vista antes e colocadas diante de uma enorme gama de valores e crenças (González-Rey, 2003).

De uma vivência identitária que se configurava, sobretudo até o século XVIII, como sujeitos que compartilhavam vida e destino, percebe-se, na época contemporânea, uma identidade como compartilhamento de ideias e princípios (Canclini, 1995). A autodeterminação do próprio futuro, típica da Idade Moderna, se acentua no período que Bauman (2001) denomina Modernidade líquida e o ser humano vê-se cada vez mais rodeado de possibilidades de quem ser, como ser, que costumes e tradições adotar e por quanto tempo.

Para Canclini, “as identidades modernas eram territoriais e quase sempre monolíngüísticas” (1995, p. 35), por outro lado, as identidades que ele denomina pós-modernas são precipuamente transterritoriais e multilíngüísticas. “A clássica definição socioespacial de identidade, referida a um território particular, precisa ser complementada com uma definição sociocomunicacional” (1995, p. 35-36). Tal observação sobre o caráter multilíngüístico observado em diversas configurações identitárias na atualidade nos é particularmente de interesse neste trabalho e será retomada adiante.

Também para Ciampa (1983), identificar-se é um fenômeno dinâmico, em permanente mutação, uma metamorfose constante que emergirá de forma distinta em situações distintas nas quais se encontre o sujeito. No entanto, para o autor, a ideia de identidade como metamorfose não deve dar a impressão de que se trate de algo fugaz e corriqueiro; ao contrário, o processo de transformação da identidade pode ser lento, principalmente porque esbarra em identidades reificadas, que conferem segurança ao indivíduo.

Tendo em vista o que colocamos sobre a noção de identidade até o momento, devemos chamar a atenção para um ponto trazido à tona por diversos autores (Ciampa, 1983; González-Rey, 2003; Jacques, 2001): a ideia de que a identidade é forjada na interação dialética entre o social e o subjetivo. Compartilhar uma identidade com outros indivíduos revela uma teia de intrincada complexidade, já que os indivíduos que fazem parte de um grupo são diferentes entre si e esse sentimento de singularidade constitui cada um subjetivamente. Contudo, por outro lado, pertencer a um grupo e reconhecer-se nele configura a própria condição humana de vida em sociedade (Deschamps & Moliner, 2009).

Desse modo, é possível falar em uma dimensão pessoal da identidade – fundada na singularidade – e uma dimensão social – fundada no compartilhamento com outros de valores e ideais comuns, o que gera um sentimento de pertença a esse grupo (Mailhiot, 1981). Ambos aspectos – individualidade e pertencimento –, ao mesmo tempo que são vitais para a subjetividade, mostram dimensões ambivalentes do ser humano, que interagem dialeticamente entre si (Deschamps & Moliner, 2009). Como afirma Cardoso de Oliveira (1976), a identidade “pessoal e a

social estão interconectadas, permitindo-nos tomá-las como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização” (p. 4).

Podemos então entender que a dimensão pessoal da identidade consiste na noção psíquica do si-mesmo, noção esta repleta de afirmações e negações – o que se é e o que não se é. Essas expressões de si mudam ao longo do tempo e estão em constante interação com o contexto histórico-social no qual está inserido o sujeito. A dimensão social poderia, por sua vez, ser entendida como um posicionamento coletivo – no qual estão inseridas, claro, a dimensão pessoal de cada um dos integrantes do grupo. Esse posicionamento coletivo refere-se então à noção do nós-mesmos, igualmente expressa em termos de afirmações e negações e igualmente dinâmica ao longo do tempo e de acordo com o contexto social, histórico e cultural.

Nota-se, portanto, que a temática do identificar-se é, na interação dialética entre social e subjetivo, composta por ambivalências: semelhanças e diferenças, inclusões e exclusões, pertencimentos e distâncias. No entanto, essas ambivalências não são oposições radicais, uma vez que a dinâmica identitária consiste justamente em que o sujeito articule e concilie ambiguidades daquilo que é percebido como diferença. Assim, é importante destacar que compartilhar um sentimento de pertença a um grupo não implica uma homogeneização de seus integrantes, mas uma dinâmica de articulação entre semelhança e diferença, entre universal e singular (Ciampa, 1983). Tal papel articulador é desempenhado pela cultura, e os recursos disponibilizados são sempre simbólicos (Siepierski, 2003).

Pode-se dizer que o conceito de identidade está intimamente relacionado ao de alteridade, pois agrupa um conjunto de características que denotam indivíduos ou grupos específicos, em oposição a outros que não possuem as características em questão (Cassab, 2004). A constituição de uma identidade associa-se, portanto, ao compartilhamento, por parte de um grupo de indivíduos de tamanho variado, de objetos simbólicos tais como língua, cultura, história, religião, gostos e interesses, que não são compartilhados por outros que são colocados, assim, no lugar da alteridade. Ao mesmo tempo, a constituição de uma identidade associa-se também à apreensão singular, por parte do sujeito, desses objetos compartilhados, o que constitui dinamicamente sua subjetividade.

Entendemos, portanto, que o ato de identificar-se a um conjunto simbólico compartilhado por um grupo participa da construção da subjetividade de indivíduos, pois envolve a percepção de si no mundo e a relação afetiva do sujeito com este. Além disso, o indivíduo atua sobre esse mundo, alterando-o com sua marca singular. Dessa forma, é necessário frisar que as dimensões social e pessoal da identidade não se excluem, e sim convivem de maneira dialética, pois a constituição do sujeito se dá em um determinado contexto social, cultural e político, que o modifica e é modificado por ele (Ciampa, 1983).

Neste trabalho, adotaremos então a definição de identidade como o posicionamento subjetivo do ser humano diante de uma realidade histórica e social que o leva a sentir que compartilha conteúdos simbólico-afetivos com outros indivíduos, compondo assim um grupo ao

qual há um sentimento de pertença. Ao colocarmos o termo ‘posicionamento’ em nossa concepção pretendemos frisar dois aspectos: o primeiro é de que há necessariamente uma postura ativa do sujeito e o segundo é que se trata de uma configuração subjetiva dinâmica e nunca rígida, pois depende de fatores históricos, sociais e situacionais para emergir como identidade.

Por conteúdos simbólico-afetivos, entendemos elementos culturais, que, justamente por serem culturais, são simbólicos, ou seja, são construídos e carregados de um valor que é significado socialmente. Assim, podemos falar de valores, crenças, representações, normas, atribuições de sentidos, memórias, gostos, interesses, etc., e também de elementos mais concretos como língua, história, religião, ritos, hinos, datas comemorativas, personalidades, festas públicas, etc. Todos esses conteúdos simbólicos são carregados de afeto e de valor, atribuídos de forma distinta por cada indivíduo na cultura, a partir das vivências pessoais e sociais estabelecidas.

Assim, é pertinente destacar que tais conteúdos são necessariamente idiossincráticos e individuais – ainda que construídos em interação dialética com o contexto cultural e histórico – e que a percepção de compartilhamento depende de um entendimento subjetivo de que tais conteúdos têm afinidade ou são semelhantes. Nesse contexto, importa-nos também dizer que o sentimento de pertencer a um grupo não exclui o pertencimento a outros, desde que tais pertencimentos não sejam vistos como incompatíveis entre si.

Diante do exposto, interessa-nos trazer, ainda, a ideia de que as identificações que o sujeito realiza são perpassadas por relações de poder. Os significados atribuídos, na cultura, aos grupos e seus símbolos são sobremaneira relevantes para o sujeito que constrói seu estar no mundo e realiza escolhas identitárias, sejam elas mais ou menos conscientes (Díaz-Genis, 2004). Sentir-se vinculado simbólica e afetivamente a um grupo, portanto identificando-se a ele, significa também embrenhar-se na teia simbólica de valores atribuídos a esse grupo. Portanto, quando se trata de uma identidade, seja social ou individual, eivada de desvalorização social, observa-se uma necessidade do sujeito de se posicionar diante dessa desvalorização (Mailhiot, 1981; Deschamps e Moliner, 2009).

2.2.3. Identidade nacional e identidade... continental?

Na primeira parte deste capítulo de fundamentação teórica, já tecemos alguns comentários sobre a identidade nacional, principalmente no que se refere aos aspectos históricos e políticos do desenvolvimento desta em países latino-americanos. No entanto, consideramos relevante para este trabalho aprofundarmos tal assunto, uma vez que a temática de uma identidade que abarque um território simbólico-geográfico da extensão de um continente traz inevitavelmente à tona o debate sobre as diferentes identidades nacionais. Discutiremos o tema em termos teóricos para então trazermos como exemplo a experiência da integração europeia, que nos parece oferecer um

panorama privilegiado para pensarmos a realidade latino-americana de integração, ainda que se trate de casos distintos.

De acordo com Hobsbawm (2009), o sentimento nacional não poderia ser considerado expressivo antes do marco da Revolução Francesa: fronteiras e idiomas não definiam nações de forma clara e tal dimensão de pertencimento não tinha significado para a maioria das pessoas. Já ao longo do século XIX, a identidade nacional torna-se importante para a consolidação dos Estados-nação e sua inserção no capitalismo industrial. Assim, havia uma forte pressão para que se abandonassem costumes e tradições locais, em prol dos nacionais. E o Estado tinha poder para tal, porque podia conformar ritos, datas comemorativas, festas públicas, o que seria ensinado nas escolas etc. (Hall, 2006). Nesse período, não só no contexto latino-americano, mas também no contexto europeu, as identidades nacionais suscitaram inúmeros conflitos e guerras (Hobsbawm, 2008).

A identidade nacional estava assim vinculada a um Estado-Nação, em que seus habitantes encontravam-se unidos – ou assim deveriam estar – por uma língua, religião e costumes relativamente parecidos; ao mesmo tempo, eram conduzidos por uma instituição forte, o Estado (Hobsbawm, 2008). Para Bauman (2001), o Estado-nação começa a perder força na Modernidade líquida – ou seja, a partir do pós-guerra – da mesma forma que a identidade nacional em face de outras identidades. Isso porque deixa de ser tão politicamente importante ao Estado que o cidadão lhe preste tamanha reverência, lhe seja tão fiel.

Queremos chamar a atenção aqui para a ideia de que o Estado teve e tem forte influência sobre a conformação das identidades nacionais. No entanto, deve-se fazer uma importante observação: tal influência deve ser entendida na interação complexa – já ressaltada neste capítulo – entre o sujeito e o contexto social, cultural, político e econômico no qual está inserido. Devemos ter em mente que a constituição de algo tão complexo como a identidade não pode se dar de forma unilateral e imposta – pelo Estado e suas políticas, por exemplo –, mas sim na interação dialética entre social e pessoal, entre uma determinada inserção política e histórica e o modo como indivíduos são subjetivamente afetados e afetam essa condição. Tal entendimento nos é relevante também para pensar a relação entre as políticas de integração conduzidas pelos Estados e o desenvolvimento de um vínculo identitário entre as populações, o que não pode ser entendido de maneira unilateral.

Como ressalta Anderson (2008), não se deve conceber o sentimento nacional apenas como uma política de Estado. Ao contrário, este deve ser compreendido a partir do seu significado para as pessoas, em termos da vinculação simbólica e afetiva que estas desenvolvem em relação à nação. É pertinente trazermos à tona a diferenciação que Miranda (2007) faz entre nacionalismo e identidade nacional. Para o autor, o primeiro se funda na oposição a outras nações, a partir de um sentimento de superioridade e xenofobia, que caracterizou a formação dos Estados-nação nos

séculos XIX e XX. Já a identidade nacional se caracteriza pelo sentimento de pertença, de compartilhamento com outros indivíduos de bens simbólicos associados à nacionalidade.

Dessa forma, de acordo com Miranda (2007), uma identidade nacional não exclui a vinculação identitária a outros grupos simbólico-geográficos nas mesmas bases, ou seja, fundada em sentimentos de pertença e compartilhamento. Assim, como falávamos no tópico anterior, a coexistência de diferentes identificações se dá na dinâmica de articulação entre semelhanças e diferenças, entendendo estas não como oposições radicais. Tal aspecto nos dá fundamentos para pensarmos em identidades que extrapolam fronteiras nacionais, sem que isso implique necessariamente na desaparecimento das identidades nacionais (Kastoryano, 2005).

Segundo Anderson (2008), a nação deve ser entendida como uma comunidade imaginada, uma vez que ela não se concretiza em relações face a face, mas em uma suposição de compartilhamento de símbolos culturais por uma população que se espalha por uma vasta extensão territorial. O termo comunidade diz respeito à ideia de que há uma horizontalização e um sentimento de camaradagem que emerge entre pessoas que não se conhecem e nunca virão a se conhecer. Isso nos leva ao entendimento de que o que está em jogo não é o tamanho dessa comunidade em termos numéricos, ou o tamanho do território pelo qual ela se estende, mas a constituição de um sentimento que se funda no compartilhamento imaginado de conteúdos simbólicos e afetivos.

Além disso, é importante frisar que o sentimento nacional se sustenta em signos que são construídos, e não dados *a priori*. Inúmeros autores têm se dedicado a estudar de que modo tradições nacionais, remetidas a práticas milenares, foram, na verdade, ‘inventadas’ recentemente (Hobsbawm & Ranger, 1997; Hall, 2000; Anderson, 2008). Por outro lado, contudo, a arbitrariedade desses signos não deve dar a entender que se trate de uma ilusão levemente forjada e, portanto, artificial. Para Anderson (2008), a discussão em torno da veracidade/falsidade não é pertinente quando se fala em identidade nacional – e tampouco, poderíamos acrescentar, para qualquer outro tipo de identidade. Todas as comunidades são, em alguma medida, imaginadas, inventadas, assim como todas as culturas, a questão é saber como isso se dá.

Anderson (2008) destaca alguns elementos que, a partir principalmente do século XVIII, contribuíram para a emergência desse sentimento nacional: o surgimento da imprensa – impulsionada pela expansão do capitalismo –, o surgimento e fortalecimento de uma língua vernácula – que paulatinamente se sobrepõe ao latim –, o início do recenseamento, a fabricação e veiculação de mapas e a construção dos museus. São elementos que passam a criar uma comunidade que até então não existia naqueles moldes. Além disso, outros autores estudiosos do assunto mostram também a importância dos mitos fundacionais, do relato acerca de uma história comum, das datas comemorativas, de tradições circunscritas ao território daquela nação etc. (Hobsbawm & Ranger, 1997; Hall, 2000; Hobsbawm, 2008).

Gostaríamos de chamar a atenção aqui particularmente para o idioma como um dos elementos fundadores do sentimento nacional e, com ele, da emergência da alteridade diante de outros que falam idiomas diversos. Claro está que o idioma é um importante elemento fundador de identidades, uma vez que ele permite a comunicação, o diálogo interpessoal e o acesso a bens e símbolos culturais que permitem identificações. Em outras palavras, a linguagem é o próprio dispositivo representacional que permite a construção de símbolos e, portanto, da cultura. Assim, o idioma é um importante elemento quando se trata de identidades (Schneider, 2004).

Por outro lado, é pertinente a defesa de Anderson (2008) de que, na América, de forma geral, o idioma não foi tão fundamental no desenvolvimento do sentimento nacional quanto na Europa, uma vez que a língua falada era, *grosso modo*, a mesma das metrópoles, a quem os locais se opunham para construir a nação. O que o autor defende é que, particularmente na América Latina, todo o aparato administrativo forjado para gerir as colônias contribuiu para que se começasse a pensá-las como nações. Anderson (2008) defende que essa configuração nacional surgiu inicialmente à revelia da grande massa, inclusive com a preocupação de que esta não se emancipasse politicamente. Seria apenas no século XX, como mostramos na primeira parte deste capítulo, que tal ideia de nação começaria a se tornar um sentimento compartilhado pela população.

Na Europa, os idiomas maternos dificilmente poderiam ser considerados como fatores de distanciamento, geradores de identidades e alteridades, até o século XVIII. As fronteiras eram incertas e as dinastias reais eram compostas por pessoas vindas das mais diferentes regiões e que falavam, portanto, diferentes idiomas. No entanto, a partir principalmente dos séculos XVIII e XIX, por um complexo processo histórico sobre o qual não nos deteremos aqui, as línguas vernáculas passam a se tornar verdadeiras referências de fronteiras e pertencimentos, sendo usadas como poderosos fundamentos para as identidades nacionais e para as diferenciações aos países vizinhos (Anderson, 2008; Hobsbawm, 2008).

De fato, tais diferenças linguísticas, juntamente com outras diferenças culturais, foram radicalmente acentuadas na Europa na constituição dos nacionalismos. Diante disso, a experiência europeia de integração, que vem se desenrolando desde a década de 50 do século passado, vem-nos trazer importantes elementos para reflexão. Ainda que se trate de casos diversos, considerações sobre a trajetória europeia podem nos ser úteis a fim de pensarmos o processo de integração na América Latina, uma vez que muito se fala que os idiomas distintos, ou diferenças históricas, culturais e regionais, são a grande causa da separação entre Brasil e os países de língua hispânica da América Latina, que impediriam, assim, sua integração.

O continente europeu foi palco, por séculos a fio, de conflitos, guerras e rivalidades. De acordo com Valada (2006), antes do século XX, não havia, entre as populações dos países europeus, um entendimento de que houvesse semelhanças e convergências entre eles, e tampouco qualquer empenho em valorizar eventuais elementos comuns. É em 1951 que surge a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) – precursora do que é hoje a União Europeia –, com a

participação de seis países (França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) e com preocupações precipuamente econômicas.

A integração europeia se desenrolou com base em diferentes fatores. Existiam fortes interesses econômicos, tendo em vista a necessidade de fortalecer a economia no pós-2ª Guerra Mundial, em uma tentativa de se equiparar aos gigantes EUA e URSS. Havia também interesses políticos, com base na necessidade de fortalecimento para uma inserção mais bem posicionada na globalização. Por fim, destacava-se a premência de evitar novas guerras no continente europeu, já bastante desgastado pela 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Todos esses fatores estavam diretamente ligados à crescente percepção de que o Velho Continente possuía elementos culturais, sociais e políticos em comum que poderiam ser fomentados em prol dessa integração (Valada, 2006).

Várias medidas foram tomadas no sentido de aprofundar os laços internos na comunidade de Estados que, em 1992, se tornou a União Europeia: a instituição de uma moeda comum, a criação de instâncias supragovernamentais, a liberdade de circulação e direito à residência no território dos Estados-Membros², entre outras. A essas medidas se associaram outras mais específicas no âmbito da integração cultural e acadêmica (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004).

Com base nessas medidas de integração, vários intelectuais do continente têm se questionado acerca da existência de uma identidade europeia. Alguns alegam que essa se fundamenta em sua herança greco-romana, suas raízes cristãs, seus ideais democráticos e seus objetivos econômicos, mas tal ideia tem sido fortemente combatida por outros (Morin, 1988; Beck, 1999). Para Valada (2006), não é possível apoiar uma suposta identidade europeia no passado, quando o “espaço europeu surge simplesmente como o cenário de inúmeras movimentações independentes, por vezes com choques e sobreposições, com fluxos e refluxos, com incompatibilidades profundas e algumas simbioses admiráveis” (p. 51).

Segundo o autor, uma identidade europeia “virá a existir como resultado de um fenômeno de progressiva convergência civilizacional ou política, na medida em que se aproximem valores ou se entrelacem objetivos e instituições” (Valada, 2006, p. 53). Também Beck (1999) corrobora esse posicionamento ao dizer: “O que a Europa é ou deve ser não precisa ser produzido a partir do passado, mas deve ser politicamente projetado como resposta política às questões futuras” (p. 271-272) Como afirma Morin (1988), em uma obra considerada até hoje atual, a Europa é um projeto inacabado, que está ainda em metamorfose.

Muito tem sido feito em termos políticos – como a criação e o fortalecimento de símbolos europeus – para promover o sentimento de pertença e a consciência europeia de seus cidadãos, em uma tentativa que, dentre várias motivações, se esforça por legitimar o aparato político e econômico construído em nome da Europa. No entanto, diversas vezes o vínculo identitário à

² Para sermos precisos, devemos dizer que tal livre circulação está associada ao Tratado de Schengen e não envolve exatamente os mesmos países-membros da União Europeia.

Europa é colocado na forma de uma oposição às identidades nacionais – seja para defender a Europa em detrimento das nações, seja para defender o vínculo a essas últimas em detrimento do vínculo à Europa, mesmo que o próprio lema da União Europeia anuncie uma ‘Unidade na Diversidade’. Como colocam Lacassagne e Castel (2007), tais vínculos não devem ser vistos como opostos entre si, devendo ambos ser fomentados como bases coexistentes para uma identificação cultural, ainda que em diferentes níveis, o que vai ao encontro do que discutíamos acima acerca da coexistência de diferentes identidades. Assim, a diversidade linguística e cultural dos Estados-Membros da União Europeia deve se manter e ser fortalecida.

Fuss, García-Albacete e Rodríguez-Monter (2004), amparados por um projeto de pesquisa proposto pela Comissão Europeia sobre cidadãos europeus e idiomas, desenvolvem um estudo que se mostra bastante relevante para a nossa pesquisa. Os autores partem da hipótese de que o conhecimento de outras línguas europeias, a experiência em outros países do continente e a abertura para o novo são fatores determinantes para o desenvolvimento de um sentido de vinculação identitária à Europa, e se propõem a investigar tais aspectos.

De acordo com Fuss, García-Albacete e Rodríguez-Monter (2004), com a criação da União Europeia em 1992, paralelamente à integração política e econômica, buscou-se a criação de uma Europa das pessoas (*People's Europe*). Dessa forma, os autores afirmam que, apesar de incertezas quanto ao futuro do continente e da empreitada de aproximação, era consenso a necessidade de criar um senso de identificação com a Europa para que a integração econômica e política se legitimasse e tivesse continuidade. Nos anos seguintes, uma série de medidas foram tomadas para aprofundar a relação entre as populações dos diferentes países: “*Apart from common symbols such as the European flag or an anthem, major efforts have been made to promote transnational contacts and cross-border exchanges*”³ (2004, p. 273). Alguns dos esforços mencionados são os programas educacionais ‘*Socrates*’ e ‘*Erasmus*’ e programas de incentivo para o aprendizado de línguas europeias estrangeiras, estabelecidos no ‘*European Year of Languages 2001*’.

No entanto, os autores se questionam sobre a efetividade de tais medidas no sentido da criação, entre as populações dos países europeus, de um vínculo identitário à Europa. Ao se deparar com o desafio do estudo de uma identidade que se configura em nível transnacional, abrangendo diferentes culturas e idiomas nacionais, os autores percebem que há uma escassez de produção acadêmica nessa área; por outro lado, há inúmeros estudos que enfocam o papel de idiomas e linguagens regionais ou dialetos nos processos de formação de identidade. Após a realização de uma pesquisa que abrangeu mais de 2 mil jovens adultos em 10 cidades em 5 países membros da União Europeia, os investigadores percebem que, quanto maior o número de línguas estrangeiras europeias nas quais a pessoa é capaz de se comunicar e, principalmente, quanto mais numerosas e prolongadas as experiências em outros países da Europa, maior é o sentimento de vinculação à

³ “Além de símbolos comuns como a bandeira europeia ou um hino, grandes esforços foram feitos para promover contatos transnacionais e intercâmbios transfronteiriços” Tradução nossa.

Europa e maior é a impressão de que pessoas de diferentes países na Europa compartilham conteúdos culturais e simbólicos que os aproximam (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004).

No entanto, os autores se perguntam se tal identificação com a Europa e os europeus se configura como motivação ou consequência do aprendizado de outras línguas e da experiência em países estrangeiros. De fato, tal questionamento estará presente também na discussão dos nossos resultados de pesquisa, o que será debatido oportunamente. De todo modo, percebemos neste estudo a interessante contribuição de que os idiomas nacionais são importantes na constituição da identidade nacional, mas que não são barreiras para outras identidades, nesse caso, transnacionais. Tal conclusão carrega em si a concepção de que identidades são flexíveis e não excludentes entre si, concepção com a qual concordamos amplamente. Além disso, corrobora o entendimento de que identidades podem ser, e assim vêm se mostrando cada vez mais, multilíngues e multiculturais (Canclini, 1995).

Ainda sobre o contexto de integração europeia, deve-se ressaltar que a criação de vínculos em nível intersubjetivo articula-se dialeticamente – sem se confundir – com ações no nível político. Dessa forma, em um contexto de crise política e econômica na qual se encontra a União Europeia nos últimos anos, não se pode dizer que a identidade europeia é afetada da mesma forma e em um mesmo grau que a relação entre seus Estados-membros, uma vez que ela é vivida de forma única por cada indivíduo em relação com o espaço político, econômico, social, cultural, simbólico e afetivo no qual se encontra.

Diante do exposto, reiteramos que não pretendemos abordar o caso latino-americano como idêntico ao europeu, uma vez que se trata de duas regiões bastante distintas em termos históricos e culturais. Por um lado, a Europa encontra-se mais avançada que a América Latina em termos de integração, mas, por outro, a América Latina não deve seguir o mesmo caminho da União Europeia, encontrando antes uma via própria para integrar-se. De todo modo, percebemos que, também no caso europeu, vem-se reiterando a busca por uma identidade como um projeto ainda a ser realizado, projeto este que se funda no fortalecimento dos elementos comuns, em prol de objetivos que se estendem desde o âmbito econômico até o âmbito cultural e social, sem que haja a perda dos vínculos nacionais. Nesse processo, são decisivas tanto a vontade política de fortalecimento dessa integração quanto a aproximação entre as pessoas.

2.2.4. Problematizando uma identidade latino-americana

Neste tópico, delimitaremos o objeto de estudo desta pesquisa – a identidade latino-americana –, mas, para isso, consideramos importante trazer um percurso histórico do debate acerca do tema. Os argumentos que seguem corroboram o que foi colocado na primeira parte deste capítulo: lá, falávamos das vicissitudes que cercaram o nome e a ideia de ‘América Latina’ historicamente; aqui, queremos problematizar a trajetória do pensamento sobre o sujeito latino-

americano e, conseqüentemente, sobre sua identidade. É importante, contudo, notar que ambos questionamentos se encontram intimamente relacionados, pois o pensamento sobre a América Latina sempre envolverá aquele sobre seus habitantes.

O panorama mostrado até aqui revela que nosso objeto de estudo se mostra extremamente complexo, combinando um emaranhado de aspectos sociais, políticos, econômicos, subjetivos, simbólicos e afetivos. É possível que tal complexidade leve esta investigação a questionar a própria validade de seu objeto, pois uma identidade latino-americana pode não existir e nem ser desejada pelos atores envolvidos. Essas nuances deverão ser levadas em consideração na análise do que for observado em campo.

Por outro lado, no entanto, deve-se ter claro que a resposta definitiva à pergunta sobre a existência de uma identidade latino-americana – e de que forma ela se configuraria em termos amplos – foge da alçada de qualquer pesquisa acadêmica e quiçá tal resposta não exista. O que é viável realizar é o debate teórico sobre suas possibilidades e as delimitações conceituais que permitirão discuti-la no campo, dentro de um recorte específico. Como afirma Díaz-Genis (2004), o mais intrigante a respeito da pergunta acerca de quem são os latino-americanos e em que consiste uma identidade latino-americana não é a busca por sua resposta, mas a recorrência com que tal pergunta tem sido feita ao longo dos séculos e o número de pessoas que tem se envolvido em respondê-la.

Apesar de condenada por alguns, a expressão identidade latino-americana continua se fortalecendo e se consagrando em sua aparição em estudos e livros (Díaz-Genis, 2004; Mires, 2006; Canclini, 2008b). Segundo Ardao (1980), os intelectuais latino-americanos foram aqueles que mais se preocuparam em pensar o significado de sua identidade regional. Desde pelo menos o século XVIII, encontram-se escritos sobre aquilo que antes era interrogado como o ser latino-americano e que, nos séculos XIX e sobretudo XX, adquiriu “a roupagem moderna do termo identidade” (Canclini, 2008b, p. 67). Para Canclini, a pergunta “O que significa ser latino-americano? (...) está mudando enquanto se constroem novas respostas. Nesse debate continua havendo vozes históricas, mas a elas vêm se somar outras diferentes, às vezes com novos argumentos” (2008b, p.12).

Para Zea (1976), o sujeito latino-americano buscou, historicamente, um si mesmo que se espelhava no outro: o ideal de ser era aquele ocidental e, com base nesse ideal, procurava-se forjar um si-mesmo como uma réplica que se revelava sempre imperfeita e mal-acabada. Na opinião desse autor, o desejo latino-americano de chegar a ser como os europeus – e posteriormente como os estadunidenses – levou-os a presentificar constantemente seu passado de colonização. Assim, o esforço por se adequar aos moldes ocidentais, renunciando a esse passado, apenas tornava-o mais forte, acentuando a dependência dos latino-americanos ante uma metrópole (Zea, 1976).

Se levarmos o que está sendo debatido para a problemática das Ciências Humanas, percebemos que, diferentemente dos pensadores europeus – que sempre tiveram como pressuposto

(dissimulado) de suas filosofias a ideia de que o europeu era o modelo universal de homem –, os pensadores latino-americanos se viam sempre confrontados com a não universalidade, a alteridade de si mesmos. Assim, essa busca por peculiaridades representou também uma busca por aquilo que havia de humano nos homens latino-americanos (Zea, 1976).

Nesse contexto, podemos perceber que as próprias Ciências Humanas tiveram sua origem marcada pelo entendimento de que havia um modelo de homem que era o ideal, que seria o detentor da razão e por isso mereceria ser estudado e se impor sobre aqueles outros que não se adequavam a esse modelo. Esse modelo de homem coincidiu, então, com o homem branco europeu cristão, em oposição aos seus outros não brancos, não civilizados, não europeus, habitantes das Américas, da África e da Ásia (Castro-Gómez, 2000).

O contraste entre civilização e barbárie – para tomar de empréstimo o título do famoso livro de Domingos Sarmiento (1845/2010) – foi constante no pensamento latino-americano; uma oposição rígida na qual a barbárie era sempre atribuída a si próprio e a civilização era vista como o ideal a ser alcançado. Nos mesmos moldes, as recorrentes metáforas alusivas à peça shakespeariana *A Tempestade* (Retamar, 1973; Díaz-Genis, 2004; Rodó, 2006), colocavam o latino-americano lado a lado com Caliban, o canibal ignorante, e o europeu civilizador era comparado com Próspero, o conquistador que escraviza Caliban.

Para Zea (1976), a discussão e o questionamento sobre o ser latino-americano iniciam-se com o famoso debate, ocorrido entre 1550 e 1551, entre o teólogo espanhol Juan Ginés Sepúlveda e Frei Bartolomeu de Las Casas, dominicano espanhol que havia sido bispo de Chiapas, no México. O debate entre os dois religiosos centrava-se na questão se índios eram ou não humanos e, portanto, qual tratamento deveria ser destinado a eles. Buscava-se, assim, a compreensão da essência do humano no continente recém-descoberto (Gomes, 2007).

No pensamento latino-americano, teve também forte impacto o positivismo, com suas ideias de ordem e evolução, a serem atingidas por meio de uma ciência austera e supostamente imparcial. Dentro de nosso contexto, nos interessa ressaltar a vertente proposta por Herbert Spencer, que se utilizava do evolucionismo darwiniano para hierarquizar povos e raças em função de sua melhor adaptação. Segundo Love (1996), na América Latina, a apropriação de tais teses resultou em ideias pessimistas e autopejorativas, defendidas por autores latino-americanos de diferentes países, como Nina Rodrigues, no Brasil, José Ingenieros, na Argentina, e Alcides Arguedas, na Bolívia, tendo este último escrito uma obra intitulada *Pueblo Enfermo*.

As teses principais desses autores baseavam-se na existência de raças e concebiam como raças superiores aquelas indo-europeias; as raças indígena e negra – assim denominadas à época – eram taxadas de inferiores e limitadas. Além disso, a mestiçagem era um fator de degeneração humana, o que contribuía para o subdesenvolvimento observado na América Latina, em comparação, por exemplo, com os progressos observados na América do Norte – que tivera colonização anglo-saxã e onde a mestiçagem havia sido mínima. Como solução para isso, defendia-

se a imigração europeia, que levaria a um embranquecimento da população (Love, 1996). É notória a disputa que havia entres países da América Latina, no início do século XX, para recepcionar imigrantes europeus (Cervo & Bueno, 2008).

Tais análises históricas não devem ser ignoradas ou taxadas de ultrapassadas para a discussão atual sobre uma identidade latino-americana. Trata-se de percursos históricos que, apesar de não determinarem de forma exclusiva a realidade observada atualmente, estão presentes em sua conformação. Assim, observamos que, historicamente, uma identidade, ou o ser, latino-americano esteve impregnado com uma conotação extremamente negativa. É pertinente lembrarmos aqui o que foi colocado nas páginas anteriores acerca das relações de poder envolvidas nas identificações: diante de uma identidade desvalorizada socialmente, o sujeito é afetado por essa desvalorização. Dessa forma, a compreensão de como se configuraria hoje em dia uma identidade latino-americana passa pelo entendimento de como o sujeito latino-americano foi pensado historicamente como sendo pejorativo e inferior.

Nesse sentido, Canclini (2008b), em um livro denominado *Latino-americanos à procura de um lugar neste século* e marcado pelo trauma neoliberal da década de 90 – que teve forte impacto na América Latina –, se pergunta: “Quem quer ser latino-americano?” (p. 30). Canclini (2008b) afirma que, frequentemente, essa pergunta foi respondida emigrando, deixando para trás a região, como foi marcante ao longo das décadas de 80 e 90 no continente.

Nesse âmbito, mostra-se pertinente trazermos alguns aspectos da experiência de migração de brasileiros para os EUA, o que poderá nos fornecer elementos importantes para o debate acerca da relação entre brasileiros e nacionais de outros países latino-americanos. Beserra (2005), ao fazer uma pesquisa sobre brasileiros nos EUA, afirma que estes só fazem sentido socialmente para os estadunidenses se categorizados como latinos, que, por sua vez, ocupam, no país, o lugar do proletariado mal-empregado. Uma de suas entrevistadas diz que os estadunidenses enxergam todas as pessoas em termos de raças – brancos, negros, latinos, asiáticos – e estes não se misturam. Quando falam de latinos, parecem estar falando de uma sub-raça, uma raça que é sempre inferior.

Vale notar, como destaca Beserra (2005), que muitos brasileiros coadunam com essa posição negativa e de inferioridade dos latinos ao não quererem ser vistos como tais. De acordo com as conclusões da autora, muitos se esforçam por mostrar que são diferentes dos outros latino-americanos, produzindo, inclusive, discursos dissociados, como no caso de uma entrevistada brasileira que expressou ter se sentido melhor numa igreja hispânica do que numa brasileira, falando de uma identificação com os mexicanos. Logo depois, ela diz que os mexicanos estão destruindo a Califórnia, se juntando ao discurso hegemônico. Diante desse quadro, diz a autora:

Os brasileiros têm razões para se sentirem diferentes dos outros latino-americanos ou se identificarem mais ou menos com este ou aquele país. No entanto, defendo que esta não é a razão por que os imigrantes brasileiros geralmente evitam ser identificados como latinos em Los Angeles. O que faz com que os brasileiros temam tal identificação está conectado com o que as ideologias dominantes pregam, e não com qualquer experiência positiva ou negativa que eles tenham tido com

outros latinos nos Estados Unidos. Muitos brasileiros têm ou tiveram boas experiências com outros latinos, mas sempre que têm que generalizar suas impressões eles são levados pelo mesmo racismo do discurso dominante anglo-saxão (Beserra, 2005, p.204-5).

Nesse contexto, interessa-nos a relação do Brasil com os demais países da América Latina, uma vez que, como já mencionado, a única nação latino-americana de língua portuguesa posicionou-se historicamente à distância dos seus vizinhos hispânicos. Em outras palavras, observou-se sempre uma dicotomia entre a proximidade geográfica e o distanciamento cultural entre essas nações e o Brasil (Barbosa, 2007). As razões para tal afastamento já foram exploradas nas páginas anteriores e tudo o que foi colocado nos leva a entender que uma integração considerada ‘autêntica’ envolve tanto uma vontade política quanto uma aproximação de suas populações, em um processo que envolve necessariamente uma ressignificação do que é ser latino-americano.

Para Díaz-Genis (2004), a identidade latino-americana é formada por distintas alteridades, distintos outros que se unem em uma construção histórica. Esses outros seriam, principalmente, o branco europeu, o indígena e o negro, constituindo assim dialeticamente a cultura latino-americana como uma cultura híbrida, nos termos do que fala Canclini (2008a), levando em consideração que as culturas europeias, indígena e negra são, por sua vez, também culturas híbridas. Ressaltamos, nesse contexto, que entendemos aqui culturas híbridas não como uma sobreposição de componentes isolados derivados cada um de uma matriz cultural, mas antes como antíteses que dialeticamente fazem assomar uma síntese, algo novo que não se confunde com nenhuma das partes em oposição.

O ponto no qual Díaz-Genis (2004) se detém é que há um desequilíbrio no reconhecimento das alteridades que formam a identidade latino-americana. Enquanto uma é supervalorizada, e ocupa uma posição de poder, as demais são negadas ou colocadas sob fortes estereótipos. Segundo a autora, o não reconhecimento do caráter híbrido da cultura latino-americana oscilou historicamente entre dois extremos: um deles entendia que éramos absolutamente distintos dos europeus e de tudo que viesse da cultura ocidental; o outro consistia na tentativa de fazer-nos réplicas mal-acabadas e periféricas do modelo europeu – e, posteriormente, estadunidense. Ambos extremos se mostraram parciais e ideológicos, ou idealizados. “*Repensar esta heterogeneidad que somos en sus múltiples niveles de hibridación, sin duda rompe con una idea de nosotros mismos como algo homogéneo o compacto, o como lo ‘absolutamente otro que occidente’*” (Díaz-Genis, 2004, p. 47).

Nesse sentido, falar em identidade latino-americana significará sempre falar em uma pluralidade de apreensões desta. Pensando-as, como afirma Miranda (2007), não como posicionamentos rígidos e com pretensões à superioridade, mas como o compartilhamento de um sentimento de pertença a uma ideia de América Latina, ideia esta que será sempre diversa para cada um de seus habitantes. Também nesse sentido defende Díaz-Genis (2004) que se deve entender a

identidade latino-americana como uma construção, que se faz de acordo com o contexto histórico-cultural no qual está inserido aquele que questiona e não poderá nunca se basear nos fatos ‘reais’ que estariam por trás de uma identidade ‘legítima’, uma vez que tal ideia não existe.

Concordamos com aqueles autores que veem na construção de uma identidade a promoção de um sentimento de solidariedade e fraternidade entre as populações dos países latino-americanos, sem as quais decisões políticas visando à integração seriam vazias e artificiais. Tal construção identitária, portanto, revela-se necessariamente como uma tarefa, um projeto.

Desde luego, hay muchos intentos para definir a América Latina desde una perspectiva no política. Ya desde comienzos del siglo veinte, (...) hay cientos de libros y miles de artículos cuyo objetivo es descubrir la esencia de una supuesta ‘identidad latinoamericana’. Pero aparte de algunos elementos comunes a sus naciones, como el idioma, algunos usos y costumbres, y ciertos aspectos históricos similares, esa identidad latinoamericana no ha podido ser encontrada. La mayoría de los autores han concluido que esa identidad está todavía por hacerse y con ello reconocen objetivamente que la identidad latinoamericana no se encuentra en la existencia subterránea de alguna cultura milenaria, como es el caso de las culturas asiáticas e islámicas, sino que deberá ser el producto siempre inconcluso de múltiples experiencias históricas (Mires, 2006, p.3).

Na mesma direção se expressa Martin-Baró (2009):

Cada país tem suas peculiaridades e seus recursos, sua história e seus problemas. Contudo, tampouco se pode ignorar o que há de comum entre os povos latino-americanos. A América Latina é, sob muitos aspectos, algo mais que um nome (...). Essa generalidade latino-americana assenta-se em raízes étnicas, sociais e culturais muito profundas, mas é, acima de tudo, um horizonte, ou melhor dito, uma tarefa histórica para os povos desses países (p. 206).

É nesse sentido que a construção de uma identidade latino-americana envolve também uma reconstrução desta, pois uma identidade imposta é uma forma de extrema violência psíquica e cultural (Rosales, 2002). Nesse contexto, é importante enfatizar que a construção e reconstrução dessa identidade não deve conduzir a que se negue a importância do componente ocidental, mas sim que ele entre em uma síntese igualitária com outras expressões, outras alteridades que nos constituem, sobretudo as componentes indígena e negra, tradicionalmente desvalorizadas (Díaz-Genis, 2004).

Considerando os agentes políticos que, nos últimos anos, têm falado em favor de uma integração latino-americana, observa-se uma forte ênfase na necessidade de se considerar a diversidade social, cultural e étnica do continente. Assim, a diversidade do continente não impediria a integração, pelo contrário, contribuiria para torná-la mais rica e plural, afinal “admitir as diversidades não significa a negação da importância de caracterizações comuns à cultura latino-americana” (Beyhaut, 1994, p. 197).

Mais uma vez, tais posicionamentos suscitam questões sobre a maneira como isso repercute em relações intersubjetivas e constituições identitárias na América Latina. Deve-se destacar, nesse âmbito, o papel da mídia, na época atual, como veiculadora de imagens e

significados que têm forte influência subjetiva e social sobre a população (Barbosa, 2007). Nesse sentido, meros posicionamentos políticos não são suficientes para propiciar a aproximação entre populações e a quebra de desconhecimentos mútuos. Percebe-se uma gama de atores envolvidos, em diferentes níveis: intelectuais, políticos, midiáticos, artísticos e populacionais.

Neste trabalho, nosso objeto de pesquisa se configura como um objeto instável, incerto e complexo. Entendemos a identidade latino-americana como um posicionamento de identificação que se funda em sentimentos de pertença à região e de compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos entre seus habitantes. Nosso enfoque específico são os intercâmbios acadêmicos e de que forma tais programas vêm gerando a aproximação entre pessoas no continente, possibilitando a emergência da noção subjetiva de que se tem algo em comum. No capítulo seguinte, exploraremos com detenção a universidade como lócus de integração no continente.

2.3. A UNIVERSIDADE COMO LÓCUS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Nas páginas anteriores, tratamos de apresentar uma trajetória histórica da América Latina, visando a entender a relação de seus países ao longo dos últimos séculos. Buscamos ainda conceituar identidade e pensar as vicissitudes de uma possível identidade latino-americana, uma vez que esta se configura como nosso objeto de estudo neste trabalho. Neste capítulo, abordaremos o contexto específico de realização da nossa pesquisa, qual seja, o da universidade. Enfocaremos o âmbito dos intercâmbios universitários como lócus de integração e de possível construção de um sentimento identitário, que se traduz em um compartilhamento de vivências culturais e sociais.

Para tanto, iniciaremos este capítulo abordando o percurso da universidade na América Latina e no Brasil e dos modelos que a regeram e regem, para então tratarmos do planejamento e criação da Universidade de Brasília, pensada como utopia por seus idealizadores. O resgate histórico se justifica por nossa intenção de mostrar as tensões e contradições na trajetória de constituição da universidade latino-americana, particularmente brasileira, ressaltando a Universidade de Brasília como um espaço de integração latino-americana que deve ser fortalecido. Por fim, retomaremos a importância das universidades, de forma geral, como motor de integração e abordaremos as iniciativas de integração universitária no âmbito da América Latina.

2.3.1. A Educação Superior na América Latina

Neste tópico, falaremos da trajetória da Educação Superior na América Latina, desde o período colonial, enfatizando a construção da ideia de universidade neste continente e as mudanças que esta sofreu ao longo da história. Isso nos ajudará adiante a conceber qual é o modelo de universidade que nos possibilita pensar em uma integração latino-americana.

Para falarmos do início dessa trajetória é necessário nos remetermos ao período colonial. O surgimento das universidades no território latino-americano não se deu de forma homogênea: a colônia portuguesa e as colônias espanholas apresentaram um histórico bastante distinto em termos de universidade e ensino superior. Sabe-se que a metrópole espanhola incentivou a fundação de universidades desde o século XVI em seus territórios ultramarinos: já em 1538 é fundada pelos espanhóis a primeira universidade na América, em Santo Domingo, atual República Dominicana, confiada aos dominicanos; em 1551, foram fundadas a Real Pontifícia Universidade do México e a Universidade de São Marcos, em Lima, ambas sob controle da Igreja Católica (Pereira, 2008).

O contexto europeu da Contra-Reforma levava a Espanha a se esforçar, por meio das universidades, por difundir o pensamento cristão e impedir a divulgação do protestantismo, buscando assim um modelo europeu católico de civilização, dirigido a formar uma aristocracia colonial. O enorme número de universidades na Espanha, à época – no final do século XV, contava já com 12 universidades, enquanto Portugal apenas uma, a de Coimbra –, supria-lhe com recursos

humanos suficientes para a transferência de docentes para a América. O modelo utilizado era, sobretudo, o da Universidade de Salamanca, uma universidade de Humanidades, que priorizava o ensino de áreas do conhecimento como gramática, artes, direito canônico e civil e teologia (Pereira, 2008).

A instituição de universidades nas colônias espanholas “revela (...) a preocupação de que saberes e ensinamentos tinham um lugar próprio e que as principais áreas coloniais espanholas deveriam ter seus núcleos para os conhecimentos importantes da época, como teologia, filosofia e normas jurídicas” (Freitas-Neto, 2011, p. 62). Dessa forma, as colônias espanholas já dispunham de seis universidades no fim do século XVI e aproximadamente 19 no início do século XIX, período em que grande parte se tornou independente. Algumas eram instituições reais e outras religiosas, dirigidas sobretudo por jesuítas ou dominicanos (Ribeiro, 1982).

No final do século XVIII, todos os países americanos já possuíam universidades, com exceção do Brasil e do Canadá (Pereira, 2008). Na colônia portuguesa, a construção de universidades ou quaisquer outros institutos de ensino superior estivera estritamente proibida até a vinda da família real portuguesa em 1808, existindo apenas alguns cursos isolados, sobretudo teológicos ou propedêuticos para a Universidade de Coimbra. A maioria desses cursos era conduzida por jesuítas e, com a expulsão destes do Brasil, em 1759, diminuíram consideravelmente (Freitas-Neto, 2011).

A expulsão dos jesuítas deve ser entendida no contexto de uma necessidade sentida por Portugal de um aumento do controle sobre a colônia e, conseqüentemente, sobre a formação dos colonos. Dentro desse quadro, pode-se dizer que a razão principal para a proibição de universidades era o esforço português de manter o Brasil subordinado a Lisboa, permanecendo a colônia como mera fornecedora de riquezas minerais e agrícolas, enquanto sua elite era formada nos moldes do pensamento português, sobretudo na Universidade de Coimbra.

Quando da vinda da Corte portuguesa, foram então criados cursos “marcados pela mesma preocupação pragmática de criar uma infraestrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia, tornada Reino-Unido” (Mendonça, 2000, p. 134). Tais cursos caracterizavam-se sobremaneira por uma preocupação de ordem profissionalizante, sobretudo militar – com a instituição da Academia Militar e da Academia da Marinha (Mendonça, 2000).

Assim, enquanto as universidades da América espanhola formaram em torno de 150 mil estudantes no período colonial, na América portuguesa, estima-se que aproximadamente 2.500 jovens chegaram a graduar-se em universidades na Europa, sobretudo em Coimbra (Holanda, 1936/1997). Até a Independência, o Brasil dispunha de apenas algumas escolas de ensino superior, o que, na opinião de Ribeiro (1982), demonstra a escassez de pessoal de nível superior do qual o Brasil dispunha para conduzir sua vida independente, ao contrário das ex-colônias espanholas. Já no momento da proclamação da República, havia cinco faculdades: duas de Medicina, em Salvador

e no Rio de Janeiro, duas de Direito, em São Paulo e Olinda, e uma Politécnica também no Rio de Janeiro, totalizando 2.300 estudantes matriculados no país (Ribeiro, 1982).

Após o século XVIII e sobretudo com as independências, os institutos de ensino superior em toda a América Latina passaram a se inspirar no modelo francês napoleônico. Estava presente também a influência dos princípios iluministas europeus, que contribuiu para a laicização da maioria das instituições. O modelo napoleônico estava voltado para a formação sólida de profissionais para ocupar os postos de trabalho que exigiam maior qualificação, contribuindo assim para o desenvolvimento do país. Apesar das mudanças, os institutos de ensino superior latino-americanos permaneceram como instituições conservadoras, marcadas por um caráter elitista e profissionalizante. A apropriação do modelo francês se traduzia em instituições que perpetuavam o *status quo* da sociedade, uma vez que apenas para servir para formar profissionalmente uma elite (Ribeiro, 1982; Pereira, 2008).

Assim, o objetivo era a formação de profissionais liberais – sobretudo médicos, advogados e engenheiros – que ocupariam os postos de prestígio no país. Com relação aos professores, predominavam as cátedras vitalícias e raramente os docentes dedicavam-se de forma exclusiva à instituição, geralmente usando-a como *status* para outras atividades. Eram insignificantes as práticas de pesquisa e as de extensão eram inexistentes. Em termos estruturais, mesmo quando chamadas de universidades, a maioria se apresentava como escolas ou faculdades isoladas, com pouca ou nenhuma comunicação entre si (Ribeiro, 1982).

É-nos interessante destacar que não havia preocupações com a realidade social e histórica do país ou região e tampouco tentativas de realizar ações no sentido de transformá-las. Pelo contrário, o ensino baseava-se em pensadores europeus e o debate centrava-se em problemáticas derivadas de contextos totalmente diversos do latino-americano. A ascensão econômico-militar dos Estados Unidos gerou, nos círculos universitários, uma crescente admiração por seu progresso calcado no princípio do pragmatismo. Ainda assim, os europeus continuavam sendo vistos como os teóricos universais.

De grande relevo para a busca de uma nova universidade na América Latina foi a Reforma de Córdoba na Argentina, em 1918, que, desencadeada por manifestações e greves estudantis, acabou por receber grande atenção de diversos setores do país e logo espalhou sua influência por outras nações latino-americanas. O Manifesto redigido pelo movimento tinha, como principais reivindicações, o fim do sistema de cátedras vitalícias, a participação dos estudantes nas decisões da universidade, a autonomia universitária, o fim do elitismo e a extensão da Universidade para além de seus limites (Freitas-Neto, 2011).

Os estudantes de Córdoba apelavam aos estudantes de toda América do Sul para que observassem como as demandas eram similares, assim como a tarefa que se impunha de reformar as universidades a partir de uma bandeira comum: mudar os mecanismos administrativos, o ensino e a prática docente (Freitas-Neto, 2011, p. 67).

Assim, uma importante dimensão do movimento era também a defesa de uma universidade latino-americana, que atuasse para fomentar a união entre os povos da região e o desenvolvimento de uma consciência de suas comunidades, amparada por uma cultura solidária e de paz. “Pode-se afirmar que a mais importante influência que Córdoba deixou foi a luta pela construção do sentimento de uma identidade ‘latino-americana’ que fosse, ao lado do modelo francês e humboldtiano, um modelo político latino influente” (Pereira, 2008, p. 59). A Reforma de Córdoba teve grande impacto em outras universidades da América Latina, como as do Uruguai, México e Peru, influenciando também Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1982).

2.3.2. A Universidade no Brasil

A partir do que foi falado no tópico anterior, direcionaremos nosso pensamento histórico para o contexto brasileiro, com o objetivo de pensar nas transformações pelas quais passaram a concepção de Ensino Superior no Brasil. Já tecemos algumas considerações sobre o Ensino Superior no Brasil no período colonial e após a Independência. Ao longo do século XIX, o que mais se observou no país foi a proliferação de faculdades profissionalizantes isoladas, principalmente de Direito e Medicina. Após a Proclamação da República e, sobretudo, no início do século XX, começam a surgir várias tentativas de criar universidades ou juntar faculdades isoladas, tentativas essas – tanto privadas quanto públicas – que enfrentaram resistência para sair do papel ou que tiveram apenas uma existência efêmera (Mendonça, 2000; Pôrto Jr., 2001; Fávero, 2004).

A primeira experiência relativamente duradoura com o nome de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Essa instituição agregou outras já existentes – a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito. No entanto, essas escolas continuaram funcionando de forma isolada, sem alterações em suas grades curriculares e em suas práticas internas. Ou seja, percebeu-se que a reunião dessas instituições em universidade não se traduziu em uma real articulação entre elas, apenas deu início a uma disputa por poder e verba (Mendonça, 2000).

Naquele momento histórico brasileiro, o desmantelamento das oligarquias regionais, a passagem do poder do âmbito estadual para o federal e a crescente urbanização e industrialização alimentaram o debate sobre a Educação no Brasil, em todos os níveis. Dentro desse quadro, surgem intensas discussões no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924, a respeito do papel do Estado na esfera educacional. Com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, sob direção do educador Francisco Campos, é instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras. O documento continha algumas ideias pioneiras de educação, ao prever a criação de instituições que não fossem apenas profissionalizantes, mas que também fomentassem a elevação da cultura e a investigação científica. No entanto, o Estatuto foi muito criticado, sobretudo pela excessiva ingerência governamental nas universidades (Pôrto Jr., 2001).

O lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, concebia a universidade numa tríplice função de “criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes” (Mendonça, 2000, p. 138). É, portanto, neste documento, que são mencionados, pela primeira vez, os princípios constituidores da tríplice função da universidade: ensino, pesquisa e extensão. As teses defendidas no Manifesto nortearam o estabelecimento tanto da Universidade de São Paulo quanto da Universidade do Distrito Federal, como veremos a seguir.

Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, que tinha como objetivos cobrir todos os campos do saber sem se prender à formação de profissionais liberais, bem como superar a condição de meros aglomerados de faculdades e formar professores para a educação superior. Para alcançar esses objetivos, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Contudo, o projeto encontrou dificuldades em se estruturar conforme planejado, devido à oposição das grandes escolas tradicionais que haviam sido unificadas para formá-la (Mendonça, 2000).

Em 1935, com a mesma ambição, foi criada a Universidade do Distrito Federal, sob a liderança de Anísio Teixeira. O objetivo era obter novos campos de estudos dentro do ensino superior brasileiro e não se restringir à formação de profissionais liberais tradicionais. As escolas e institutos seriam articulados por um complexo sistema de Escolas e Institutos com Centros de Pesquisa e Experimentação, que buscariam cultivar e difundir as ciências, tanto humanas quanto exatas, além do estudo da problemática do ensino. Essa instituição não encontrou confrontação com as outras escolas, mas sim hostilidade por parte do Ministro Gustavo Capanema após instaurado o Estado Novo, em 1937, quando então é fechada (Pôrto Jr., 2001).

Assim, a Universidade do Distrito Federal é suplantada pela Universidade do Brasil. Esta foi implantada no Rio de Janeiro pelo Governo Federal, por iniciativa de Capanema, no ano de 1937, com o objetivo de que se tornasse uma instituição-padrão, inclusive com a finalidade de controlar e padronizar o ensino superior no país. Tal ingerência governamental daria ensejo à discussão sobre a autonomia universitária com relação a outras instituições da sociedade e particularmente com relação ao Estado. O debate sobre este tema será constante a partir daí. A Universidade do Brasil, apesar de alegar estar movida por propósitos inovadores, foi estruturada sem qualquer pretensão de integração, constituindo-se de faculdades profissionalizantes que ignoravam umas as outras (Pôrto Jr. 2001).

Nesse breve relato, percebemos então o empenho do ensino superior brasileiro para estruturar-se e deixar de se configurar como instituições isoladas, apenas reprodutoras de um conhecimento elaborado alhures e com o objetivo restritivo de capacitar jovens da elite para o mercado profissional. Assim, paulatinamente, e em um percurso repleto de avanços e recuos, tensões e contradições, percebemos esforços no sentido de transformar a universidade em uma instituição democrática, com autonomia, engajada com a realidade social na qual está inserida,

ancorada na tríplice função de ensino, pesquisa e extensão. É nesse percurso que se insere a formulação da proposta de criação da Universidade de Brasília, conforme veremos a seguir.

2.3.3. A Universidade de Brasília: realidade e utopia

A Universidade de Brasília foi pensada para ser uma instituição de ensino superior ainda sem precedentes no Brasil, retomando a linha criativa que havia sido iniciada com a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal. Nesse sentido, a criação da Universidade de Brasília se insere em um contexto de discussões sobre a educação superior em todo país que se estendia desde as primeiras décadas do século XX. Desde seus primórdios, as instituições de ensino superior no Brasil estavam imersas em um sistema catedrático e as universidades brasileiras eram tão somente aglomerados de escolas e faculdades (Xavier, 2001).

Para a construção do projeto, foi necessário reavaliar todo o sistema de educação superior brasileiro. O resultado dessa avaliação levantou os seguintes pontos: falta de sistema integrativo; estrutura profissionalista e unitarista; universidade elitista, colonizada e alienada; incapacidade de dominar o saber científico e humanístico moderno; regime de cátedras, que dava o controle de uma área a um professor vitalício com plenos poderes sobre ela; carência de programas de pós-graduação; burocratismo, que reduzia os atos acadêmicos a rotinas cartoriais; verbalismo, gerando carência de formação científica e treinamento prático; enclausuramento, que não permitia diálogo dentro da própria comunidade acadêmica, tampouco com a sociedade que a cercava (Ribeiro, 1982).

Devemos levar em consideração que a própria universidade estivera historicamente voltada para uma elite, herança colonial perpetuada até os dias atuais. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, cientes desse descompasso, advertiam que a universidade não poderia representar um privilégio, não poderia, portanto, ser destinada apenas para uma camada restrita da sociedade. Deveria, ao contrário, estar voltada para todos, o que seria pensá-la verdadeiramente como e para uma democracia.

A Universidade de Brasília surgia então como utopia. De acordo com Miglievitch-Ribeiro (2012), tratava-se de um projeto de Brasil e de América Latina pensado por meio da universidade, calcada em uma mentalidade utópica. Por utopia deve-se entender um horizonte necessário, que, ainda que não atingido, permaneceria como um ideal.

A universidade de que precisamos, antes de existir como um fato no mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia no mundo das idéias. (...) Deverá ser suficientemente clara e atraente para poder atuar como uma força mobilizadora na luta pela reforma da estrutura vigente. Deverá ter, além disto, a objetividade necessária para ser um plano orientador dos passos concretos pelos quais passaremos da universidade atual à universidade necessária. (Ribeiro, 1982, p. 172)

A Universidade de Brasília foi um dos projetos mais ambiciosos da intelectualidade brasileira e, para ser concretizada, passou por diversos desafios, primeiramente de ordem política. Como convencer políticos e intelectuais a construir uma universidade de tal magnitude numa cidade nova, sem tradição? Para Darcy Ribeiro, a ideia da construção da Universidade de Brasília era imperativa para o Brasil naquele momento. Afinal, ao se criar uma capital no interior do país, era inevitável o surgimento de cursos superiores. Dessa forma, ou se deixava surgirem várias escolas superiores, como havia por todo o país, ou se construía um novo modelo de universidade (Ribeiro, 1961).

Na época da construção da capital, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira participavam da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em defesa da escola pública. Ambos também já estavam envolvidos com o planejamento da rede de ensino primário e médio a ser instalada em Brasília. Cercado por tudo isso, Darcy é nutrido pela ideia do ensino superior na capital. Dessa forma, entra em contato com diferentes políticos, buscando apoio para a construção de uma universidade tão inovadora quanto a própria nova cidade (Xavier, 2001).

Foi com o empenho de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e de vários outros, desejosos da concretização dessa empreitada, que, em 1960, no momento da inauguração da capital, o presidente envia uma mensagem ao Congresso Nacional, na qual solicita autorização para que se institua a Universidade. Dessa forma, é criada uma comissão especial para projetar a Universidade de Brasília, que contava com a participação de Oscar Niemeyer, Cyro dos Anjos e outros, e da qual Darcy Ribeiro é nomeado presidente (Xavier, 2001).

O projeto era inovador para parâmetros nacionais. Tal inovação se mostrava no regime jurídico próprio da Universidade, na estrutura acadêmico-administrativa, na integração dos cursos universitários e na inclusão da pesquisa, o que justifica o número significativo de cursos de pós-graduação criados. Além disso, havia a grande mudança quanto à autonomia. No plano didático, a universidade era livre para organizar seu regime de ensino, currículo dos cursos, sem estar atrelada a exigências da legislação. A sua forma de organização viria prevista em seu estatuto. No plano financeiro, também era importante que a entidade fosse independente, obtendo recursos próprios para a sua gestão (Pôrto Jr., 2001).

Todavia, não foi fácil levar a cabo o projeto. Existiam oposições claras à criação da Universidade na capital, que resultaram em embates superados apenas com inúmeros acordos e articulações políticas. Assim, em 15 de dezembro de 1961, a Lei 3.998 é sancionada pelo presidente João Goulart, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília. Esta funcionaria como uma autarquia em regime especial, que teria como objetivo manter a Universidade de Brasília, instituição de Ensino Superior de Pesquisa e Estudo em todos os ramos da Ciência (Mendonça, 2000).

Entre os objetivos previstos no estatuto da Universidade de Brasília, estavam: no Art 2º, item 1: “formar cidadãos responsáveis, empenhados na busca de soluções democráticas para os

problemas com os quais se defronta o povo brasileiro em sua luta pelo desenvolvimento econômico e social”; no Art. 3º, item 1:

contribuir para que Brasília, a Nova Capital Federal, exerça efetivamente uma função integradora da vida social, política e cultural da Nação, através de um núcleo de ensino e de investigação do mais elevado nível, aberto a toda juventude do Brasil e, enquanto seja possível, a de outros países, especialmente aos da América Latina (Ribeiro, 1982).

Percebemos aí a preocupação dos intelectuais idealizadores de uma Universidade de Brasília como utopia de que esta se voltasse para os problemas do país, deixasse de ser elitista e buscasse a abertura para os demais países da América Latina. Assim, democracia e compromisso social mostravam-se como fundamentos de sua atuação.

No entanto, após aprovado o projeto no Congresso, vinha a dificuldade de implantação. O início provisório das atividades ocorreu no final de 1961, em dois andares de um edifício ministerial. A aula inaugural ocorreu em 21 de abril de 1962, ministrada por Anísio Teixeira no auditório Dois Candangos (Pôrto Jr., 2001). Até o ano de 1964, a universidade funcionou em parte com instalações provisórias. A persistência com o modelo inicial foi grande; contudo, com o regime militar instaurado no país, o projeto inicial é dramaticamente alterado. Assim, em 24 de Outubro de 1965, ocorre a diáspora de professores e a utopia leva um golpe da realidade.

As intervenções do Governo Militar nas universidades brasileiras geraram, de forma crescente, um sentimento de revolta entre os estudantes. Alianças entre o Brasil e os Estados Unidos – consolidados nos famosos acordos MEC-USAID (sigla em inglês para Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) – previam a ‘modernização’, não só do ensino superior, mas de todo sistema educacional do país, conduzida por especialistas estadunidenses cujos princípios basilares eram a racionalização, a eficiência e a produtividade. Essas medidas foram então consagradas na Reforma Universitária de 68. Os valores que a pautaram, por se basearem em uma “concepção de universidade conservadora, a serviço dos grupos dirigentes, com uma visão de formação voltada para um restrito profissionalismo e um suposto desenvolvimentismo nacional, estavam longe da perspectiva de defesa de uma universidade voltada para a realidade brasileira” (Pereira, 2008, p.68).

Abafava-se, assim, a utopia construída por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira de uma universidade calcada no ensino, pesquisa e extensão, voltada para a realidade brasileira e latino-americana. Diante das medidas tomadas pelo governo militar, cresce um movimento estudantil que vai protestar contra o elitismo e o arcaísmo das instituições de ensino superior. Reivindicava-se assim a participação docente e discente na administração acadêmica, a autonomia universitária, o regime de dedicação exclusiva para os professores, flexibilização do currículo e um aumento no número de vagas. Além disso, protestava-se contra a alienação da universidade frente à realidade nacional e aos problemas sociais (Mendonça, 2000).

Pereira (2008), ao fazer um paralelo entre o movimento estudantil brasileiro de 1968 e o movimento argentino de 1918, que desencadeou a Reforma de Córdoba, argumenta que ambos pretendiam alterar de forma estrutural a universidade, bem como estabelecer um diálogo com demandas de outros países latino-americanos. Além disso, defendiam o caráter político-social da universidade e seu papel na transformação da nação.

Para Ribeiro (1982), as universidades na América Latina tiveram historicamente alguns aspectos em comum como: o serviço às elites nacionais e internacionais, contribuindo para perpetuar o *status quo*, e também o grande impacto sentido pelas ditaduras, pois, sempre que pendiam para o lado da crítica e da reforma, caía sobre elas o peso repressivo. Dessa forma, tais reivindicações foram comuns à realidade universitária latino-americana ao longo do século XX.

A universidade brasileira hoje está longe de corresponder aos ideais defendidos tanto pela Reforma de Córdoba como Movimento Estudantil de 1968. A história da universidade latino-americana e seu vínculo com os processos político e econômico demonstram a necessidade da contínua luta em defesa da universidade como instituição autônoma e como expressão da liberdade de pensamento crítico e de responsabilidade social latino-americana (Pereira, 2008, p. 72).

Assim, da mesma forma como já denunciava Ribeiro (1982), Pereira (2008) afirma que a configuração atual das universidades, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, permanece caracterizada por um modelo francês no qual predomina a formação de profissionais, em detrimento de seu caráter acadêmico e engajado na transformação da realidade social dos contextos regionais e nacionais nos quais estão inseridas. Dessa forma, nem o movimento de Córdoba e tampouco o dos estudantes brasileiros em 1968 teriam conseguido romper com aquilo que criticavam, também não obtendo sucesso na busca por “alcançar políticas para eliminar as fronteiras culturais entre os povos latinos com vista a uma cultura solidária e a uma ‘consciência das comunidades latino-americanas’” (Pereira, 2008, p. 72-3).

Com o fim da ditadura militar, a Universidade de Brasília pôde então se esforçar por retomar seu compromisso histórico, pautado pela democracia e comprometimento social. No contexto de redemocratização, com Cristovam Buarque exercendo o mandato como reitor a partir de 1985, destacou-se uma grande abertura para a América Latina, o que era incentivado pelo fato de vários países estarem passando por situação similar. Desse modo, a universidade se volta para novas temáticas, que antes não encontravam espaço no âmbito universitário. Nesse ano, é fundado o Centro de Estudos e Pesquisas da América Latina (CEPPAC, atualmente Centro de Estudos e Pesquisas das Américas) e em 1986 é criado o Centro de Estudos Multidisciplinares (CEAM). Em 1987, é realizado o primeiro Festival Latino-americano de Arte e Cultura, vivido intensamente pela comunidade universitária da época.

2.3.4. Universidades na América Latina: lócus de integração

A partir do que colocamos nos tópicos anteriores, expandiremos agora nosso debate para a universidade como importante espaço para uma integração latino-americana que vá além apenas do âmbito político e econômico, ou seja, que encontre ressonância interpopulacional e subjetiva. Entendemos que tal potencial integrador é próprio da universidade e deve ser expandido.

Assim, neste tópico, trataremos mais especificamente da universidade como arena de encontro de pessoas em formação. Ao se encontrarem nesse ambiente forjado para a produção e transmissão de conhecimento, os jovens têm também a oportunidade de trocarem experiências de vida, gostos e interesses. Ao fazê-lo, novas realidades sociais e subjetivas são construídas. Como vimos, a identidade é um fenômeno multifacetado: a pessoa, ao se constituir subjetivamente, constrói identificações por meio do estabelecimento de vínculos simbólicos e afetivos. Tal processo não ocorre no vazio, mas sim em um espaço permeado por significações construídas historicamente e em uma cultura.

Assim, temos alguns exemplos históricos pertinentes, que corroboram nossa defesa das universidades como locus privilegiado de integração e construção de vínculos. No caso do Brasil, temos a interessante tese trazida por Carvalho (2006), associando a Universidade de Coimbra à criação de uma identificação entre brasileiros filhos da elite colonial. O autor defende a importância do contato desses estudantes brasileiros privilegiados em Coimbra como uma das possíveis razões para a não dissolução do território imperial brasileiro – como ocorreu com as antigas colônias espanholas – por ocasião da independência e nos anos seguintes.

No Brasil, diz o autor, devido às grandes distâncias, dificilmente tais abastados viriam a entrar em contato; no entanto, ao serem mandados para Coimbra, tinham a oportunidade de se conhecer e, assim, a partir de uma percepção do compartilhamento de vários aspectos em comum, criar vínculos que depois se perpetuavam em terras brasileiras. Criava-se, desse modo, um embrião de identidade brasileira que, como já dissemos, viria a se tornar de fato nacional e popular apenas no início do século XX, com o impacto da Semana de Arte Moderna e das medidas nacionalistas de Getúlio Vargas (Carvalho, 2006).

Também Anderson (2008), ao falar da África e do Sudeste Asiático, trata da importância das escolas coloniais na formação de uma identificação entre jovens oriundos, muitas vezes, de diferentes origens etnolinguísticas, mas que pertenciam a uma mesma unidade administrativa colonial e eram bilíngues. Nesse espaço de convivência interpessoal, vínculos surgiam entre pessoas vindas das mais diferentes culturas. Além disso, diz o autor, tal emergência de um senso de comunidade nem sempre se dava dentro dos limites de uma unidade administrativa, e sim em uma região, gerando o que ele chamou de uma camaradagem africano-ocidental, por exemplo, ou indochinesa.

Sobre supostas barreiras linguísticas e o bilinguismo, diz o autor:

A língua não é um instrumento de exclusão: em princípio, qualquer um pode aprender qualquer língua. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva, limitada apenas pela fatalidade de Babel: ninguém vive o suficiente para aprender todas as línguas. (...) A única interrogação que resta a propósito de línguas como o português de Moçambique e o inglês na Índia é se o sistema administrativo e, sobretudo, o sistema educacional podem gerar uma difusão do bilinguismo politicamente suficiente (Anderson, 2008, p. 190).

Neste trecho, percebemos a defesa de Anderson (2008) de que toda barreira linguística é relativa, pois depende dos esforços políticos e educacionais envolvidos, que devem ter um alcance suficiente para difundir o domínio de ambas as línguas. Assim, tendo em vista a proximidade entre os idiomas espanhol e português, esta certamente não é uma barreira para a integração entre pessoas com uma dessas duas línguas como idioma materno, desde que haja um ambiente propício para a aprendizagem.

Nesse contexto, é interessante mencionarmos um esforço que tem havido no sentido de suplantarmos essa questão: trata-se da presença do ensino de espanhol em escolas brasileiras e de português em alguns países da América Latina. No Brasil, a lei nº 11.161 de 2005 estabeleceu a inclusão da língua espanhola no Ensino Médio, dando aos estados um prazo de cinco anos para implantarem a oferta de ensino (Brasil, 2005).

Os exemplos trazidos acima corroboram, portanto, nosso argumento de que a convivência entre pessoas de diferentes nações da América Latina no espaço da universidade representa uma oportunidade para o combate a desconhecimentos mútuos em prol de uma integração autêntica, que se funde na criação de vínculos identitários. Nesse sentido, a universidade se mostra como um espaço de encontro, um *locus* privilegiado para o diálogo e para o intercâmbio de conhecimentos, valores e experiências (Trindade, 2009b).

Quando se procura na literatura trabalhos acerca da integração na América Latina conduzida pela esfera acadêmica, destaca-se a prevalência de estudos no âmbito do MERCOSUL. Traremos aqui algumas análises feitas por autores que se detiveram à região abarcada por essa organização. Consideraremos esses estudos, contudo, na medida em que se mostrem pertinentes também para o tema desta pesquisa, qual seja, a integração no nível latino-americano. Além disso, devemos ter em mente que o MERCOSUL abrange hoje um número crescente de nações, já não mais se restringindo aos países do Cone Sul.

Nesse contexto, Neves e Morosini (1995) afirmam que o MERCOSUL, mesmo surgindo como projeto de integração econômica, sobretudo comercial, deve abrir espaço – e isso se torna inevitável, no caso de um projeto bem-sucedido de integração – também para a aproximação de outras esferas, como a cultural e a educacional, em especial o campo das universidades. Estas, além de outras instituições voltadas para a ciência e a tecnologia, são importantes espaços para a integração, uma vez que se ocupam com a produção de conhecimento, a formação de pessoal altamente qualificado e o desenvolvimento intelectual e cultural em sentido amplo.

Da mesma forma, para Paula (2009), a integração regional entre os países do MERCOSUL implica, para além da dimensão econômica, também uma integração sociocultural. Para lográ-la, os sistemas educacionais são fundamentais para a construção da cidadania, visando o “rompimento de fronteiras para permitir o intercâmbio e a mobilidade de estudantes, de docentes, de profissionais e da população do MERCOSUL” (Paula, 2009, p. 54). Nesse sentido, devem ser fortalecidas as ações visando à parceria e à complementaridade entre os sistemas educacionais dos distintos países.

Para a autora, o ambiente da universidade é um ambiente com potencial de grandes contribuições no sentido de caminhar para o que ela chama de um *habitus* integrador, que, com base no sociólogo Pierre Bourdieu, seria uma correspondência entre posições sociais e disposições individuais, construídas no processo de socialização dos sujeitos, que propiciariam a integração. Dessa forma, a integração regional deveria passar pela transformação de um *habitus* diferenciador para um *habitus* integrador, que, assim, lançaria as bases para uma integração autêntica (Paula, 2009).

No entanto, a autora ressalta que os fatores que podem contribuir para a construção de um *habitus* integrador esbarram em questões sócio-históricas e econômicas concernentes à relação entre os países da região. Em outras palavras, divergências e conflitos entre os países afetam a organização do MERCOSUL e seus propósitos (Paula, 2009). Poderíamos acrescentar ao argumento da autora que divergências e conflitos entre as nações da América Latina como um todo, que devem ser entendidos em um contexto histórico e cultural, afetam a aproximação entre eles.

Ricobom (2010), falando já não mais apenas do âmbito do MERCOSUL, mas de toda a América Latina, afirma que há atualmente um consenso político e histórico que prioriza um processo de integração autêntico e mais profundo. Isso significa ampliar relações e vínculos em todos os seus aspectos, sejam eles políticos, sociais, econômicos e culturais, e de forma não apenas intergovernamental. Nesse sentido, um dos intercâmbios imprescindíveis para esta fase da integração autêntica é no âmbito universitário. A universidade é uma das protagonistas na construção desse outro sentido da integração, tanto por sua própria natureza na produção de conhecimento, como pelo ambiente fértil para o desenvolvimento do diálogo intercultural, baseado em uma interação interpessoal e não mais apenas em nível de Estados.

Paula (2009), comparando o processo de integração no MERCOSUL e na União Europeia, afirma que, em ambos, o papel dos governos dos países foi essencial para iniciar o processo. No entanto, na Europa, percebeu-se logo cedo a mobilização das instituições de ensino superior, que assim ocuparam lugar central na condução do processo, como já mencionamos na segunda parte deste capítulo. Tais esforços se consolidaram com a assinatura do Tratado de Bolonha, em 1998, que estabeleceu princípios para a aproximação e harmonização entre as universidades europeias. Dessa forma, na União Europeia, importantes políticas foram desenhadas no sentido de promover questões consideradas centrais para uma integração autêntica: “a formação de recursos humanos, a

mobilidade de docentes e estudantes, o exercício profissional, o emprego e os direitos e garantias de cidadania” (Paula, 2009, p. 118).

No contexto da América Latina, muitas iniciativas de aproximação já foram tomadas partindo da visão de que as universidades são um motor de integração, que incentivam o diálogo cultural e a criação de vínculos interpessoais. Iniciativas importantes de integração no âmbito universitário são: a União das Universidades da América Latina (UDUAL, fundada em 1949), a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO, fundada em 1957), a Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM, fundada em 1991) e, mais recentemente, a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA, fundada em 2010, com sede provisória em Foz do Iguaçu) (Ricobom, 2010). Sobre essas duas últimas experiências, falaremos mais adiante.

Da mesma forma, há vários programas de intercâmbio estudantil, que enfocam a região latino-americana ou a incluem em um âmbito privilegiado de países em desenvolvimento. Há, por exemplo, o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), que oferece oportunidades a nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tenha acordos educacionais e culturais. Outra iniciativa é o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), formulado pelo Setor Educacional do MERCOSUL e que busca facilitar a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países, bem como promover a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e acreditação de diplomas (MEC, 2012).

Destaca-se, ainda, a atuação da UNESCO/Iesalc (Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe), criada em 1999. Uma de suas iniciativas mais relevantes é a Rede de Integração e Mobilidade Acadêmica (RIMA), um acordo que objetiva compatibilizar programas curriculares a fim de possibilitar o livre exercício da profissão em todos os países integrantes do RIMA (Morosini, 1998).

No entanto, esforços de integração não podem ser impostos sobre as universidades, tendo em vista a necessidade de autonomia dessas instituições, como já discutimos nos tópicos anteriores. São necessárias, portanto, iniciativas conjuntas das próprias universidades, ainda que intermediadas por setores governamentais ou organismos internacionais. Tal é o caso da AUGM, formada atualmente por 22 universidades de seis países – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia – que buscam a integração por diferentes meios: mobilidade docente e discente, jornadas de investigação científica e grupos acadêmicos, que objetivam realizar atividades acadêmicas em conjunto, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão (Paulino & Meneghel, 2000; Trindade, 2009a).

Uma das instituições integrantes desse grupo que merece nossa atenção é a UNILA. Apesar das iniciativas já mencionadas, a criação de uma instituição única que tem como fundamento primeiro a integração latino-americana foi uma novidade. Esta surgiu de iniciativa do governo

brasileiro, com projeto de lei de 2008, consolidado na lei 12.189/2010. No entanto, a UNILA é caudatária de uma série de aproximações na área de educação entre os países do MERCOSUL, que vêm trabalhando para a harmonização curricular e facilitação no reconhecimento mútuo de diplomas. A ambição integracionista da UNILA não se restringe, porém, aos países do Cone Sul, pois a essa universidade tem por objetivo ser um espaço de diálogo entre pessoas de todos os países da América Latina (Trindade, 2009a).

A UNILA começou a funcionar em agosto de 2010 em Foz do Iguaçu, no Paraná, com processo de seleção bilíngue e meta de que metade de seu corpo discente e docente seja composto por alunos e professores de outros países da América Latina. A ideia que fundamenta a UNILA é, portanto, de uma universidade que promova o encontro e a criação de vínculos entre povos e culturas vizinhos. Assim, o respeito à diversidade e a promoção do conhecimento mútuo são pontos-chave da proposta. Reconhece-se que uma integração autêntica não é possível se não encontra respaldo na interação entre indivíduos, no rompimento de preconceitos, no compartilhamento de experiências, enfim, na construção de vínculos simbólicos. (Ricobom, 2010).

Nesse sentido, o atual reitor dessa universidade, Hégio Trindade, afirma que: a cooperação e o intercâmbio devem estar pautados por princípios ético-políticos, entre eles, a liberdade para ensinar e pesquisar em uma cultura acadêmica inter e transdisciplinar considerada, hoje, indispensável para a busca de soluções aos desafios latino-americanos; o fortalecimento das relações culturais e a valorização da cultura e da memória latino-americana; a promoção do intercâmbio e da cooperação respeitando as identidades culturais, religiosas e nacionais; a consolidação e aprofundamento da democracia e o maior conhecimento recíproco entre os países latino-americanos visando contribuir para a integração regional. (...) Haverá de considerar que a busca da integração passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças entre as diversas culturas da América Latina. Aprofundar o conhecimento das diferenças certamente favorecerá a identificação das convergências que são importantes para a construção conjunta de novos horizontes (Trindade, 2009a, p. 16).

No entanto, Trindade (2009a) ressalta – argumento com o qual concordamos – que construir uma integração regional não significa fechar-se a outros países, pelo contrário. Trata-se, antes, de pensar o fortalecimento da América Latina inserida no contexto internacional, de modo a dialogar de forma igualitária com outros países, evitando isolamentos que se mostrem irreais na perspectiva da crescente interconectividade global.

Ainda que a UNILA seja o exemplo de uma iniciativa peculiar, é interessante refletirmos sobre as contribuições que essa experiência traz para os esforços de integração regional. Percebe-se que a existência de tal instituição favorece uma integração que não permaneça necessariamente dependente de uma vontade política, mas que encontre continuidade no tempo. Na medida em que vínculos culturais e interpessoais são criados, a integração passa a ocorrer em bases mais sólidas.

Além disso, a iniciativa acima traz uma importante contribuição para o debate acerca da internacionalização da universidade brasileira, bastante presente nos dias atuais (Almeida-Filho,

2012). Ao se fundamentar na importância da cooperação solidária entre países latino-americanos, a experiência da UNILA chama a atenção para o reduzido número de iniciativas nesse sentido, quando comparadas às iniciativas de intercâmbio com países da América do Norte e Europa. Apesar da existência de um número considerável de iniciativas no eixo Argentina-Brasil – mais significativas do que entre outros países da América Latina –, dados revelam que esta é uma cooperação residual quando comparada às colaborações com parceiros europeus e estadunidenses (Senhoras, 2006; Rosa, 2008).

Diante desse quadro, Senhoras (2006) destaca que as relações universitárias de cooperação internacional Norte-Norte realizam-se de maneira horizontal, ao passo que, em paralelo, há a estruturação de redes auxiliares de cooperação Norte-Sul que se articulam verticalmente. Para o autor, pode-se observar que, frequentemente, a cooperação internacional no âmbito das universidades tende a manter relações estabelecidas tanto no período de colonização quanto no de dependência econômica de potências do Norte. Dessa forma, as antigas colônias permanecem sob liderança científico-tecnológica do país dominante em uma determinada região geoeconômica, que, no nosso caso, seria representado sobretudo pelos EUA (Senhoras, 2006).

Perpetua-se também a noção colonial de que uma boa formação passa necessariamente pelas universidades da Europa ou da América do Norte, da mesma forma como vivido pelos filhos da elite colonial portuguesa que estudavam em Coimbra. Nesse contexto, podemos mencionar, a título de exemplo, um programa internacional de intercâmbio estudantil, lançado em 2011 no Brasil, que tem tido grande repercussão no cenário acadêmico nacional: trata-se do ‘Ciência sem Fronteiras’. Se analisarmos o projeto de tal programa, vemos que neste consta prioritariamente universidades da Europa e da América do Norte⁴.

Diante desse quadro, é urgente que se combata a noção colonial de que, para uma boa formação, deva-se ir para os países desenvolvidos do Norte ou manter cooperação apenas com estes. Percebe-se, assim, a perpetuação do lugar de submissão e dependência à cultura e ao conhecimento próprios do outro hegemônico. O que é importante destacar, no entanto, é que tal postura eurocêntrica é adotada não somente por europeus e norte-americanos – estes tidos como os continuadores da mentalidade ocidental –, mas subjetivamente internalizada sobre as populações das antigas colônias (Mignolo, 2000).

Santos (2010) defende que, nesse contexto, observa-se o grupo dos que não veem fim para o colonialismo e o grupo daqueles que o veem e desejam. A atitude do primeiro grupo é a de negação do colonialismo na atualidade, como se este houvesse acabado no momento das independências nacionais. O problema com que se depara o segundo é o de combater uma condição

⁴ Especificamente, os países englobados pelo programa Ciência sem Fronteiras, conforme apresentados em seu site oficial são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Portugal e Reino Unido (Fonte: Site do Ciência sem Fronteiras. Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/paises> Acesso em 12/11/2012).

que não é apenas uma postura política, mas algo que perpassa todas as relações sociais, em seus vários níveis, inclusive as relações estabelecidas no âmbito da universidade e da produção do conhecimento (Santos, 2010).

Dessa forma, Santos (2007) propõe o desenvolvimento de uma racionalidade cosmopolita, que veja as experiências sociais de forma mais ampla e variada que a tradição científica ou filosófica ocidental. Assim, contra uma monocultura que estabelece o domínio do saber ocidental, o autor propõe uma ecologia dos saberes, que dialogue e coloque em contato saberes diferentes. É tarefa da racionalidade cosmopolita propor novas formas de pensar as totalidades e de conceber seus sentidos. A esse conjunto de novos saberes e racionalidades, Santos (2007) dá o nome de Epistemologia do Sul, uma vez que esta é pensada a partir e em diálogo com saberes que estiveram historicamente afastados da hegemonia racional e científica.

Ribeiro (1982) já denunciava a submissão da universidade a interesses externos. Em sua opinião, um grave problema é que essa submissão acaba por ser internalizada por agentes universitários, que se restringem então a tomar como referência autores de países hegemônicos e destes esperar aprovação e reconhecimento. Nesse contexto, é frequente que autores de outros países latino-americanos apenas cheguem ao conhecimento dos brasileiros após serem referendados por acadêmicos dos grandes centros.

Tal ponto é também abordado por Andreola (2007) ao dizer que é necessária uma reestruturação ampla do ensino superior no país, com vistas a chamar a atenção para a realidade brasileira e latino-americana, para o nosso contexto sócio-histórico-cultural, e não apenas uma reprodução do pensamento eurocêntrico, produzido em uma realidade completamente distinta.

Por outro lado, Ribeiro (1982) enfatiza que as universidades latino-americanas não devem nem adotar uma postura ingênua e aberta, entregando-se aos interesses alheios, nem tampouco chauvinista e xenófoba, de se fechar totalmente ao estrangeiro. A universidade deve se voltar para a realidade e os problemas nacionais/regionais, buscando interlocução igualitária com outros atores internacionais.

Também Segrera (2000) defende que é necessário pensar a América Latina a partir de si mesma, mas não de forma isolada. Deve-se entrar em contato e analisar criticamente aquilo que vem de outras regiões, buscando dar respostas às questões latino-americanas. Para o autor, a região vive, no contexto de começo do milênio, um momento de ruptura que deve ser aproveitado, pois se trata de uma oportunidade histórica para a construção de vias alternativas para o futuro, que ajam em favor da cooperação solidária, da igualdade social e de uma globalização mais igualitária. Tudo isso de maneira transdisciplinar, de modo a tentar dar conta da complexidade dos fenômenos que se busca compreender.

Em suma, ainda que se observem empenho e importantes iniciativas de algumas instituições, é notório que os esforços para confrontar uma colonialidade do saber devem ser aprofundados. Mais uma vez, não se trata de excluir o importante componente ocidental de nossa

cultura, mas de posicioná-lo em uma relação igualitária com outros saberes não hegemônicos (Díaz-Genis, 2004; Santos, 2010). Não se submeter ao conhecimento oriundo dos grandes centros, mas transformá-lo para que se mostre vantajoso para a realidade nacional e latino-americana, em uma antropofagia do conhecimento, como já nos ensinava Oswald de Andrade (1957).

Nesse contexto, resgatamos mais uma vez a Universidade de Brasília que, por ocasião das comemorações por seus 50 anos, completados em 2012, é palco de um debate público que busca trazer à tona os ideais que pautaram a ação de seus idealizadores, sobretudo Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Entre esses princípios basilares estão: o de uma instituição apoiada sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão, comprometida com o contexto histórico, econômico, político e cultural no qual está inserida e que funcione como uma democracia.

A ideia de democracia não deve ser entendida aqui apenas no sentido de um sistema político-eleitoral, mas também como as discussões, deliberações e decisões que têm lugar em uma arena coletiva, da qual todos podem participar (Chauí, 2001). Tal entendimento da universidade como uma democracia é, portanto, o oposto de uma universidade elitista e meramente reprodutora do *status quo* social, sobre a qual falamos no início deste tópico.

Diante desse quadro, é interessante nos perguntarmos com clareza qual é o lugar da integração com outros países – e, no caso em questão, com outros países latino-americanos – em uma universidade que é pensada para ser democraticamente compartilhada por todos. Afinal, por que abrir a Universidade de Brasília para estudantes da América Latina?

Conforme já exposto, acreditamos que se trata de uma forma de promover a integração entre pessoas de um continente que esteve historicamente associado à falta, ao primitivismo e à precariedade. Isso levou com frequência a um esforço por se desvincular de qualquer vinculação à América Latina. O encontro entre estudantes, em um espaço democrático, pensado para promover o comprometimento solidário com o contexto regional, mostra-se como uma excelente oportunidade para a ressignificação do que é ser latino-americano, encontrando novas formas de viver tal identidade.

CAPÍTULO 3 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Como vimos, o espaço da universidade tem grande relevância na criação de vínculos que proporcionem uma integração intersubjetiva no âmbito da América Latina. Assim, este trabalho tem como objeto de interesse a identidade latino-americana como expressa (e se expressa) por estudantes universitários. Propõe-se, dessa forma, a investigar a relação de estudantes brasileiros e estrangeiros latino-americanos com a ideia de América Latina, bem como a relação desses estudantes entre si, a fim de analisar em que medida eles dispõem ou não de uma identidade latino-americana como sentimento de pertença ao continente e como compartilhamento, por seus habitantes, de conteúdos simbólico-afetivos.

Nesse contexto, nossos objetivos são:

Objetivo geral: Investigar uma possível vinculação identitária à América Latina expressa por estudantes de diferentes países latino-americanos no âmbito da universidade.

Objetivos específicos:

- 1) Identificar concepções dos entrevistados acerca da América Latina.
- 2) Investigar a possível existência de uma vinculação identitária com a América Latina – ou seja, de uma identidade latino-americana – por parte tanto dos estudantes estrangeiros latino-americanos como dos estudantes brasileiros.
- 3) Analisar em que medida as experiências vividas na universidade têm influenciado na possível construção de uma identidade latino-americana.
- 4) Analisar concepções acerca da integração latino-americana.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

4.1. Pressupostos Metodológicos

Este trabalho adota como pressupostos metodológicos aqueles propostos pela Psicologia histórico-cultural de Vigotski, em seu entendimento de que epistemologia e metodologia são dimensões inseparáveis do fazer científico. Dessa forma, o que falávamos no capítulo anterior, acerca das bases epistemológicas que fundamentam este trabalho, deve ser retomado, por se mostrar igualmente essencial na construção de nosso percurso metodológico.

Como vimos, Vigotski, em sua época, propôs-se a apresentar um novo método para estudo dos processos mentais superiores. Segundo o autor, apesar de as escolas psicológicas existentes até ali terem interpretações teóricas distintas, todas elas usavam métodos do tipo estímulo-resposta em suas pesquisas. A estrutura estímulo-resposta poderia até se apresentar eficiente no estudo dos processos elementares com características psicofisiológicas de homens e animais, mas não no estudo das formas psíquicas superiores humanas (Vygotsky, 1926/2010).

Ele afirmava então ser necessário o desenvolvimento de uma nova metodologia para pesquisar o ser humano. Esta, baseada na abordagem do materialismo histórico-dialético, deveria romper com o pensamento científico tradicional e ter como fundamento teórico a ideia de que o homem, ao mesmo tempo, é influenciado por e influencia o ambiente no qual se encontra. Assim, o ser humano deve ser entendido como uma unidade dialética no contexto em que se insere.

Da mesma forma, o pesquisador age sobre seu espaço de investigação e é ao mesmo tempo transformado por este enquanto sujeito que reflete sobre uma realidade. Assim, entendemos o processo de pesquisa como uma produção complexa, irregular e descontínua, que não se desenrola em uma linearidade. Nesse sentido, a metodologia não pode ser pensada *a priori* de maneira fixa, pois a interação do investigador com um objeto de estudo dinâmico assume formas complexas e contraditórias. É na dialética estabelecida entre investigador, sujeito participante e contexto que se pode conceber o fenômeno estudado.

Diante desse quadro, percebemos a necessidade de uma abordagem metodológica que contemple a especificidade dos contextos da pesquisa, a singularidade dos participantes e a subjetividade do pesquisador. Apoiamo-nos, portanto, em um arcabouço teórico-metodológico segundo o qual o desenvolvimento do ser humano deve ser entendido como processo, que se desenrola em uma trajetória histórica não linear. Tal enredamento complexo é avesso a reducionismos dicotômicos tais como mente-corpo, afeto-cognição ou pesquisador-objeto, devendo estes fenômenos ser entendidos em uma perspectiva dialética (Vygotsky, 1931/2000).

González-Rey (1997), baseando-se no materialismo histórico-dialético, desenvolve uma Epistemologia Qualitativa que tem por objetivo resgatar o lugar central do sujeito na produção do conhecimento. O peso do positivismo sobre a ciência levou a que, por muito tempo, se julgasse que pensar em sujeito e subjetividade era incompatível com o fazer científico, uma vez que não

possibilitaria a neutralidade e a objetividade. No entanto, a produção de conhecimento proposta pela Epistemologia Qualitativa diferencia-se desta concepção ao recuperar o sujeito e entender este inserido em um contexto histórico, cultural e social, que o constitui e ao mesmo tempo é o cenário em que este sujeito atua e constrói significados. Assim, levar tal contexto em consideração contribui para uma prática científica mais esclarecida, uma vez que não se propõe a fazer um retrato fiel da realidade, pelo contrário, nem considera que esse retrato seja possível.

Ao nos apoiarmos em uma Epistemologia Qualitativa como suporte para a nossa abordagem metodológica, entendemos que a diferença entre quantitativo e qualitativo não é apenas metodológica, mas também epistemológica (Gonzalez-Rey, 1997). Além disso, tendo em vista que a perspectiva epistemológica qualitativa a que nos referimos aqui vai além de uma mera proposta instrumental-metodológica, ela tem implicações igualmente sobre a própria noção do que é o conhecimento científico e sua produção (González-Rey, 2011). Passamos então a entender a produção de conhecimento científico não como uma simples averiguação e descrição de fatos empíricos, mas antes como um processo de formulação de fatos científicos, que pressupõe, necessariamente, a interpretação e a abstração (Vigotski, 1931/2000; González-Rey, 2011). A subjetividade do pesquisador não se furta, portanto, a tal processo. Além disso, devemos nos lembrar que essa produção está necessariamente inserida em uma organização social, em uma cultura, em uma práxis histórica, em uma conjuntura política e um contexto econômico.

Dessa forma, o processo de produção do conhecimento deve ser pensado no intercâmbio entre o sujeito pesquisador e o sujeito participante da pesquisa, em que ambos têm papel ativo e interpretativo, a partir de uma implicação de suas subjetividades e de sua relação com a pesquisa. Devemos entender a interação entre pesquisador e participante, bem como destes com a pesquisa, como uma interação dialética, repleta de tensões, contradições e sínteses. Ao pressupor tal relação dialética entre pesquisador e participantes, a pesquisa qualitativa nos leva a romper com uma lógica instrumentalista. O participante da pesquisa é um sujeito ativo, assim como o pesquisador, e ambos atuam sobre o processo com intuições e intenções. Deve-se ter claro, portanto, que ambos são produtores de conhecimento. Esse entendimento implica ainda que não podemos falar em dados coletados em sua forma acabada do ambiente, mas em uma construção conjunta de fenômenos a serem investigados (González-Rey, 2011).

Assim, González-Rey (1997) propõe o desenvolvimento de uma posição reflexiva do pesquisador, que considere a sua subjetividade no processo de produção do conhecimento. Este processo se revela como uma construção subjetiva – nunca uma forma exata e objetiva de apreensão da realidade – na qual é essencial a interlocução do pesquisador com as produções científicas de sua área e no corpo teórico no qual ele se apoia. Tal interlocução se revela como um processo criativo não isento de contradições. Destacamos nesse processo, portanto, o papel ativo do pesquisador e o caráter criativo-interpretativo do contato com a realidade que se propõe a estudar, à qual sempre se acercará de forma única.

Dentro desse quadro, o investigador se coloca como mediador ativo na relação dialética entre o teórico e o empírico. Por um lado, elabora ideias e considerações dentro de um arcabouço teórico claro, mas, por outro, mantém abertas possibilidades de reformulações e até contradições entre seu pensamento e a própria teoria. De fato, é esse movimento que permite que sejam feitas contribuições inovadoras à área de pesquisa, legitimando o singular como instância de produção de conhecimento científico.

No contexto da relação entre o pesquisador e a produção do conhecimento, gostaríamos de salientar ainda uma compreensão de ciência como uma prática engajada e com compromisso social, que tem como premissa que a produção de conhecimento não pode prescindir da reflexão política. Da mesma forma, Vigotski via no materialismo dialético um fundamento para uma psicologia que se mostrasse engajada na construção de uma nova sociedade, o que não entrava em contradição com um fazer científico sério e comprometido. Dessa forma, entendemos que, ao fazer escolhas epistemológicas e metodológicas, o investigador explicita visões de mundo e valores. Desse modo, toda prática investigativa baseia-se em escolhas políticas, que o pesquisador pode velar ou revelar (Vygotsky, 1931/2001).

Devemos chamar a atenção, igualmente, para as peculiaridades da linguagem na conformação dos objetos de estudo de pesquisa. De acordo com Vigotski, a escolha da palavra implicava um processo metodológico, uma vez que a própria língua continha os fundamentos e as possibilidades da cognição científica do fato. Estabelece-se assim uma relação dialética entre teoria – sua linguagem e signos – e realidade, em que uma constitui a outra (Vygotsky, 1931/2000).

Dessa forma, como nos propomos a investigar identidade e integração na América Latina, as noções construídas pelo pesquisador do que seja identidade, integração ou América Latina estão em estreita relação com a própria realização da pesquisa e a construção do conhecimento proposta. Da mesma maneira, tais concepções relacionam-se também com posicionamento políticos. Por fim, é importante mais uma vez salientar que tais construtos não estão acessíveis à simples experiência, devendo ser entendidos enquanto construtos dinâmicos e complexos que apenas existem nas interrelações construídas entre o sujeito pesquisador, teoria e os sujeitos participantes da pesquisa.

4.2 Contexto e Participantes

Esta pesquisa foi desenvolvida na Universidade de Brasília (UnB), com a participação de estudantes de graduação brasileiros e estrangeiros de países latino-americanos. Na UnB, estudantes estrangeiros podem ingressar na graduação por diferentes vias, dentre as quais destacamos aqui: o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), Convênios Interinstitucionais, a Matrícula Cortesia ou pelo próprio vestibular. O primeiro, como já dito, consiste em uma atividade de cooperação, com o objetivo de formar recursos humanos, possibilitando aos cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem

estudos universitários no país, em nível de graduação, nas Instituições de Ensino Superior brasileiras participantes do PEC-G (MEC, 2012).

Já os Convênios Interinstitucionais consistem em programas de intercâmbio cultural baseados em acordos bilaterais entre a Fundação Universidade de Brasília e outras universidades, nacionais ou estrangeiras. Como veremos, essa foi a forma pela qual a maioria dos entrevistados estrangeiros vieram para o Brasil: o convênio de suas universidades com a UnB. Já a Matrícula Cortesia beneficia, sobretudo, filhos de estrangeiros que estão no Brasil a serviço de seu país, no caso de o Brasil ter com esse país acordos de reciprocidade acadêmica. Além disso, o estrangeiro pode entrar também pela via tradicional – o vestibular. No caso da presente pesquisa, essa via foi utilizada por aqueles que já estavam no Brasil antes do ingresso ao ensino superior, e que pretendiam fazer todo seu curso na UnB.

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) (Ver Anexo 1), entramos em contato com a Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) da UnB, a fim de conseguir informações para contato com estudantes estrangeiros latino-americanos estudantes da graduação na UnB. Do INT, fomos direcionados à Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA), onde, mediante a apresentação da carta de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, conseguimos listas de contato de estudantes nacionais de quatro países: Chile, Argentina, Colômbia e Equador. As listas dos outros países não nos foram dadas por decisão da pessoa com quem tratamos na SAA, que ficou apreensiva em fornecer esses dados, mesmo diante da carta de aprovação.

De posse das listas, entramos em contato com esses alunos por e-mail. No mês de março de 2012, foram enviadas 51 mensagens, inicialmente para estudantes das quatro nacionalidades acima referidas. Desse total, foram obtidas 14 respostas, mas apenas oito entrevistas foram efetivamente realizadas, devido a problemas de incompatibilidade de horários, falta de resposta dos estudantes ou ausência na hora e local combinados. Entrevistas com estrangeiros latino-americanos de outras nacionalidades, além das quatro conseguidas na SAA, foram possíveis a partir de informações dos primeiros entrevistados, pois muitos alunos de intercâmbio se conheciam. Dessa forma, participantes de outros dois países se somaram ao conjunto: Uruguai e Peru.

Ao final das entrevistas com os participantes estrangeiros, foi pedido aos estudantes que indicassem algum conhecido brasileiro, também estudante de graduação da UnB, para participar da pesquisa. Assim chegou-se aos participantes brasileiros, a quem foi enviada uma mensagem eletrônica similar àquela enviada aos estrangeiros. De um total de nove contatos que foram conseguidos com os estrangeiros, cinco entrevistas com brasileiros foram efetivamente realizadas.

Assim, participaram dessa pesquisa um total de 16 estudantes, 10 homens e 6 mulheres, de 7 nacionalidades distintas (incluindo a brasileira), assim distribuídos:

- 3 argentinos (1 homem e 2 mulheres)
- 1 chilena

- 2 colombianos
- 5 brasileiros (3 homens e 2 mulheres)
- 2 equatorianos (1 homem e 1 mulher)
- 2 peruanos
- 1 uruguaio

Para uma melhor caracterização de nossos participantes, apresentamos a seguir uma tabela em que constam os seguintes dados: nome fictício (em ordem alfabética), nacionalidade, curso de graduação, tempo no Brasil no momento da entrevista e forma de ingresso na UnB. Para os brasileiros, os últimos dois dados não se mostraram relevantes para essa pesquisa.

Tabela 1. Caracterização dos participantes da pesquisa

Nome fictício	País	Curso	Tempo no Brasil	Forma de ingresso
Antônio	Peru	Ciências da Computação	6 meses	Matrícula Cortesia
Bianca	Brasil	Contabilidade	—	—
Caio	Brasil	Educação Física	—	—
Carmela	Argentina	Relações Internacionais	2 meses	Convênio entre universidades
Cíntia	Brasil	Relações Internacionais	—	—
Cristian	Brasil	Psicologia	—	—
Diego	Equador	Administração/Contabilidade	9 meses	Matrícula Cortesia
Guido	Argentina	Ciências da Computação	9 anos	Vestibular
Javier	Colômbia	Veterinária	2 meses	Convênio entre universidades
José	Peru	Biologia	2 anos	Vestibular
María	Chile	Relações Internacionais	2 meses	Convênio entre universidades
Nina	Equador	Antropologia	2 meses	PEC-G
Pablo	Brasil	Psicologia	—	—
Pedro	Uruguai	Educação Física	2 meses	Convênio entre universidades
Roberto	Colômbia	Economia	2 meses	Convênio entre

				universidades
Rosana	Argentina	Letras Tradução	10 anos	Vestibular

Antes de continuarmos, gostaríamos de explicar o porquê de algumas decisões tomadas quanto ao método da presente pesquisa. Em primeiro lugar, com relação ao número de participantes estrangeiros e brasileiros – 11 e 5, respectivamente –, podemos dizer que, por um lado, queríamos tratar os brasileiros como mais uma nacionalidade dentre todas as outras presentes na América Latina, buscando não dar relevância excessiva a nenhuma delas; por outro, no entanto, interessávamos um número mais expressivo de brasileiros, a fim de analisar diferenças de posicionamento de brasileiros e hispano-americanos. Por isso, percebe-se que o número de participantes brasileiros é apenas um pouco maior que participantes de outras nacionalidades (como argentinos), entretanto representam um número significativo – aproximadamente um terço – do total de pessoas entrevistadas.

Em segundo lugar, tratemos do porquê da maneira como chegamos aos participantes brasileiros. Entendemos que conhecer pessoas de outras nacionalidades modifica de forma substantiva o sentido simbólico-afetivo que atribuímos ao grupo do qual faz parte aquela pessoa. Assim, com relação aos estrangeiros, estes já estavam entrando, cotidianamente, em contato com brasileiros e pessoas de outras nacionalidades. Já os brasileiros foram buscados dessa forma justamente para que fosse também possível perguntá-los se o fato de haver conhecido aquela pessoa estrangeira havia mudado algo em sua percepção e seu modo de ver e sentir a América Latina.

4.3. Procedimentos e instrumentos da pesquisa de campo

A pesquisa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas, com a duração média de 35 minutos cada, feitas com base em dois roteiros semiestruturados – um específico para os estrangeiros e o outro para os brasileiros (Ver anexos 3 e 4). Já relatamos acima o procedimento de contato com os participantes, apenas gostaríamos de acrescentar que as entrevistas foram realizadas em locais variados da UnB, em salas ou ao ar livre, no período de março a abril de 2012. Antes da entrevista, todos os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver anexo 2). Tendo em vista que a língua materna da maioria dos participantes era o espanhol, foi perguntado a eles se precisavam de alguma ajuda para entender o que estava escrito no Termo, mas todos disseram não ter dificuldades para compreender o português escrito.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas integralmente. Devemos aqui observar, de novo com relação ao idioma, que todas as etapas da pesquisa de campo foram feitas em português: o contato com os participantes, o termo de consentimento, o *rapport* e as perguntas do roteiro. É importante ressaltar, entretanto, que perguntamos a todos os entrevistados estrangeiros se eles estavam confortáveis com o português, e se haveria algum problema se as perguntas fossem

feitas nesse idioma. Todos concordaram em que a entrevista fosse feita em português, pedindo apenas para que falasse devagar.

No entanto, vários disseram que, apesar de não terem muita dificuldade para entender o português, dificilmente conseguiriam responder estritamente nesse idioma. Assim, as entrevistas com os estrangeiros, sobretudo com aqueles que se encontravam no Brasil há apenas dois meses, revelam a presença de termos do espanhol misturados ao português. No momento da transcrição, optou-se por traduzir esses termos para o português, pois este era de todo modo o idioma predominante e porque os termos em espanhol apareciam isolados nas frases.

4.4 Procedimentos de análise

Para a análise das entrevistas utilizamos o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2009), com contribuições do método de indicadores empíricos apresentado por González-Rey (2005). A elaboração de Bardin (2009) acerca da análise de conteúdo forneceu-nos procedimentos metodológicos para uma compreensão – e interpretação – do material de pesquisa que extrapolasse os conteúdos imediatos das entrevistas, permitindo uma apreensão complexa destas.

Assim, no método de análise de conteúdo, as entrevistas, depois de transcritas, são objeto de uma leitura flutuante pelo pesquisador que, ao entrar em contato com o conteúdo manifesto e explícito, pode se familiarizar e se apropriar deste. Segundo a autora, isso permite que o pesquisador se aprofunde em um conteúdo implícito, o dos significados expressos pelos participantes, apreendendo sua dinâmica, suas contradições e sua historicidade (Bardin, 2009).

Tal contato profundo com o material de análise permite ao pesquisador, à luz da teoria, refletir sobre categorias de análise. Tais categorias não são, portanto, dadas *a priori*, mas construídas na interpretação do material de campo feita pelo pesquisador, em diálogo com seus referências teóricas de base, sem perder de vista o contexto no qual ocorreram aquelas manifestações. Após o estabelecimento das categorias de análise, o material é mais uma vez trabalhado, de modo a agregar as falas dos participantes nas categorias pensadas pelo pesquisador.

A metodologia qualitativa proposta por González-Rey (2005) vem enriquecer a Análise de Conteúdo de Bardin (2009) ao entender que o material de campo não é composto por dados, mas sim por indicadores empíricos que apenas adquirem sentido na mediação estabelecida pelo sujeito pesquisador entre tais indicadores e a teoria. Assim, ao entendermos o pesquisador como uma subjetividade, percebemos que não há uma objetividade possível na prática de pesquisa e na produção do conhecimento.

Dessa forma, a noção de indicadores empíricos chama-nos a atenção para o caráter necessariamente construtivo-interpretativo da produção do conhecimento na perspectiva da Epistemologia Qualitativa. Na relação do pesquisador com o campo, há a formulação, por parte do primeiro, de indicadores, que se distinguem radicalmente de meras constatações empíricas, uma vez que se configuram como construções interpretativas. Assim, a formulação de indicadores diz

respeito à “atribuição de significado a formas diferentes do objeto estudado, nos marcos da organização conceitual mais complexa do processo interpretativo” (González-Rey, 2011, p. 32).

Por outro lado, o conceito formulado por este autor de zonas de sentido faz-nos entender que as categorias de análise não devem se apresentar como um conjunto de categorias dadas *a priori* pela teoria, como sistema ao qual o pesquisador deva se subordinar. Estas são antes possibilidades de diálogo, referenciais de sentidos que instrumentalizam o pesquisador na sua interação com o campo. Por zona de sentido entende o autor “espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa e não esgotam a questão que significam, mas abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica” (Rey, 2005, p. 6).

A relação entre o material oriundo da pesquisa de campo e o referencial teórico não é nunca direta, imediata. Ao ser necessariamente mediada por um sujeito ativo e intencional, o próprio estabelecimento de categorias de análise – entendidas aqui como zonas de sentido – será único para cada sujeito que analisa, ainda que o material e o referencial teórico sejam os mesmos. Assim, as categorias são entendidas como unidades de significação, sendo tais significados estabelecidos por uma subjetividade.

Percebemos, portanto, que as zonas de sentido mantêm relação com o aporte teórico utilizado pelo pesquisador, mas não se restringem ao que está previamente dado, pois são reformuladas e recriadas por este. Vale ainda notarmos que as categorias de análise estabelecidas pelo investigador são, ao mesmo tempo, condição de elaboração da pesquisa e produto desta. Dessa forma, toda nova pesquisa qualitativa incorpora novos entendimentos e novos espaços de inteligibilidade à teoria na qual se fundamenta, contribuindo para um contínuo processo de produção de conhecimento.

As falas dos participantes de nossa pesquisa foram, portanto, agregadas nas unidades de significação estabelecidas pela pesquisadora. Foram elas: Diferenças e semelhanças na América Latina; identidade e alteridade na relação entre América Latina, Estados Unidos e Europa; relação do Brasil com os países hispano-americanos; identidade latino-americana; integração e universidade. A seguir, traremos a análise dos resultados a partir das zonas de sentido propostas.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

O encontro com os entrevistados gerou conversas e reflexões extremamente ricas, que tentamos, conforme a metodologia descrita no capítulo anterior, agrupar em zonas de sentido – estas entendidas como unidades de significação das falas dos entrevistados –, em um esforço de olhar para os indicadores à luz dos pressupostos teóricos expostos e dos objetivos desta pesquisa.

É importante mencionar, contudo, que muitos entrevistados tiveram dificuldades em se expressar a respeito da América Latina; mostraram-se relutantes ou até confessaram que não tinham nada a dizer a respeito. Dentro desse quadro, surgiram falas como a da brasileira Cíntia, que diz:

Pra mim é meio nebuloso, porque eu não gosto de falar de lugares que eu não conheci ainda, então sempre o que me vem na cabeça é: preciso conhecer. Preciso ir, preciso passar um tempo viajando pra conseguir definir isso melhor, porque eu não tenho muita noção assim, não vem uma imagem clara, me vem de novo o pesar de não ter conhecido nenhum país da América Latina ainda, nunca ter ido.

Tal declaração chama a atenção tanto pela dificuldade relatada pela entrevistada em se expressar a respeito da América Latina quanto por sua explicação sobre o porquê de não ter muito a dizer sobre o tema: prefere não falar sobre lugares que não conhece. Cíntia exclui, assim, o Brasil do espaço latino-americano. Como veremos, talvez seja mesmo pertinente dizer que muitos entrevistados, não só os brasileiros, desconhecem a América Latina enquanto tal, não se reconhecem neste espaço simbólico-geográfico do qual fazem parte.

Por outro lado, alguns entrevistados se sentiram incomodados ao serem confrontados com perguntas que exigiam generalizações, sempre mencionando as diferenças existentes ou alegando que não poderiam falar sobre realidades que não conheciam, mas que sabiam dispor de grande diversidade. Nesse sentido, declara a argentina Carmela: “Primeiro que [América Latina] é um conceito, né? É um conceito que tenta, de alguma maneira, traçar um delineamento pra tentar, de alguma forma, homogeneizar a região. Mas a região não é homogênea”.

Destaca-se, na declaração acima, a noção de que a América Latina, antes que um espaço geográfico, é um conceito, uma ideia, um símbolo – de forma semelhante ao que é colocado por Ardao (1980). Na opinião da entrevistada, tal conceito se propõe a dar conta de algo que o excede. Ao tentar sintetizar a região, homogeneiza-a.

Trouxemos tais falas à nossa discussão para ilustrar a dificuldade e até mesmo o incômodo que muitos entrevistados sentiram ao serem perguntados acerca da América Latina. Tais dificuldades nos remetem às imagens de caos, enigma e labirinto, frequentemente associadas ao continente (Espejo, 2000; Ianni, 2002; Santiago, 2006).

Além disso, a impressão que tivemos é que era trazido à tona um tema que não fazia parte do cotidiano da maioria, exigindo destes a elaboração de pensamentos e sentimentos ao longo da

entrevista. Tais posturas nos permitiram tecer reflexões sobre o modo como os participantes viram-se engajados na tarefa de pensar a si mesmos, em um esforço por constituir-se subjetivamente naquele espaço de interlocução, um espaço subjetivo, social, histórico. Conforme discutimos nas páginas anteriores, a identidade apenas pode ser entendida como algo que emerge em situação e não algo estático que acompanha o sujeito a todo lugar, como se fosse um objeto carregado por ele (Cardoso de Oliveira, 1976).

De todo modo, notamos que, ao longo das entrevistas, os participantes se sentiram pouco a pouco mais à vontade para expressar-se sobre o assunto, trazendo informações de grande relevo para a nossa pesquisa. Dessa forma, neste capítulo, abordaremos primeiramente as opiniões dos entrevistados sobre diferenças e a seguir sobre semelhanças entre países e pessoas na América Latina. Na sequência, falaremos sobre a América Latina como um lugar de alteridade, em oposição aos Estados Unidos e à Europa, para depois tratarmos da relação entre o Brasil e os países hispano-americanos, inclusive sobre a questão dos diferentes idiomas. Em seguida, abordaremos o tema de uma identidade latino-americana a partir das manifestações de nossos participantes. Por fim, trataremos de falas acerca da integração e do espaço da universidade como promotor desta.

5.1. Diferenças e semelhanças na América Latina

Em todas as entrevistas, concepções de América Latina foram expressas sobretudo na forma de semelhanças e diferenças entre os países e entre as pessoas desses países. Assim, imiscuídas nas manifestações sobre convergências e divergências no continente, surgiram ideias e representações sobre o que, afinal, seria a América Latina para os nossos entrevistados.

Opiniões sobre distinções e similaridades na América Latina foram expressas tanto na relação entre países no continente quanto entre as pessoas desses países. A razão que nos levou a perguntar sobre semelhanças e diferenças nesses dois níveis – entre países e interpessoal – foi nosso interesse em perceber em que medida uma convergência em nível macroestrutural se relacionaria com convergências em nível interpessoal. Percebemos tal aspecto como uma inovação na literatura da área, uma vez que grande parte desta se concentra no nível da relação entre países (Ricobom, 2010).

Várias falas acentuaram a articulação entre semelhanças e diferenças, que dependeriam da perspectiva que se adotasse. Nesse sentido, a percepção de uma grande diversidade no continente foi recorrente, como já comentamos acima, mas nenhum entrevistado entendeu essa diversidade como uma oposição ou impedimento à existência de diversos pontos convergentes.

Dentro desse quadro, a seguinte fala do peruano José reflete precisamente tal aspecto que queremos destacar: diversidade e pontos convergentes podem coexistir, relacionando-se dialeticamente em diferentes níveis de análise (Miranda, 2007). Assim, fala José: “*Comparado com o resto do mundo, eu acho que [os países da América Latina têm] mais em comum. Mas de uma forma mais detalhada, são bem diferentes*”.

A manifestação de José revela uma articulação entre identidade e alteridade, que, conforme explicitamos em nossos capítulos teóricos, não podem ser entendidas de forma rígida. Semelhanças e diferenças são articuladas na cultura, por meio de uma mediação simbólica que escolhe o que velar e o que revelar na teia de significados atribuídos à realidade observada (Siepierski, 2003).

5.1.1. Diferenças

Antes de analisar as diferenças mencionadas pelos entrevistados, devemos ressaltar que optamos por fazer tal distinção entre diferenças e semelhanças em nossa análise dos resultados apenas a fim de explicitar tais espaços de inteligibilidade. Entretanto, logo veremos como ambas as dimensões encontram-se articuladas.

Inicialmente, vamos abordar aquelas falas que trataram de diferenças delimitadas pelas fronteiras nacionais. O argentino Guido, expressa sua percepção de que tais distinções nacionais não devem ser reificadas, mas sim entendidas historicamente: *“Eu não vejo mais diferenças [entre os países da América Latina] do que os símbolos nacionais, bandeiras diferentes, línguas diferentes, que tem fronteiras. Não sei, são diferenças mais convencionais, construídas historicamente...”*.

Destacam-se, na manifestação trazida por este participante, aqueles elementos que foram fundamentais para a instauração das nações e do sentimento nacional, conforme abordamos em nossa fundamentação teórica. Baseando-nos sobretudo em Hobsbawm (2008) e Anderson (2008), vimos que símbolos nacionais, como bandeiras e hinos – entre outros como heróis nacionais e datas festivas –, foram construídos, ou ao menos fortalecidos, sobretudo ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, período de conformação de uma identidade nacional. De todo modo, como ressalta Anderson (2008), entender o sentimento nacional como construído não deve significar vê-lo como artificial ou ilusório.

De fato, percebemos que delimitações nacionais – identidades nacionais, poderíamos dizer – são importantes no continente latino-americano, tanto como autorreferenciação quanto como modo de se dirigir ao outro. A brasileira Cíntia, que trabalha em uma agência de intercâmbios, percebeu essa disposição de se diferenciar entre nacionais de diferentes países da América Latina.

Dá pra perceber diferenças de sotaque, dá pra perceber como eles gostam de se... de se diferenciar dos outros. Eles todos sempre falam do país deles de uma forma muito particular. (...) Então, enfim, eu comecei a perceber aí que eles eram muito diferentes, eles se consideram muito diferentes, e antes, como eu não tinha conhecido muita gente, eu não tinha nunca parado pra pensar nisso.

A fala de Cíntia revela sua percepção de que nacionais de países da América Latina têm a necessidade de se diferenciar, de explicitar suas peculiaridades. Tal dimensão da alteridade é essencial na demarcação de suas identidades nacionais. Além disso, importa-nos notar, em sua fala,

que o pronome “eles” é utilizado repetidas vezes, referindo-se a nacionais de outros países latino-americanos que não o Brasil. De fato, a própria entrevistada confessa que apenas começou a perceber que “eles” não eram homogêneos após começar a trabalhar na agência de intercâmbios. Podemos notar aí que perceber tal empenho em se diferenciar constituiu, para Cíntia, senão uma surpresa, algo sobre o qual ela não pensara antes, o que pode ser modificado apenas a partir de um contato real estabelecido com pessoas de outros países da América Latina.

Muitos entrevistados estrangeiros corroboraram a opinião expressa por Cíntia, acerca das diferenças entre os nacionais de diferentes países hispano-americanos, sobretudo referindo-se aos diferentes modos de falar o espanhol. Tal questão será mais aprofundada adiante, quando tratarmos especificamente do tema idioma. Como exemplo, temos a fala da equatoriana Nina, ao abordar as diferenças entre os países da América Latina.

Agora eu vejo que a língua também [é diferente], e, dentro da mesma língua, características bem específicas de cada província, de cada região. Mas também os costumes, que são bem diferentes de um país ao outro (...) Eu acho que é bem importante isso da identidade nacional, a identidade de cada pessoa. Isso faz que tenha muitas características singulares assim um argentino, um brasileiro, um equatoriano. Além da identidade nacional, tem características individuais que diferenciam das outras pessoas, pode pensar “ah, ele é argentino, ele fala desse jeito, diz tal coisa” “Ah, não, ele é brasileiro...”.

Mais uma vez, vemos expressa a importância da identidade nacional, contrariando argumentações de que essas estão se esvaindo e perdendo espaço (Hall, 2000; Bauman, 2005). De fato, não se trata de nacionalismos, como vimos na diferenciação feita por Miranda (2007), no sentido de expressões xenófobas, que marcam supostas diferenças radicais entre as pessoas de nacionalidades distintas. A fala de Nina expressa, ainda, a maneira como a identidade nacional convive dialeticamente com uma identidade pessoal, dando esta nuances àquela que permitem nacionais de um mesmo país serem diferentes entre si. Mais uma vez, vemos uma dialética entre diferentes identidades que um mesmo sujeito faz conviverem.

Não obstante, não se pode negar que estão presentes estereótipos nacionais. A fala do colombiano Roberto, abaixo, é ilustrativa nesse sentido. É interessante percebermos como ele brinca com o que fala, admitindo que são estereótipos.

[O que] Tem de diferente? É... Bem, vou falar de estereótipos, não? (risos) São estereótipos. Por exemplo, nós falamos que os argentinos são europeus, são pedantes, são corruptos... (risos) Eu não sei se você sabe, mas as pessoas do Caribe são diferentes também, relaxados, praias, e tal... São morenos... As pessoas de Bogotá, da serra, aí é mais frio, todos são mais... (...) dizem que são mais trabalhadores... Bem, eu não acho. As pessoas do Peru, Bolívia, Equador: indígenas, todos (risos).

Apesar de parecer uma fala repleta de estereótipos – o que é admitido pelo próprio entrevistado – é notável que o participante tenha imagens formadas em um nível razoável de diferenciação. Não há uma homogeneização que frequentemente percebemos sob a alcunha ‘latinos’ (Beserra, 2005), ou o “eles” emitido por Cíntia, que, como ela mesma confessou, apenas passara a revelar qualquer nuance após seu início no emprego com estrangeiros. Assim, na fala de Roberto citada acima, ainda que o participante admita se tratarem de pré-concepções, veremos uma diferença com relação a outros entrevistados, que nem mesmo dispõem de tais imagens nacionais.

No mesmo sentido está a fala da argentina Carmela, que discorre sobre características de diferentes nacionalidades da América Latina ao longo de toda a sua entrevista. No trecho abaixo, vemos a participante analisar com atenção e relativo nível de detalhamento as diferenças entre Uruguai e Equador.

Por exemplo, o caso do Uruguai. O Uruguai tem uma história de institucionalidade, de continuação, de muito boa educação, de bons cidadãos... com uma cultura muito rica também, de candombe, de música, de comida, de... que é, por exemplo, muito diferente, sei lá, do Equador, que tem uma cultura muito mais diferente, que tem representações de povos indígenas...

Outras falas se ativeram a diferenças interpessoais que se referiam a aspectos distintos dos nacionais. Por exemplo, ao ser perguntado acerca do que diferencia as pessoas na América Latina, o colombiano Javier opinou: “Bom, muitas coisas, acho que o jeito das pessoas é diferente, de acordo com a região onde as pessoas moram”. Nesse caso, vemos o entrevistado tratar de características pessoais atribuídas a diferenças regionais que não coincidem, necessariamente, com fronteiras nacionais.

Já a equatoriana Nina ressalta a diversidade no continente:

A primeira coisa que eu penso é na cultura e os rostos das pessoas, a mistura, essa parte... É o que eu mais gosto e é o que primeiro vem à minha mente. Um continente onde eu posso encontrar muitas culturas, uma coisa muito rica nesse aspecto, muito interessante, com muitos lugares pra conhecer... Sabe? Tudo isso, uma mistura de pessoas que tem cada grupo suas características, e que é bem especial assim.

Nas declarações acima, de Javier e Nina, é possível notar a dialética entre social e subjetivo que compõe a subjetividade e a identidade (Ciampa, 1983; González-Rey, 2003). As pessoas são diferentes entre si, o que está ligado ao contexto em que vivem, ao grupo do qual fazem parte. Essas diferenças culturais constituem-nas como sujeitos e inserem-nas em um grupo.

Nota-se que a manifestação de Nina transmite uma emoção ao falar da diversidade do continente latino-americano, que compõe algo que ela denomina “bem especial”, dando margem para supor que a entrevistada sente-se afetivamente vinculada ao que fala. Outro ponto que nos chama atenção em sua fala diz respeito a que Nina trata de uma diversidade que transcende

fronteiras nacionais, está nas pessoas, nos rostos, nos diferentes grupos. Uma riqueza cultural que compõe o continente. Percebemos aqui, portanto, que quando se fala em diferenças na América Latina não se pode permanecer apenas no nível dos países, uma vez que a diversidade atravessa estes.

Da mesma forma, a argentina Rosana, ao falar das diferenças entre as pessoas na América Latina, salienta a diversidade de culturas: “*É mais essa questão cultural mesmo, assim, as festas, os valores, também tem muitos valores diferentes... esses aspectos assim mais sociais*”. Os entrevistados reconhecem, portanto, uma diversidade cultural na América Latina que deve ser considerada, sob o risco de fazer aquilo contra o qual Carmela alertava: homogeneizá-la.

Optamos, neste tópico, por trazer diferenças que dissessem respeito aos países e pessoas na América Latina de forma geral. Trataremos mais adiante de diferenças manifestadas no âmbito da relação entre os países de antiga colonização espanhola e o Brasil. De todo modo, parece-nos importante mencionar que os entrevistados estrangeiros foram mais incisivos que os brasileiros ao ressaltar diferenças e a diversidade do continente.

5.1.2. Semelhanças

Partimos agora para analisar manifestações dos entrevistados com relação a semelhanças no âmbito da América Latina. Ao serem perguntados sobre o que havia em comum tanto entre os países quanto entre as pessoas neste continente, os sujeitos deram respostas variadas, que tentaremos retratar aqui. Tal tema foi também abordado em outros momentos da entrevista que não naquelas perguntas voltadas especificamente para esse ponto.

Alguns expressaram tal semelhança na forma de uma imagem, que, em sua opinião, melhor definia a América Latina, a qual podemos entender então como uma representação agregadora de similaridades entre os países. Destacamos que o peruano José se refere à Amazônia como centralizadora do que os países têm em comum e até mesmo como um símbolo que significaria a própria identidade latino-americana. Diz ele: “*[Acho que] a Amazônia representa a identidade latino-americana, (...) é a maior floresta do mundo!*”. Nesse ponto, destaca-se o fato de que José é estudante de biologia e relatou seu interesse pela temática da biodiversidade. Assim, percebemos como a vivência pessoal articula-se com o contexto histórico e social no qual está inserido o sujeito, de modo que este constitui-se subjetivamente e significa o mundo de modo único.

Já o brasileiro Pablo, ao ser perguntado sobre o que lhe vinha à mente quando ouvia falar em América Latina, responde: “*Indígenas. (...) E eu gosto muito de cultura indígena, muito. Eu acho legal que, qualquer lugar que você for na América Latina, vai ter uma cultura indígena própria, e completamente diferente da que você conheceu em outro lugar*”.

Notamos, na fala de Pablo, como ele articula uma imagem agregadora – culturas indígenas – com a ideia de diversidade – diferentes culturas indígenas. Veremos que, de fato, diferenças e semelhanças apareceram na maioria das vezes de forma articulada, e que as separações que

fazemos aqui dizem respeito a opções feitas pela pesquisadora no sentido de encontrar zonas de sentido, que agregam significados comuns.

Nesse sentido, da mesma forma que a diversidade cultural havia sido abordada enquanto diferença, vemos esse mesmo elemento emergir como semelhança. Por exemplo, na citação a seguir, Pablo novamente expressa uma opinião que coloca lado a lado as semelhanças e as diferenças.

Porque a nossa cultura, que nem a deles, é uma mistura, né? É um amálgama de um monte de coisas! E dá pra sentir que isso existe lá também, sacou? Existe uma cultura indígena, existe uma cultura espanhola... uma mistura de coisas, né? Que geram coisas muito parecidas, diferentes, porém muito parecidas com as que acontecem aqui no Brasil.

Nesta fala, percebemos a dialética entre convergências e divergências que, como vimos defendendo, são sempre articuladas pelo sujeito por meio de símbolos estabelecidos na cultura. Para o entrevistado, os países se unem em suas diferenças, que se assemelham justamente por seu caráter mestiço – culturas híbridas, conforme o conceito proposto por Canclini (2008a). Outro aspecto que se destaca na manifestação de Pablo é algo que mais uma vez observamos. Trata-se da referência de brasileiros, quando se remetendo aos nacionais de outros países latino-americanos, a estes como “eles” e à América espanhola como “lá”, um advérbio agregador, que delimita um espaço.

Começamos a perceber, portanto, que existe entre nossos entrevistados um nível importante de diferenciação, no interior do continente latino-americano, que é o de brasileiros e hispano-americanos. No Brasil, essa diferenciação coincide com o nível nacional, o que não ocorre com os demais países da América Latina, configurando-se antes como uma identidade regional. De todo modo, não podemos dizer que isso é algo generalizável entre os nossos entrevistados.

Conforme falávamos acima, também a participante chilena María entende que há aspectos similares entre os países latino-americanos, o que não deve significar que todos sejam iguais.

Apesar de sermos distintos, acho que há uma forma similar de ser, as formas de... os hábitos, os costumes... há algo similar, sinto que há isso. Mas é distinto também. Eu tive a sorte de viajar esse verão e estive no Peru, no Equador, e vi que a gente é distinta, não é que seja a mesma coisa do Chile, é... mas acho que há algo, esse algo histórico, que podemos compartilhar, e também algo futuro, que devemos compartilhar.

Na fala de María, percebemos mais uma vez uma dinâmica entre similaridades e distinções, que estabelecem entre si uma relação dialética repleta de antíteses e contradições. Além disso, chama a atenção a ênfase da entrevistada no fato de que os aspectos em comum na América Latina referem-se a um passado, mas não somente, pois lançam-se para um futuro, como um projeto.

No que diz respeito ao passado como responsável pelos aspectos comuns, compartilhados pelos diferentes países na América Latina, vários entrevistados fizeram referência ao passado de colonização. Tal aspecto histórico seria responsável pelas similaridades na América Latina – mas também pelos problemas, conforme veremos.

Dentro desse quadro, a argentina Carmela afirma que *“se pode encontrar alguns traços ou características [comuns] da região, como por exemplo, o fato de que foram colônias, que quase toda a região fala espanhol, ou fala português, e que foram então colonizados, que foram evangelizados...”*. Nessa fala, Carmela manifesta que o passado colonial, com suas características comuns de exploração e evangelização, constituiria um elemento agregador da região.

Ao tratar do mesmo tema, José acrescenta ainda a dimensão de elementos do passado que se perpetuariam até os dias atuais – o que pode ser notado pelo uso do verbo ‘ter’ no presente: *“As pessoas [na América Latina] são conhecidas pela colonização. Tem um sentimento de rebeldia, contra esse passado de colonização”*. Dessa forma, para o peruano José, a colonização, ocorrida no passado, teria deixado como marca nas pessoas, até os dias atuais, um sentimento de rebeldia. Tal sentimento seria, então, um fator em comum entre as pessoas no continente. Importa-nos notar como José articula uma convergência entre países com uma similaridade entre as pessoas desses países.

De forma semelhante, nas declarações abaixo, dos brasileiros Cris e Pablo, observamos a impressão de que o passado histórico teve reflexos na própria personalidade dos latino-americanos e não apenas nos países, de forma ampla e abstrata. Assim, Cris, ao ser perguntado sobre o que havia em comum entre as pessoas na América Latina, opina: *“Acho que essa malandragem (risos). Se tem uma coisa que eu acho que junta um brasileiro, com um argentino, com um paraguaio... É essa malandragem de quem foi explorado... Enquanto povo mesmo”*.

Pablo expressa uma opinião semelhante ao responder à mesma pergunta:

Eu não sei, eu acho que é essa coisa do jeitinho, a gente acha que é uma coisa bem brasileira e não, é uma coisa latina na verdade, na minha opinião. Eu acho que [surgiu] (...) da colonização e de como isso se deu, de uma cultura em que realmente você precisava disso, você precisava de inteligência de rua.

Nas falas acima, Cris e Pablo atribuem a figura do malandro e a característica do jeitinho também a outras nacionalidades na América Latina. Associam-nas ao passado de colonização, expandindo daí uma generalização destas a todos os latino-americanos. Mais uma vez, vemos o fato da colonização ser usado como elemento agregador, do qual os entrevistados fazem derivar características de cunho social e psicológico aos latino-americanos, seja na forma de um sentimento de rebeldia que se perpetua, como disse José, seja na forma da malandragem e do jeitinho, como trouxeram Pablo e Cris.

As falas acima descritas, acerca da colonização como fator agregador na América Latina, ilustram uma percepção que esteve presente em diversas entrevistas, ao tratar dos aspectos em comum na região. Por um lado, devemos entender que os entrevistados trazem uma ideia generalista de colonização, uma vez que, como sabemos, esta apresentou grandes diferenciações internas, não só entre a colonização espanhola e portuguesa, mas também no interior de cada uma destas (Dongui, 1975). Por outro lado, notamos o reconhecimento, por parte dos entrevistados, da importância do fato da colonização para que se pudesse começar a falar de um território simbólico-geográfico denominado América Latina, ainda que esta denominação venha apenas posteriormente (Ardao, 1980; Mignolo, 2005).

Dessa forma, é nesse sentido que se expressa José, ao dizer que os países da América Latina “*estão mais unidos por um contexto histórico, cultural, o contexto social, mais assim*”. Vemos, nessa declaração, José expressar sua opinião sobre a importância do contexto histórico para o sentido de América Latina, ou seja, o entrevistado tem bastante claro que não é apenas uma coincidência geográfica que nos permite falar em América Latina, da mesma forma como defende Tavolaro (2009).

No mesmo sentido se manifesta a equatoriana Nina. A fala a seguir é relevante porque podemos perceber a maneira como a entrevistada reconstrói a forma como se constituiu, para ela, a ideia de América Latina. Observamos, pelo refinamento de sua fala, que esta provavelmente não é a primeira vez que ela se viu confrontada com a questão sobre o que une a América Latina.

Antes, quando eu era estudante do colégio, do Ensino Médio [achava que a América Latina tinha em comum o idioma espanhol]. Porque naquela época eu não estava segura se o brasileiro falava ou não falava espanhol. Mas depois eu cresci, entendi, estudei português, e me dei conta que não era a língua assim que tinha em comum. Então achava que era a condição geográfica, de todos estarem no mesmo continente, mas agora, por exemplo, que eu estou aqui, vejo que isso não é tão importante assim, porque temos muitas diferenças. Além de estarmos na América Latina, o fato geográfico não é o mais importante. Mas, sim, eu acho que uma coisa que nos une, os latino-americanos, é a origem, de como nos estruturamos desde a conquista, pelo fato de termos sido colônias, todos nós. De qualquer jeito, nós colônias espanholas, e o Brasil colônia portuguesa, as Guianas com os franceses e ingleses... Então esse fato eu acho que nos relaciona, mas não como vítimas assim, mas sim como para lutar, pela independência, para termos a própria identidade, nossas características.

Na longa citação acima, vemos alguns aspectos bastante pertinentes no que diz respeito às semelhanças na América Latina. Primeiramente, Nina diz que há muitas diferenças internas e que o fator geográfico não é suficiente para pensarmos em similaridades. Estas derivam, antes, de conjunturas históricas, de semelhanças construídas. Por fim, Nina destaca o fato de que o passado de colonização não deve ser entendido como um lamento, mas como uma razão para lutar pela própria identidade. Ou seja, há uma defesa de que tal relação deve se dar no sentido de que não se

tenha uma identidade imposta pelo passado de colonização, mas sim que os latino-americanos possam ter autonomia para construir a própria identidade, mesmo que tal passado participe dessa construção. Dessa forma, como já havíamos visto na fala de María citada acima, há algo que é lançado para um futuro, chamando a atenção para que não se fique preso ao passado, o que não significa desconsiderá-lo. Como trouxemos em páginas anteriores deste trabalho, esse aspecto também é defendido por Mires (2006) e Martín-Baró (2009).

Vimos tratando até aqui de falas que acentuavam uma dinâmica entre convergências e divergências no continente, mostrando de que maneira ambas articulam-se de dialeticamente. Ainda assim, observamos nas falas de alguns entrevistados uma grande ênfase dada às semelhanças entre os países, como se as diferenças não passassem de imposições, sobretudo devido à colonização. Podemos notar essa expressão na seguinte fala do argentino Guido:

Eu sou do pensamento de que não existem países diferentes na América Latina. América Latina para mim é uma cultura só. Eu tenho esse pensamento... que as fronteiras entre os países latino-americanos foram criadas artificialmente. Eu gosto muito de história, e se você conhecer bem a história, você percebe isso. As diferenças culturais na América Latina, realmente são muito poucas. Então, pra mim, América Latina é uma grande pátria. E entendo como a minha cultura, né?

Na fala acima, vemos já uma apropriação da história como reificadora de uma identidade latino-americana comum e única. Ao tratar das diferenças como construções históricas, o entrevistado parece respaldar-se em um ideal de indiferenciação original do continente, maculada pela colonização. Em nossa opinião, tal caráter dificilmente pode ser averiguado quanto a sua veracidade e não podem passar de reconstruções históricas produzidas em um contexto completamente distinto, que é o da atualidade.

A fala de Guido revela, portanto, uma quase idealização da América Latina, vendo-a como algo homogêneo, sem diferenciações internas, argumento do qual discordamos. Sua vontade de afirmar a América Latina como uma grande pátria – e de reconhecer-se nela – parece exigir dele que a enxergue como uma cultura única, apagando as diferenças. Vimos percebendo que a aproximação da América Latina não depende de que não haja diferenças, muito pelo contrário, como expresso nas falas de vários entrevistados. Entendemos que, na constituição de uma identidade, o reconhecimento das diferenças pelo sujeito permite que esta se dê de maneira mais fortalecida e menos ideológica, levando o sujeito a articular tais diferenças de forma simbólica (Siepierski, 2003).

Para se contrapor à declaração de Guido, observamos, na fala da argentina Carmela, uma crítica à concepção de unidade original da América Latina e a manipulações políticas dessa ideia. A entrevistada não chega, no entanto, a negar que haja semelhanças, mas se mostra incomodada com

a insistência com que isso é tratado, o que, em sua opinião, parece poder levar a reificações e manipulações.

Sim, essa ideia de que, não sei, fomos uma região, que temos uma cultura e uma história recente parecidas, que tivemos ditaduras, que tivemos explorações de nossos recursos, que poderíamos estar muito melhor por causa da nossa própria riqueza natural, que falamos a mesma língua, que temos, por exemplo, música parecida, que, não sei... Existe essa ideia de que se a região se unir... que também é do discurso de, eu não sei, UNASUL, por exemplo. Existe essa ideia latino-americanista, de hermanos, de que temos que ficar unidos para reforçar a região. Eu não sei quanto de verdade existe nisso, eu acho que existe essa ideia latino-americana por alguma questão da cultura também, além das manipulações políticas.

Nessa fala, percebemos uma crítica de Carmela à repetição de um discurso que nos une por uma história de exploração. No entanto, vemos que a entrevistada termina por concluir que, para além das manipulações políticas, há uma “*ideia latino-americana*” que se sustenta. É interessante notarmos que Carmela retoma o argumento de que não se trata de mera invenção, o que veremos esta participante declarar também em outros pontos de sua entrevista, em que sempre tece críticas ao que ela muitas vezes denomina “*um discurso latino-americanista*”, mas volta a dizer que há algum sentido. Assim, novamente devemos destacar que o fato de convergências culturais serem construídas não significa que sejam artificiais, argumento que corrobora o que faláramos em nosso capítulo teórico baseando-nos em Anderson (2008).

No tocante às semelhanças, interessa-nos colocar o que foi trazido a respeito das similaridades entre as pessoas, a partir de experiências concretas dos entrevistados. Nesse sentido, Carmela relata sua experiência como intercambista no Brasil:

Agora que estamos morando todos juntos, os intercambistas, que há muitas pessoas do México, do Uruguai, do Chile, da Argentina também, da Colômbia... eu acho que somos parecidos! (...) Todos, quando nos juntamos pra fazer, não sei, uma comida, todos comemos quase o mesmo, todos fazemos quase o mesmo, todos escutamos quase a mesma coisa.

Na manifestação de Carmela, observamos como ela aparenta relatar algo novo para ela mesma, possível apenas a partir de sua experiência no intercâmbio: sua percepção de como os estudantes latino-americanos são parecidos entre si, algo sobre o qual ela talvez não houvesse pensado antes, pelo menos não nesses termos. Veremos, adiante, como ela inclui brasileiros nessa experiência. Carmela faz, porém, um importante questionamento: será que essas semelhanças se devem ao fato de serem todos latino-americanos ou de serem todos jovens universitários, em sua maioria de classe média? Trata-se de uma interrogação pertinente, à qual não há provavelmente

uma resposta correta ou verdadeira. Devemos antes entender tais dimensões articuladas dialeticamente e não categorias pensadas separadamente de forma rígida.

Guido também relata, agora a partir de suas experiências de encontro com pessoas de diversos países latino-americanos, sua percepção de preponderância de semelhanças na América Latina.

[Conheço] Argentina, Brasil, de visita já fui para o Chile só. Assim, Uruguai, Paraguai já estive de passagem. (...) Mas conheci várias pessoas de outros lugares da América Latina também... E a sensação que você tem então é que as pessoas são parecidas, a cultura é parecida!

Chama a atenção, na fala acima, o relato de Guido de que se trata de uma sensação. Assim, da mesma forma como para Carmela, mesmo que os entrevistados não soubessem colocar muito bem em palavras o que os levava a pensar tais coisas, muitas vezes foi relatado haver uma “sensação” de convergência, de semelhanças. Ressalte-se, portanto, que a constituição de uma identidade não passa por uma intenção racional e consciente do sujeito, mas antes por um conjunto de aspectos afetivos, culturais, sociais e históricos que são significados por cada um de modo subjetivo (Bauman, 2005).

Outros aspectos compartilhados pelas pessoas na América Latina são relatados pelo brasileiro Caio, que se manifesta dizendo que os latino-americanos têm em comum a “*expressão dos sentimentos. Isso é muito forte entre os latinos. Acho que nós expressamos muito forte os nossos sentimentos, e nos mantemos alegres. Se formos perguntar pra qualquer pessoa de fora, eles vão dizer isso: nós somos muito alegres*”. Nessa declaração, destaca-se como Caio faz referência a pessoas “*de fora*” para referendar sua opinião. Percebe-se, então, uma noção de que a própria identidade constrói-se de maneira articulada entre o que se pensa sobre o nós-mesmos e como aqueles que estão de fora, no lugar de alteridade, veem os que estão dentro (Deschamps & Moliner, 2009). Além disso, devemos chamar a atenção também para o fato de que Caio fala dos latinos e, logo depois, usa o pronome “*nós*”, incluindo-se nessa denominação.

Mais adiante, Caio também dirá que a forma de dançar e de se expressar pelo corpo é igualmente comum entre os latinos, que possuem todos danças muito alegres e sensuais. O peruano José também se refere à dança como elemento compartilhado: “*É, e também a dança, né? Os latino-americanos são conhecidos por ter uma dança especial*” e acrescenta que o latino-americano é alguém que “*curte ir a festas*”.

Por fim, gostaríamos de comentar um aspecto que chamou a atenção no que diz respeito às semelhanças entre os países latino-americanos. Trata-se da recorrência da ideia de que a América Latina se une em seu subdesenvolvimento, em seus problemas sociais, políticos e econômicos. De fato, esta parece ser uma ideia central, que estrutura a representação de América Latina para nossos

entrevistados. Conforme defende Tavolaro (2009), é apenas no lugar da falta que podemos entender a América Latina, lugar onde ela foi historicamente colocada e reafirmada.

Dentro desse quadro, ao falar do que os países da América Latina possuíam em comum, vários entrevistados mencionaram carências, incapacidades, problemas sociais, políticos e econômicos. Tal recorrência corrobora nosso entendimento, exposto nos primeiros capítulos deste trabalho, de que há uma conotação deveras negativa associada ao continente, de modo que a marca do subdesenvolvimento parece mesmo significar o nome América Latina (Escobar, 2007).

Quando interrogado acerca da imagem que se lhe formava quando ouvia falar em América Latina, o brasileiro Caio confessa: “*É uma imagem até ruim, de certa forma*”, ainda que tenha caracterizado os latino-americanos como pessoas alegres. Em outro momento da entrevista, indagado sobre o que conhecia de outros países da região, Caio afirma, de forma bastante direta, que conhece “*a parte (...) que diz respeito aos problemas sociais...*”, e não se mostra capaz de acrescentar nenhuma outra informação.

Da mesma forma, o peruano José, questionado a respeito das semelhanças entre as nações latino-americanas, argumenta que os “*problemas sociais são os mesmos, todos têm problemas de educação, saúde, fome... Todos, todos esses países têm esses problemas: Uruguai, Brasil, Chile, Argentina... todos têm os mesmos problemas. Lamentavelmente essas coisas são comuns a todos*”.

É interessante a ênfase que José impõe ao termo “*todos*”: “*todos*” os países parecem se transformar em uma massa homogênea e indistinta, reunidos e indiferenciáveis em suas dificuldades nas áreas da saúde, educação etc. Observa-se que, nas falas acima, a associação de América Latina com problemas é quase imediata. A argentina Carmela também enfatiza que o continente é marcado por “*muita falta de educação*” e complementa essa ideia ao declarar que tais problemas sociais são oriundos “*de muita pobreza*”.

A questão econômica também é tratada pela argentina Rosana, que, ao ser inquirida sobre o que lhe vinha à mente quando ouvia falar em América Latina, responde: “*mais esse lado econômico, né? Que são todos países subdesenvolvidos, que estão se desenvolvendo, tão tentando crescer. Me vem mais essa ideia econômica, e de desenvolvimento social assim, mas que falta muita coisa nesse aspecto*”. Vemos, nessa declaração, novamente o termo “*falta*”. Este, associado à opinião trazida pela entrevistada de que os países “*estão se desenvolvendo*”, nos remete à ideia de que falta ainda algo para que se chegue a algum lugar, qual seja, o lugar do desenvolvimento.

Já o colombiano Javier destaca a questão política. Em sua fala, primeiro declara que os países da América Latina “*são legais*”, mas em seguida lamenta:

É somente que a corrupção e coisas assim fazem que não sejam muito desenvolvidos e tudo isso... E a maioria – bom, acho eu – a maioria dos problemas que tem na América Latina é por causa dos políticos, mau governo (...) porque a América Latina não é uma região que tem, assim, muito desenvolvimento.

Da fala de Javier, podemos deduzir uma imagem de incompetência política que leva a uma incapacidade de levar os países ao desenvolvimento.

O brasileiro Pablo apresenta argumento semelhante ao dizer que os países latino-americanos têm “*uma história muito perturbada e, mais do que isso, uma perpetuação de algumas coisas bem negativas com relação à organização política*”. Aqui, observamos uma relação estabelecida entre os problemas políticos e uma associação com o passado do continente. Destacam-se, ainda, os adjetivos que o entrevistado usa para se referir à América Latina: “*perturbada*” e “*negativas*”.

Uma relação estabelecida com o passado é também expressa pelo uruguaio Pedro, quando este lamenta: “*eu gostaria de vê-la [América Latina] de outra maneira, não tão mal assim, não do jeito que está agora, que tem tudo pra sair pra frente e, por diferentes motivos, não consegue, não conseguiu...*”. Observamos nessa declaração uma vinculação afetiva do entrevistado ao conteúdo de sua fala. Chama a atenção também o tom extremamente fatalista, quando este diz que a América Latina não conseguiu “*sair pra frente*”. Vemos, portanto, a região imobilizada em um lugar da não realização, que se estenderia também desde o passado até o momento atual – e, possivelmente, se perpetuaria no futuro.

Pablo se exprime em um sentido semelhante: “*Eu acho que isso [a história conturbada] vem de uma realidade de exploração, acho que a gente tá acostumado a ser explorado, a gente não tá acostumado a lutar por ter uma sociedade melhor*”. Nessa declaração, observamos uma imagem pusilânime do latino-americano, uma ideia de que este é alguém que se acostumou à exploração, sem ser capaz de reverter sua situação.

Da mesma forma, percebemos diversas falas que associaram, de forma clara, os latino-americanos com algo negativo, um termo até mesmo pejorativo, de forma semelhante com o trouxemos anteriormente neste trabalho (Díaz-Genis, 2004; Dussel, 1994; Zea, 1976). A brasileira Cíntia declara que “*muita gente tem a ideia de que a América Latina é um lugar sujo, pobre, estranho (...) Algumas das pessoas que eu conheci tinham a impressão de América Latina de ‘ah, a gente meio estranha e pobre da América Latina’*”. Falando de sua opinião acerca dos latino-americanos, a brasileira Bianca lamenta: “*Ah, porque a gente foi colonizado, a gente... Não sei... Escravos vieram pra cá... A gente não é muito desenvolvido, a gente não aproveitou muito as pessoas que a gente tem*”. Para José, ser latino-americano é ser “*alguém que mora num país em desenvolvimento*”.

As manifestações acima se destacam por associar o latino-americano à marca da pobreza, do subdesenvolvimento e da falta. Cíntia chama a atenção para uma imagem do latino-americano que causaria uma espécie de repulsa. De fato, tal contexto remete-nos ao que relata Beserra (2005), acerca da imagem negativa que o latino possui nos Estados Unidos, visto quase como uma raça inferior.

A sequência de falas acima mostra, portanto, a recorrência das manifestações que associam América Latina com problemas sociais, econômicos, políticos, corroborando o nosso argumento de que é no signo no subdesenvolvimento, da falta, que se une a América Latina: parece esse o significado denotado pelo nome (Tavolaro, 2009). De fato, vemos tal ideia expressa nesses termos pelo argentino Guido: *“Bom, acho que os países da América Latina (...) estão unidos mais pelas carências e necessidades, do que qualquer outra coisa, né? Tamos numa situação em que sempre estamos tentando ir em frente. E é uma luta constante”*.

Na declaração acima, notamos um novo elemento emergir: o de que também o esforço de superação desses problemas pode ser um elemento que une e marca os países. Tal ideia é ratificada pelo colombiano Javier: *“Bom, eu acho que tem em comum a vontade de progredir, (...) de ter melhores oportunidades para se desenvolver e tudo isso”*. E também pela chilena María, quando esta, comparando a América Latina à Europa, diz: *“É uma cultura muito mais problemática, em algum sentido, mas que tem muita força pra seguir adiante, que tem a vontade de seguir lutando pelo que todas as pessoas querem”*. Vale observar como a entrevistada atribui um caráter problemático à nossa cultura, quando comparada à europeia.

O brasileiro Cris usa a expressão *“autoestima latina”* para tratar também do esforço da América Latina por afirmar-se:

Eu acho que a América Latina também tem o seu lado negro, e eu acho que a autoestima latina vem justamente dessa força, por ter sido muito oprimida.... Aí hoje se afirma. Acho que hoje eu vejo a América Latina muito mais como uma afirmação, entendeu? Hora de se afirmar.

Na manifestação de Cris, percebemos a ideia de que a América Latina tem um lado negro, associado aparentemente à opressão sofrida. No entanto, esta pode ser também motor para alimentar uma *“autoestima latina”*, que busca hoje se afirmar. Assim, para esse participante, a América Latina é atualmente uma afirmação. Podemos compreender tal fala da seguinte forma: onde antes havia uma negação – associada a um lado negro e à opressão – observa-se hoje um esforço por se afirmar. Nesse sentido, a fala de Cris se assemelha às de Guido e Javier citadas acima, ao entender que o lugar da falta gera também um esforço por superar-se. Não deixa de ter forte presença, contudo, a associação da América Latina com algo negativo, por vezes pejorativo, como vimos.

Assim, não nos cabe aqui verificar a pertinência dessas colocações, ou seja, se há ou não esses problemas. O que nos importa destacar é a recorrência dessas declarações por parte de nossos entrevistados. Ora acusando, ora lamentando, ora procurando justificativas históricas, ora parecendo apenas constatar, ora anunciando uma afirmação, podemos dizer que a América Latina como signo da falta perpassou a fala de quase todos os nossos entrevistados. Chamamos particular

atenção para o fato de tal aspecto ter sido de alguma forma mencionado por todos os participantes brasileiros.

De fato, vimos, em nossos capítulos teóricos, como tal ideia perpassou historicamente tanto a representação de América Latina quanto a concepção do 'ser' latino-americano (Zea, 1976; Love, 1996; Díaz-Genis, 2004). Diante desse quadro histórico e do que foi trazido pelos nossos entrevistados, é pertinente nos perguntarmos, como o fez Canclini (2008b): “Quem quer ser latino-americano?” (p. 30). Essa pergunta mostra-se relevante para pensarmos uma identidade latino-americana, uma vez que se trata de uma região marcada por uma conotação negativa e até mesmo pejorativa.

Neste tópico, procuramos trazer distinções e similaridade associadas aos países e às pessoas na América Latina. Vimos que estas apareceram sobremaneira de forma articulada, o que nos remete ao nosso argumento de que diferenças e semelhanças, tensões e contradições, sínteses e antíteses articulam-se na cultura dialeticamente, permitindo que o sujeito constitua-se subjetivamente em um contexto histórico e cultural, no qual tece uma história única. Ademais, destacaram-se a importância das identidades nacionais no continente, bem como a unificação da América Latina sob o signo da falta.

5.2. Identidade e alteridade na relação entre América Latina, Estados Unidos e Europa

Abordaremos agora uma questão à qual nossos entrevistados aludiram com frequência: trata-se da relação de identidade e alteridade estabelecida entre a América Latina, de um lado, e Estados Unidos e Europa, de outro. Em nosso primeiro capítulo, discutimos como a ideia de América Latina se formou sempre em oposição àquela de Europa, em primeiro lugar, e em seguida à de Estados Unidos (Ardao, 1980; Feres Jr., 2005). Enquanto aquelas regiões eram vistas como bastiões do desenvolvimento e da modernidade, a América Latina consagrava-se como o lugar da falta, das carências, do não desenvolvimento (Escobar, 2007; Tavolaro, 2009).

No tópico acima, vimos com bastante clareza como este último aspecto é recorrente na fala dos nossos entrevistados, revelando características que, em sua opinião, uniriam os diferentes países da América Latina. Porém, também a oposição aos Estados Unidos e à Europa é um aspecto que aproxima os países da região e foi constante nas falas dos sujeitos, corroborando o argumento de que tal relação de alteridade é pertinente e parece dar sentido à ideia de América Latina como unidade (Ardao, 1980; Feres Jr., 2005). De fato, tal relação pareceu ser experimentada pelos sujeitos quando confrontados com a ideia de América Latina. Ressalte-se ainda o fato de que em nenhuma das entrevistas foi a pesquisadora quem primeiro mencionou essas regiões.

Nesse sentido, observaram-se falas em que, aparentemente de forma casual, os Estados Unidos ou a Europa aparecem como parâmetros de comparação. A equatoriana Nina, por exemplo, ao nos contar como teve o interesse de vir para o Brasil, relata que sempre ouvira seu pai falar do

país, pois este sempre tivera o “*sonho de conhecer o Brasil*”. A seguir, complementa: “*A gente nunca gostou muito da ideia de conhecer os Estados Unidos, não era o plano dos meus pais – apesar de ser de muitos equatorianos – mas de conhecer a América Latina*”.

Na fala de Nina, vemos alguns aspectos que chamam a atenção. É interessante a forma como a entrevistada parece primeiramente colocar o Brasil quase em um mesmo plano que os Estados Unidos, na forma da condição ou um ou outro. No entanto, a seguir, engloba o Brasil dentro do espaço da América Latina, o que, como veremos, nem sempre foi o caso entre os estrangeiros entrevistados. Dessa forma, o Brasil, enquanto parte do continente latino-americano, opõe-se aos Estados Unidos na fala da equatoriana. Além disso, este último permanece como destino almejado de grande parte das pessoas de seu país, segundo a entrevistada.

Tal oposição aparece também na entrevista da brasileira Bianca. Esta, ao ser perguntada sobre o que os países da América Latina possuíam em comum, responde que, ainda que os achasse parecidos, não sabia muito bem como responder à pergunta sobre o que tinham em comum. Enfim, resolve sua dificuldade ao dizer: “*Eu acho que [os países da América Latina] são mais próximos entre si... do que, sei lá, Estados Unidos, Europa, esses países*”. Nessa fala, fica clara a maneira como os países latino-americanos se unem quando são contrapostos aos Estados Unidos e à Europa, esta aparecendo como uma entidade indiferenciada, à qual a entrevistada se refere como um país. Assim, ainda que Bianca tenha primeiramente sentido dificuldade em justificar sua sensação de que os países eram parecidos, percebe que sua opinião adquire sentido ao opor a América Latina aos Estados Unidos e à Europa.

De forma semelhante se expressa o uruguaio Pedro, referindo-se agora não mais aos países, mas aos latino-americanos: “*Nós somos diferentes aos do Norte, ou europeus, não somos... (risos) europeus, não somos norte-americanos... é diferente!*” Percebemos a existência de uma importante diferenciação na qual se baseia, na opinião de Pedro, a nossa identidade como latino-americanos. Esta adquire sentido então ao ser compreendida no contexto de oposição aos Estados Unidos e à Europa, da mesma forma que apontavam Madeira e Veloso (1999). Além disso, chama a atenção como Pedro define os latino-americanos ao dizer que eles não são europeus nem norte-americanos, mostrando o lugar dos primeiros de alteridade, como a antítese negada destes últimos.

A chilena María relata um aspecto de sua experiência como intercambista no Brasil que nos permite apreender tal diferenciação não apenas em um nível abstrato, mas em um plano concreto, das relações que esta vem estabelecendo com outros intercambistas e de suas reflexões sobre essas relações. María afirma:

Comparando inclusive com outros intercambistas, é como se eu fosse mais daqui do que outros. Por exemplo, há muitas pessoas da Europa, da Espanha, da Itália. Então, apesar de esse não ser o meu país, eu estou mais perto de tudo que é a cultura, a vida daqui, do que eles. Então, é como que... eu sou estrangeira, mas nem tanto.

O relato de María nos possibilita, em primeiro lugar, perceber como o intercâmbio está permitindo que ela vivencie uma experiência de compartilhamento de conteúdos culturais que se articulam em uma dialética entre semelhanças e diferenças. Assim, ela admite ser estrangeira no Brasil, porém, não o é na mesma medida que outros intercambistas da Europa, mesmo que os países europeus aos quais ela se refere tenham também uma matriz latina. Dessa forma, está claro que, quando em relação apenas aos brasileiros, ela é estrangeira, pois é de outra nacionalidade – entrando aí o importante componente das identidades nacionais. No entanto, em outro plano de análise, ela volta a se juntar aos brasileiros, contrapondo-se agora aos europeus. Mais uma vez, vemos colocada uma questão à qual nos referimos nos capítulos teóricos: o fato de que as identidades não podem ser entendidas como oposições rígidas, mas sim como posicionamentos que emergem em situação e que estão estreitamente dependentes daquele do qual se diferencia (Cardoso de Oliveira, 1976; Santos, 2003).

Posicionamento semelhante – no sentido de se aproximar de outros latino-americanos tomando como parâmetro de comparação uma oposição aos Estados Unidos – pôde ser observado na fala do brasileiro Pablo, que nos relata duas viagens que fez: uma para a Argentina e outra para os Estados Unidos: “*Nos Estados Unidos eu senti uma coisa de que eu não pertencia àquelas pessoas. Eu compartilho de valores completamente diferentes... E foi diferente a sensação na Argentina. Lá eu me senti em casa*”. Pablo a seguir admite ser “*uma casa completamente diferente do que eu esperava*”.

Percebemos nesse relato uma interessante triangulação na qual o entrevistado coloca-se próximo do contexto cultural argentino – ainda que não totalmente imerso neste – e distante do contexto cultural estadunidense, com o qual não se identifica. Ele, brasileiro, na Argentina, sentiu-se em casa, mas se tratava de uma casa diferente, pois não era a sua. Podemos entender isso em termos de duas identidades nacionais – brasileiro x argentino – que se diferenciam. De todo modo, tratava-se de um espaço onde havia outras pessoas com quem ele compartilhava valores culturais. Há aí uma interessante contradição entre o estranho e o familiar, que pega o próprio entrevistado de surpresa, pois não esperava por ela. Já nos Estados Unidos, por outro lado, podemos dizer que Pablo não se sentiu em casa, pois não compartilhava determinados elementos importantes para que ele pudesse vivenciar um sentimento de pertença.

Além disso, a experiência relatada por Pablo nos permite passar do plano dos intercâmbios para outro mais amplo: o dos deslocamentos de forma geral. Como afirmamos em nossos capítulos teóricos, a temática da viagem e dos deslocamentos é frequente quando se trata da construção de vínculos e do combate ao desconhecimento mútuo (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004).

Por outro lado, o deslocamento pode também ser palco para a discriminação. Tal discriminação é relatada, por exemplo, pelo argentino Guido:

Eu nunca saí da América do Sul, nunca fui pra Europa, nem pra América do Norte, outros lugares. Mas o que eu sei, de gente que foi lá, que viajou, que vai pra Europa, outros lugares... aí sente muita diferença, sente mais um pouco a discriminação por ser estrangeiro.

Nessa fala de Guido, destaca-se sua percepção de que, na América do Sul, nunca sente uma grande diferença por ser estrangeiro, pelo menos não a discriminação. Por outro lado, na Europa e “nesses lugares” – que, pela proximidade em sua fala e pelo contexto, parece englobar os Estados Unidos –, já há uma discriminação por ser estrangeiro. Claro está que a fala de Guido não nos permite inferir que tal discriminação se dê pelo fato de ser latino-americano. De todo modo, o que nos interessa aqui é mais uma vez pontuar a oposição constante entre Europa e Estados Unidos, diferenciadas de um lugar – que ele chama aqui de América do Sul – onde não se sente da mesma forma o ser estrangeiro.

Cris também manifesta sua opinião acerca da imagem do latino-americano na Europa:

Você é um latino-americano na Europa. O europeu não quer nem saber se um argentino é diferente de um brasileiro... Eles vão confundir a capital do Brasil com Buenos Aires! Prova que pra eles, na verdade, tanto faz! Foda-se Brasil, foda-se Argentina. Tem gente que chega aqui achando que no Brasil se fala espanhol! Então já se prova como eles estão... (gesto de desdém)

Na declaração de Cris, observamos como, sob o olhar do outro, a América Latina se unifica, pois suas diferenças não importam, são insignificantes. Os termos usados pelo entrevistado expressam ainda mais: a América Latina parece causar aos europeus, na opinião de Cris, uma espécie de repulsa. Além disso, a indignação em suas palavras nos leva a perguntarmo-nos: por que é importante para o latino-americano a opinião do europeu? Por que incomoda tanto que “pra eles, na verdade, tanto faz”? Observam-se aí os ecos de uma necessidade histórica dos latino-americanos de buscarem referendar-se aos olhos daqueles – e também dos estadunidenses, podemos acrescentar – como se destes dependesse nossa existência, como se a estes coubesse a determinação da validade e do valor de nossa identidade (Madeira & Veloso, 1999).

De forma semelhante expressou-se a brasileira Bianca, ao tratar também dos temas deslocamento e discriminação no contexto do relato sobre uma viagem que fizera aos Estados Unidos. Primeiramente, ao ser perguntada sobre o que significava ser latino-americana, Bianca diz que lhe vinha à mente “uma imagem mais negativa” e, a seguir, para exemplificar, nos relata uma experiência que ela – que tem a pele bastante branca – e uma amiga “loira” tiveram nos Estados Unidos, em uma visita à Disney:

Eles falavam assim: “vocês são brasileiras?”, aí a gente “sim”, e eles “nossa, a gente achava que no Brasil só tinha gente negra”. Eles têm uma visão assim, entende? Tipo, eles

não sabem nada sobre a gente! Acha que aqui é tudo índio, tudo... sabe? Pobre, bem subdesenvolvido mesmo.

Nota-se, portanto, que a pergunta sobre o latino-americano e a associação deste com uma imagem negativa remete-lhe a uma experiência pela qual ela passara nos Estados Unidos enquanto brasileira. Dessa forma, explicando o porquê de ter falado que o latino-americano estava associado com algo negativo, relata que, nos Estados Unidos, “eles” pensam que no Brasil só existem negros e índios, e logo depois conclui a sequência do pensamento retomando adjetivos negativos: “*pobre, bem subdesenvolvido mesmo*”.

Não nos interessa aqui a crítica de Bianca de que os estadunidenses sabem pouco ou nada sobre os brasileiros, mas antes sua associação latino-americano-negativo-negro-índio. A entrevistada indigna-se: afinal, por que ela e sua amiga loira deveriam ser colocadas lado a lado com negros e índios? Bianca parece assim sentir-se discriminada ao ver imposta sobre ela uma identidade na qual ela não se reconhece. Além disso, assim como comentamos na fala de Cris, tal indignação parece vir de uma necessidade de reconhecimento por parte do outro a quem ela vê como superior. A este é entregue, ainda que de forma não consciente, o poder de referendar a própria identidade.

Remetemo-nos assim à afirmação de Díaz-Genis (2004) de que os componentes negro e indígena do latino-americano estiveram historicamente colocados no lugar de inferioridade e desvalorizados. Dessa forma, apesar de serem os latino-americanos constituídos por diferentes alteridades, na compreensão da autora, há uma supervalorização do componente ocidental e uma negação das alteridades indígena e negra, em uma tentativa de mascarar o caráter híbrido da cultura do continente.

Também em uma manifestação do colombiano Roberto, acerca de uma experiência de intercâmbio na Dinamarca, observamos menções aos Estados Unidos e à Europa como lugares de discriminação. Além disso, vemos aqui reforçada a ideia de que, a despeito dessa discriminação, esses lugares permanecem como referências culturais e sociais importantes. Mais uma vez, percebe-se a indignação de um entrevistado por ter sido colocado em um lugar de inferioridade, diante do qual Roberto se posiciona veementemente. Assim, o participante, relata que, quando morava na Dinamarca, “*as pessoas pensavam que, porque eu era latino-americano, eu era bobo, entende? (pausa) Mas meu pai estudou na Law School of Economics, a minha família é toda muito bem preparada... Provavelmente, eu era mais preparado do que todos eles!*”.

Diante de tal fala, a entrevistadora questiona: “*Então você acha que a ideia que as pessoas tinham lá de quem é um latino-americano é...*” e, antes que essa termine, Roberto replica: “*Que nós somos uns preguiçosos. Mas eu acho que nós trabalhamos mais do que eles, muito mais! Estudamos muito mais! (pausa) Eu gostaria de estudar nos Estados Unidos também, mas acho que a imagem é negativa*”.

Esse trecho é relevante, pois percebemos que Roberto, ao mesmo tempo em que fala, revoltado, da discriminação ou rebaixamento que ele sofreu, mostra o quão importantes são essas regiões para ele e sua família, como referências culturais. Nosso entrevistado identifica-se como latino-americano, da mesma forma que, podemos supor, era identificado por seus colegas dinamarqueses. Ao perceber a forma como tal identidade achava-se eivada de desvalorização no contexto onde se encontrava, Roberto mostra-se indignado. Notamos aqui uma lógica perversa que recai sobre o sujeito: aquele a quem ele tem como referência, coloca-o em um lugar de inferioridade. Por outro lado, Roberto parece não internalizar tal sentimento, ao afirmar que se sabe mais preparado que eles. De todo modo, tal imagem negativa aparenta seguir impassível diante de seus maiores esforços. A certeza de que ser latino-americano é algo ruim nos Estados Unidos, em conformidade com o que afirma Beserra (2005), torna-o relutante a tentar realizar o seu desejo de estudar nesse país.

Tal emparelhamento entre as ideias de influência cultural e relação de inferioridade é também expressa pelo brasileiro Caio, quando este fala de influências, “*como a americana*”, cada vez mais fortes sobre a cultura do continente. Então explica: “*essa invasão [americana] chega dizendo: ‘você são seres primatas, nós somos seres evoluídos, então nós vamos colocar nossa cultura em vocês’*”. Diante de tal fala, a entrevistadora indaga-o acerca de sua opinião sobre a influência dos Estados Unidos na América Latina, e Caio responde: “*Essa é uma relação bem delicada, porque não há um respeito pela nossa cultura*”.

Na declaração de Caio, vemos o participante colocar na voz de alguém que detém o poder de nomear a si mesmo e ao outro uma clara oposição entre “*vocês*” – um nós que é dito pelo outro – como primatas e um “*nós*” – eles que detêm o poder – dito por si mesmo como seres evoluídos. Caio parece colocar os latino-americanos em um lugar de vítimas, incapazes de nomear a si próprios e de resistir à “*invasão*” dos outros evoluídos. No entanto, como vimos, o lugar de vítima é capcioso, pois ignora que frequentemente ocorre uma internalização da superioridade do outro e esta passa a ser defendida por aquele sujeito (Mignolo, 2000; Martí, 2011).

A seguinte fala do brasileiro Cris fala de uma relação parecida: “*Eu acho que, querendo ou não, fica aquela coisa de ‘ah, coitadinho, né, você é latino-americano...’, por parte do europeu. (...) Ele tá numa posição em que o país dele se desenvolveu*”. Nessa fala, vemos explícita uma oposição marcada pela relação de inferioridade entre o latino-americano e o europeu. Destaca-se também como Cris dá o poder de fala ao europeu, justificando esse direito ao dizer que ele está em uma posição distinta. Aqui, fica claro também a inferioridade no quesito desenvolvimento, sobre o que falamos nas páginas anteriores (Escobar, 2007). Além disso, o entrevistado revela uma postura de impotência – expressa em seu “*querendo ou não*” – diante de algo que parece encarar como uma realidade.

Nesse contexto, o argentino Guido critica seus compatriotas e atribui a mesma atitude também à população de outros países latino-americanos: “*Acho que o porteño sempre pretendeu*

ser o europeu, assim como muitos grupos de população de diferentes países da América Latina pretendem ser europeus, pretendem, sei lá. (...) Como se não fizessem parte daqui, né?”. Destaca-se, nesta manifestação, como Guido estende tal comportamento ao longo do tempo, ao usar o verbo no passado “*pretendeu*” e logo depois no presente “*pretendem*”, denotando assim uma continuidade histórica de algo que ele generaliza por toda a América Latina, ainda que restrito a “*grupos de população*”.

Também o brasileiro Cris, em uma crítica similar à do argentino Guido, se refere à atitude de seus compatriotas e afirma: “*Acho que a gente tá olhando pra Europa, pros Estados Unidos. Isso é uma coisa que eu observo no geral das pessoas*”. Nessa declaração, observamos de maneira clara o que colocamos em nossos capítulos teóricos, a respeito da Europa e Estados Unidos como constantes referências culturais para os brasileiros (Madeira & Veloso, 1999; Senhoras, 2006).

Na sequência dessa fala, Cris acrescenta: “*Na América Latina talvez a gente ainda tenha que descobrir o nosso próprio jeito... (...) até pra criar um sentimento de união mesmo. Falar ‘não, perai, a gente tem mais em comum com vocês do que com eles!’*”. Nesse trecho, vemos como Cris assume o lugar de “*a gente*”, entendido como os brasileiros, dirige-se aos demais latino-americanos, “*vocês*”, e opõe-se a pessoas dos Estados Unidos e da Europa “*eles*”. O entrevistado parece denotar assim uma espécie de dúvida enfrentada pelos brasileiros, em sua opinião, a respeito de identificar-se ou não como latino-americanos, juntando-se a “*vocês*”. Sua exortação a seus compatriotas revela-o assumindo um lugar de fala que se opõe a europeus e estadunidenses.

Além disso, destaca-se na fala de Cris a ideia de que, até o momento, o latino-americano não sabe o que é o seu próprio jeito e apenas essa descoberta poderia levar-lhe a se unir. Entendemos que não se trata, no entanto, de encontrar uma essência, algo que já está aí, mas sim da construção de algo novo (Mires, 2006; Martín-Baró, 2009). A manifestação de Cris dá-nos, igualmente, margem para supor que tal postura diga respeito a deixar de tomar como referência cultural constante e única a europeus e estadunidenses. Assim, observamos uma interessante contradição: tal oposição – que conforme temos visto, une a América Latina, mas o faz em um lugar de falta e inferioridade, imobilizando-a aí – necessita ser abandonada para que a região possa verdadeiramente se unir, agora em outros termos. Dessa forma, pensar em uma América Latina unida e diversa passa necessariamente por uma reformulação de sua identidade, conforme a temos vista ser expressa por nossos entrevistados.

Neste tópico, procuramos explicitar o modo como toda síntese é composta por uma antítese: desse modo, qualquer ideia de uma identidade latino-americana contém em si sua negação. Da mesma forma, podemos perceber também como identidade e alteridade estão interligadas, de modo que uma identidade latino-americana parece apenas fazer sentido se colocada em oposição à Europa e aos Estados Unidos, estes tomados como referências culturais constantes ao longo da história. Por fim, a fala de um dos entrevistados leva-nos a perceber que uma

identidade latino-americana que permita uma integração na diversidade envolve necessariamente uma ressignificação do que seja a América Latina.

5.3. A relação entre o Brasil e os países hispano-americanos na América Latina

Até o momento, estivemos tratando os sujeitos brasileiros e hispano-americanos sem grandes diferenciações. No entanto, tal oposição apareceu com frequência nas falas de todos os sujeitos, independentemente da nacionalidade. Neste tópico, pretendemos, então, analisar a relação entre o Brasil e os países hispano-americanos na América Latina a partir das falas dos entrevistados, dividindo tal análise entre brasileiros e outros latino-americanos.

A relação entre o Brasil e os países de língua espanhola revela uma dinâmica própria entre semelhanças e diferenças. Por essa razão, optamos por fazer um tópico à parte sobre o tema, ainda que já tenhamos tratado de distinções e similaridades na América Latina, tanto no que diz respeito às pessoas quanto no que diz respeito aos países. De certa forma, alguns desses aspectos já foram abordados anteriormente, mas buscaremos aqui aprofundá-los.

5.3.1. Brasileiros

Chamou-nos a atenção os brasileiros que, em algumas falas, excluíram o Brasil da América Latina, referindo-se à região como um outro lugar, distante das terras brasileiras. Como já vimos, “eles” e “lá” foram termos frequentes na fala dos entrevistados dessa nacionalidade, bem como a referência aos latino-americanos como sendo exclusivamente estrangeiros dessa região no Brasil, e nunca os próprios brasileiros. Nesse sentido, vê-se a sutil declaração de Cris: “*Eu tô tendo aula com três pessoas da América Latina*”. Percebemos que os demais brasileiros da turma não se encaixam nessa definição. Nota-se, assim, manifestada por um participante extremamente crítico da distanciação do Brasil com relação a outros países latino-americanos, um lapso que denota um conteúdo implícito, escondido, em termos de uma falta de identificação profunda com a ideia de América Latina.

No mesmo sentido, se expressa Cíntia. No início deste capítulo, mencionamos uma fala dessa participante quando esta falava da dificuldade em falar sobre a América Latina. Ao longo de sua entrevista, ela alude repetidamente à região como um lugar onde ela nunca esteve – e se envergonha disso –, como, por exemplo, na seguinte fala:

É uma vergonha muito grande que eu tenho de nunca ter viajado pra América Latina. Eu já fiz três intercâmbios, eu fiquei um ano na Nova Zelândia, fiquei dois meses na França, fiquei dois meses na Eslováquia, e eu nunca fui pra nenhum país da América Latina.

Nota-se, na manifestação acima, que Cíntia em nenhum momento se constrange, pois de forma alguma percebe que sua fala exclui claramente o Brasil da América Latina. A razão para isso, ao menos conscientemente, não parece ser um desprezo ou falta de interesse pela região, uma

vez que ela ressalta com veemência que se envergonha por nunca a ter visitado e insiste no intuito de fazê-lo em breve. Podemos imaginar, ao contrário, que se trata apenas da repetição tranquila de algo que para ela aproxima-se, naquele momento, do óbvio. A não identificação do Brasil como um país latino-americano parece mostrar uma falta de vínculos, de compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos. Trata-se de uma ampla falta de vivências cotidianas que a façam sentir-se pertencente. É pertinente mencionarmos que Cíntia é estudante de Relações Internacionais na UnB.

Além disso, na manifestação acima citada, vemos a referência a países da Europa e outro prioritariamente anglo-saxão como escolha para o destino de seus intercâmbios. Tais escolhas nos levam a entrever que suas referências culturais são também longínquas e encontram-se portanto distantes da América Latina, o que nos permite fazer uma ligação com o que falávamos no tópico anterior acerca da recorrência da Europa e dos Estados Unidos como referências culturais dos latino-americanos. Além disso, no âmbito específico dos intercâmbios universitários, remetemo-nos ao que tratamos sobre o assunto em nosso terceiro capítulo, quando falávamos da predominância dos intercâmbios internacionais – e da cooperação acadêmica internacional de forma ampla – direcionados aos Estados Unidos e à Europa (Senhoras, 2006; Rosa, 2008).

Quase ao final da entrevista, perguntamos a Cíntia se o Brasil fazia parte da América Latina, quando então ela responde:

Faz. (pausa) Faz, apesar de eu já até ter ouvido do Roberto que “não, não faz parte, vocês são muito diferentes, não tem nada a ver”... Mas é meio... Eu acho que sim, eu acho. Eu não entendo porque não. A língua é latina, as pessoas são bem parecidas... Não são iguais, não é pra ser mesmo, da mesma forma que eles não são iguais entre si. Eu não acho que a gente precise se sentir igual para se sentir parte da América Latina.

A fala de Cíntia parece dissociada do que ela vinha falando antes. Ao buscar uma resposta, refere-se à opinião do colega colombiano de que o Brasil não faz parte da América Latina, talvez na tentativa de justificar a validade de uma opinião expressa implicitamente por ela em momentos anteriores. Contudo, continua sua fala sem se afetar, explicando que não entende porque o Brasil não faria parte, usando o argumento – o mesmo que usávamos acima – de que o sentido de América Latina não deve pressupor uma homogeneização da mesma.

O brasileiro Cris levanta uma hipótese acerca da postura do brasileiro diante da América Latina. Ele diz: “Foi até uma coisa que eu falei com a Nina, eu acho que o brasileiro tem a autoestima latina dele muito baixa”. Notamos que esse entrevistado usa novamente uma expressão que já utilizara antes: “autoestima latina”, agora para destacar que o brasileiro a possui muito baixa. Podemos entender esta no sentido de uma falta de identificação à América Latina: o termo ‘estima’ remete-nos a conteúdos afetivos, que nos permitem supor uma falta de vinculação afetiva à região; já a partícula ‘auto’ traz o conteúdo de referência a si mesmo, semelhante ao termo

identidade. Observa-se, então, o reconhecimento, pelo entrevistado, de uma tentativa do brasileiro de negar-se a si mesmo enquanto latino-americano.

No contexto da relação dos brasileiros com outros latino-americanos, Bianca faz um comentário, com o qual concordamos, que diz respeito às diferenças nas experiências de pessoas dentro do Brasil e como isso influencia sua relação com a América Latina como um todo. Ela diz:

Eu acho que depende muito de onde você tá. Por exemplo, eu sou de Natal, eu tô muito isolada lá no cantinho – posso passar 10 horas dentro do avião, e ainda tô dentro do Brasil –, apesar de lá ter muito estrangeiro, em especial de Portugal e Espanha. Mas eu tenho amigos, por exemplo, ali do Sul, “ah, sou, sei lá, de Ponta Grossa. Meu pai é uruguaio, viajo pra lá de fim de semana...” Então o contato é muito maior. Depende muito de onde você tá. Eu acho que, se eu não tivesse vindo pra Brasília, eu não teria um contato tão próximo.

A fala de Bianca introduz um elemento novo em nossa discussão: a experiência que cada pessoa terá referente à América Latina está intimamente relacionada com suas vivências pessoais e sociais articuladas a esta região como espaço simbólico-geográfico. Diante disso, é relevante destacarmos que nossa pesquisa conforma um universo bastante particular de estudo, uma vez que foi realizada em um contexto universitário, com estudantes intercambistas e brasileiros em contato com estes – além de se tratarem todos de pessoas que se interessaram em participar da pesquisa. Assim, Bianca destaca algo com relação aos brasileiros que acreditamos poder estender também para nacionais de outros países da América Latina. Como vimos defendendo, o contato com pessoas da região certamente é um fator que influencia na conformação de um vínculo identitário (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004; Anderson, 2008).

Dentro do quadro das relações estabelecidas entre brasileiros e outros latino-americanos, Caio relata que o uruguaio Pedro foi o primeiro estrangeiro da América Latina que conheceu e, falando sobre ele, afirma:

“Não é que ele não se parece [estrangeiro], ele realmente parece um estrangeiro mais pela forma como ele fala, pela forma como ele se porta, você vê que ele é de outra cultura. Mas eu não vejo ele como um estrangeiro na forma de expulsá-lo daqui. Ele faz parte disso aqui. Então, ele não é aquele de fora. Ele já está aqui, ele já pertence à nossa cultura”.

Essa fala é intrigante, pois observamos vários conteúdos implícitos que parecem sustentar a percepção de Caio. O entrevistado mostra-se relutante em enquadrar Pedro sob o rótulo ‘estrangeiro’, pois este se refere, em sua opinião, a alguém que merece ser expulso por sua condição. Não é o caso do uruguaio, pois, apesar de se notar que ele é de outra cultura, ele ao mesmo tempo “faz parte disso aqui”. Dessa forma, notamos, na manifestação de Caio, a convivência de uma visão de Pedro como estrangeiro e, ao mesmo tempo, como parte.

A fala de Caio remete-nos à ideia de um possível conflito entre estrangeiros e nacionais. Na declaração abaixo, Pablo refere-se a uma rivalidade entre brasileiros e argentinos, que o entrevistado admite existir, mesmo que depois a critique.

Pô, rola rivalidade? Beleza, rola rivalidade, mas pô, em Buenos Aires eles tão acostumados a receber brasileiro todo dia, brasileiro pra caramba! Já passou dessa fase, sabe? Não tem mais essa história, não é aquela coisa “volta pro seu país, seu merda”, não é isso! Rola rivalidade, tudo, mas é uma coisa amigável, acho muito difícil acontecer uma coisa hostil lá. E eu acho que eu seria mais hostilizado em outros países.

Destaca-se aqui que Pablo, de maneira semelhante ao que falara Caio, refere-se a uma relação agressiva com os estrangeiros, no sentido de expulsá-los do país. Ele se reporta a algo passado, que admite ter existido ao dizer “*não tem mais*”. A seguir diz que tal rivalidade continua existindo, mas tornou-se amigável, ao passo que, em outros países, a hostilização seria maior. Além disso, defende que a relação entre brasileiros e argentinos está agora em um outra “*fase*”. Será interessante compararmos tal fala com o que veremos adiante sendo trazido pelos argentinos quando estes mencionam o Brasil.

Ao aludir à relação entre o Brasil e os demais países da América Latina, Cris traz elementos interessantes:

Agora a gente acha que a gente tá muito bem, não tem que olhar pros outros. Se olha, olha de cima e isso quando olha... (...) Eu acho que os outros países da América Latina tem uma imagem muito melhor do Brasil, respeitam muito mais o Brasil, do que... vice-versa... do que a gente com a gente mesmo e a gente com eles.

Nessa declaração, notamos que o entrevistado atribui certa arrogância ao olhar do Brasil sobre o restante do continente. Como veremos adiante, essa questão foi também mencionada por alguns estrangeiros. Na fala abaixo, Cris aprofunda sua opinião acerca do assunto:

Eu acho que o Brasil ainda é muito isolado... Com a própria América Latina. Tem o MERCOSUL e tal, mas... Acho que o Brasil talvez se veja como... “ah, peraí, eu é que mando aqui, se é pra tratar de América Latina, falem comigo”.

Trata-se aqui de uma questão delicada. Conforme mencionamos anteriormente, o Brasil foi por vezes acusado de tentar estabelecer uma espécie de sub-imperialismo na região, impondo uma suposta superioridade sobre os demais. Nesse caso, os outros países apenas importariam na medida em que servissem aos interesses brasileiros, mas não seriam alvo de respeito ou aproximação cultural (Bueno & Cervo, 2008). A crítica de Cris é importante e é feita por vários setores da população, contrários a uma integração que se baseie em uma disparidade nas relações de poder e nos benefícios angariados por cada país.

5.3.2. Estrangeiros

Para adentrarmos na análise das falas de participantes estrangeiros acerca da relação entre países hispano-americanos e o Brasil, devemos salientar mais uma vez a peculiaridade do contexto de nossa pesquisa, que deve ser levado em consideração na análise de nossas entrevistas. Os entrevistados estrangeiros encontravam-se no Brasil, em sua maioria, para a realização de intercâmbios acadêmicos (não podemos dizer que todos estavam nesta situação, uma vez que alguns realizariam o curso integralmente no país).

Apesar de, no caso dos alunos que ingressaram via matrícula cortesia (Diego e António), ou daqueles que já se achavam no Brasil anteriormente devido à mudança da família (José e Rosana), não ter havido uma escolha direta destes pelo país, deve-se ressaltar que todos relataram gostar bastante do Brasil. No caso dos demais, deve-se levar em consideração que a escolha por este país como local para realização da integralidade ou de parcela de um curso universitário levamos a crer – e foi muitas vezes relatado pelo participante – que já havia um interesse pelo país.

Destaca-se que a maioria dos entrevistados estrangeiros mencionou a imagem bastante positiva que tinham do Brasil em seus países. Tal imagem associou-se, diversas vezes, à amabilidade das pessoas, à alegria e às festas. Dentro desse quadro, a equatoriana Nina afirma que, antes de vir, sempre tivera uma imagem do Brasil como um país *“com gente alegre, bastante tranquila, engraçada, muito amável. E também do clima, da natureza também. Eu não sei se tinha esse preconceito, de que tudo era verde, mas tinha essa ideia de muito verde, muita mata, Amazônia”*.

A chilena María diz sorrindo: *“eu queria vir pra cá porque eu gostava muito do Brasil, de tudo que significava”*. O uruguaio Pedro opina que no Brasil é *“tudo bonito! Eu gosto muito da música brasileira, então tenho uma visão muito positiva. Está com suas coisas, como em todos os lados, mas tem muitas coisas positivas”*. Nessa manifestação, Pedro demonstra uma visão não idealizada do país, ao dizer que o país *“está com suas coisas”*, mas vemos que o participante tem mesmo assim uma visão bastante positiva do país.

A argentina Rosana, quando perguntada pelo que pensa sobre a opinião dos argentinos acerca do Brasil, replica: *“é muito bem visto, o pessoal gosta muito do Brasil, tem uma consideração enorme, adoram as praias, adoram tudo”*. Nessa fala, deve-se salientar que Rosana emite essa opinião em nome de seus compatriotas, não apenas no seu.

Nesse contexto, as manifestações de vários entrevistados nos levam a supor que, de modo geral, ouve-se falar bastante do Brasil em outros países da América Latina, o que influencia na formação de uma imagem positiva do país. Nina reforça essa ideia ao dizer: *“Pra nós [equatorianos], o Brasil é um referente bom, assim, como algo muito especial”*.

Outro motivo citado, também frequentemente, pelos estrangeiros para a admiração do Brasil refere-se ao crescimento deste nos últimos anos. Para a argentina Carmela, *“quando você*

fala de Brasil, fala que é uma potência". Nesse contexto, o colombiano Javier, quando perguntado qual é a imagem que, em sua opinião, seus compatriotas têm do Brasil, responde: "Ah, é uma imagem positiva. Porque ultimamente o Brasil tem desenvolvido muito, e a imagem que o Brasil projeta é boa". Diante da mesma pergunta, Nina responde: "um país bem produtivo no campo econômico e tudo isso", e o peruano José reforça "O Brasil é um país grande, desenvolvimento". Essas falas nos dão margem para supor que fora do Brasil tal aspecto tem sido muito comentado: o *status* como país com grande crescimento e desenvolvimento.

O colombiano Roberto emite a mesma opinião em uma fala mais detalhada:

Roberto: Brasil está muito bem, tem uma indústria muito poderosa, né? (...) eu fiquei chocado quando estivemos no sul do Brasil, é incrível. Meus pais e eu dirigimos na BR-101 e vimos galpões, indústrias... sem fim! Incrível! Vocês têm um crescimento industrial chocante, impressionante... O que eu acho que se reflete na qualidade de vida das pessoas, eu acho que vivem melhor, não?

Percebemos também que tal crescimento foi algumas vezes abordado na relação com outros países da região. Nesse sentido, o equatoriano Diego diz que o Brasil "ajuda os países que ficam perto, né... Bem, o Equador já teve problemas com o Brasil por empresas petroleiras, mas já não mais, agora estão vendo a forma de ter laços mais estreitos". Tal fala mostra uma delicada relação estabelecida entre o Brasil e outros países do continente latino-americano no campo econômico. Muitas vezes acusado de tentar se impor sobre estes países, o Brasil necessita empenhar esforços no sentido de estabelecer cooperações igualitárias nesse campo, em que todas as partes saiam ganhando e possam se beneficiar do crescimento (CEPAL, 1994).

A argentina Carmela, ao tratar do tema da suposta rivalidade entre Brasil e Argentina, também aborda a importância da cooperação econômica entre os países da região. Em sua opinião, algumas pessoas mais velhas, porém não todas, "continuam com essa rivalidade". No entanto, ela critica tal postura, chamando-a de "imatura" e reforça: "as pessoas que tem um pouquinho mais de cabeça, eu acho que gostam muito, sabem quais são as potencialidades do Brasil e também o quanto convém pros argentinos que o Brasil esteja passando por um bom momento".

Destaca-se, nesta fala, que a entrevistada mostra a importância de se aproximar do Brasil nesse momento. Podemos entender, nesse sentido, que Carmela expressa uma vontade de integração, na medida em que um possa se beneficiar do crescimento do outro. Além disso, Carmela não nega que houve uma rivalidade no passado, provavelmente se referindo ao tempo de ditadura (Bueno & Cervo, 2008). Por outro lado, Carmela afirma que permanecer com tal rivalidade atualmente mostra-se uma atitude imatura.

Nesse contexto, a argentina Rosana se manifesta no seguinte sentido: "Eu acho que a admiração do argentino pelo brasileiro é maior que a do brasileiro pelo argentino". Tal fala de Rosana é bastante relevante, pois denota um interesse que a Argentina – e, pelas demais falas,

podemos supor que também o restante da América Latina, falando de forma geral – tem pelo Brasil, mas que não parece receber retorno no mesmo grau por parte deste.

Vários entrevistados trataram desse distanciamento do Brasil em relação aos demais países da América Latina. O colombiano Roberto, ao criticar esse distanciamento, faz uma observação interessante:

[O Brasil] deveria fazer mais parte da América Latina. (...) Mas agora eu vejo que estão fazendo coisas muito boas. Por exemplo, vocês têm muitas bolsas de estudo para os colombianos que queremos estudar em universidades brasileiras. Eu acho que é muito bom. Mas, também, acho que precisamos que mais brasileiros vão para lá também, não? Porque muitos vêm pra cá, muita gente da Colômbia vem pra cá. Mas brasileiros não vão pra lá, muitos não.

Destaca-se, na fala de Roberto, vários pontos importantes: por um lado, vemos a ressonância de políticas brasileiras no sentido de buscar a integração com outros países da América Latina (Galvão, 2009). No entanto, Roberto revela a opinião de que muitos colombianos vêm para o Brasil – e são bem recebidos, como comenta em outros pontos de sua entrevista –, mas os brasileiros não estão interessados em ir para a Colômbia. Ou seja, observa-se que não há uma verdadeira relação de intercâmbio, parecendo tratar-se antes de uma relação unilateral. O brasileiro pode receber, mas não se mostra interessado pelo outro país, não parece querer usufruir ou conhecer a outra cultura.

O relato de Nina, do Equador, é um dos mais pungentes nesse sentido. Nina, como vimos, relata que o Brasil sempre foi um referente muito especial para as pessoas em seu país, e que ela e sua família, particularmente, sempre admiraram e quiseram conhecer o país. No entanto, agora que está no Brasil, percebe assustada que os brasileiros não nutrem esse mesmo interesse por seu país ou outros da região, muitos nem sequer sabem onde é o Equador. Isso não interfere, no entanto, em que seja bem recebida pelos brasileiros.

É somente um pouco chato quando não sabem onde fica o Equador! Aí eu fico zangada! (...) Mas eu já falei muito pra brasileiros que eu acho que esse é um problema bem grande, porque vocês estão olhando para o outro lado do continente, não estão olhando para nós, para os Andes. Estão olhando para o outro lado do mundo, pra Europa... Mesmo assim o Brasil é um referente bem importante para nós. Mas agora que eu tô aqui eu vejo que o contrário não é assim não. (...) pensava que o brasileiro também tinha assim alguma conexão, algum interesse, pelo povos, países, cidades, dos Andes, da América Latina, mas agora eu sinto que não é tão assim. (...) Não somos um referente para vocês, e nem um ponto de interesse até para conhecer, viajar.

Trata-se de um relato forte, em que está patente a surpresa e decepção de Nina, uma vez que ela não imaginava que dificilmente encontraria “alguma conexão, algum interesse” dos brasileiros pelos povos e países da América Latina como um todo. Podemos recuperar aí aspectos

de referenciais culturais voltados para os Estados Unidos e para a Europa, sobre os quais falávamos no início deste capítulo. O brasileiro não se volta para outros países latino-americanos, pois sua atenção está – e assim esteve, historicamente – concentrada alhures (Madeira & Veloso, 1999; Andreola, 2007). Por outro lado, é pertinente destacar também a importância do contato entre os estudantes de diferentes partes da América Latina. Diálogos como o que Nina relata ter tido com alguns brasileiros funcionam como importantes formas de combater estereótipos e promover o conhecimento mútuo, o que o espaço da universidade demonstra poder promover, como temos defendido nesta pesquisa (Trindade, 2009a; Ricobom, 2010).

Quando perguntada sobre como se sente com relação a essa falta de interesse dos brasileiros pelos outros países da América Latina, Nina responde: *“É bem chato, porque é como não valorizar também as pessoas que temos, os nossos traços culturais e tudo. Eu sei que não somos países tão desenvolvidos assim, mas temos muitas riquezas em outros aspectos, né?”*

Vemos aqui, mais uma vez presente, a temática do desenvolvimento, ideia recorrente quando se fala em América Latina. Nessa fala, Nina procura achar explicações para esse desinteresse dos brasileiros por outros países na América Latina, dizendo que talvez seja porque eles não são desenvolvidos. A introjeção desse discurso, por parte dos latino-americanos, aparece então como uma espécie de imagem internalizada de que não são tão bons porque não são desenvolvidos, não merecendo, portanto, a atenção de outros países, superiores por serem mais desenvolvidos de acordo com uma lógica imposta a respeito do que seja modernidade e desenvolvimento (Escobar, 2007).

Assim, de fato, prolifera-se entre os entrevistados estrangeiros a ideia de que o Brasil é uma espécie de ilha, isolado na América Latina. Tal isolamento não se dá, como observamos nos relatos acima, por uma falta de interesse dos outros países no Brasil, mas antes o contrário. Alguns entrevistados, ao sentir que o Brasil se isola, buscam justificativas para tanto, como na seguinte fala de Roberto: *“Bem, porque vocês são muitos não? Se você pensa um pouquinho, o Brasil tem mais gente que toda a América Latina. Mais ou menos. É muito grande! Então não precisam! Não precisam... (risos). São muitos, em todo lado, então...”*

Mais adiante, Roberto volta a tocar no assunto: *“É um país grande, é a metade do continente! É completo! Eu entendo porque não se sentem, eu entendo, é por isso”*. No mesmo sentido se manifesta o equatoriano Diego, tentando explicar por que o Brasil encontra-se tão afastado de outros países da América Latina, a ponto de quase não fazer parte desta: *“O Brasil é muito grande, né? Então é quase outro continente, entende?”*. A argentina Carmela se expressa de forma semelhante, tentando justificar o isolamento do Brasil por uma suposta autossuficiência:

Quando eu vim pra cá, eu percebi que, aqui, os brasileiros somente escutam música brasileira, tem muitos ritmos diferentes de música que são brasileiros, e que não escutam música, sei lá, em espanhol ou... quase não escutam. (...) Existe um orgulho compartilhado entre os brasileiros pela sua própria cultura, a cultura brasileira, e... somente escutam

bossa nova, somente escutam rock daqui, ou samba-rock, ou essas fusões de música... Eu não sei, é como se estivessem, não fechados na sua cultura, mas é como que... Lá na Argentina, é difícil que escutem somente música argentina.

Nessa fala, observamos que Carmela ao mesmo tempo que procura justificar o Brasil por seu isolamento, expressa ao mesmo tempo uma certa admiração por essa característica que atribui à cultura brasileira. As falas acima se destacam por denotar a concepção desses entrevistados de que o Brasil seria autossuficiente, por isso não olharia para o restante da América Latina. No entanto, como já nos referimos no tópico anterior, podemos observar que, em termos de referências culturais, o Brasil encontra-se sobremaneira voltado para os Estados Unidos e para a Europa, o que não nos permite pensar, portanto, que este seria autossuficiente (Andreola, 2007).

A reclamação de que o Brasil parece isolado, uma espécie de ilha na América Latina não foi manifestada apenas por estrangeiros, mas também por brasileiros, como expressa o brasileiro Cris. Na declaração abaixo, vemos corroborado o argumento de que o Brasil não é autossuficiente – o que não significa que não valorize a própria cultura –, como procuraram sugerir os entrevistados acima, mas sim que não há interesse do país pela região.

Eu não sei, assim, me parece que o Brasil é muito isolado com relação à América Latina. (...) Pô, quando a gente [os brasileiros] não tá preocupado com a nossa própria cultura, quando a gente não tá dentro da nossa própria cultura, a gente tá vislumbrando uma Europa ou um Estados Unidos. De costas. Enquanto que eu acho que pra eles não. Eles tão olhando pra cultura deles, pros outros países.

Nesse contexto, alguns entrevistados disseram sentir que há uma maior e mais estreita relação entre os países hispano-americanos entre si do que destes com o Brasil. Sobre diferenças entre o Brasil e outros países da América Latina, o peruano José se posiciona da seguinte forma: “*Eu acho que não separa. Tem diferenças, mas não separa. Dá um curiosidade de conhecer um país como o Brasil. Todo mundo quer conhecer o Brasil. Mas... Acho que os brasileiros têm um jeito diferente do resto da América Latina*”.

Observa-se, nessa declaração, que o entrevistado transita entre diferentes polos em uma dinâmica de aproximação e distanciamento, ao dizer que há diferenças entre o Brasil e os países de língua espanhola, mas que essas não os separam, pelo contrário, podem gerar uma espécie de curiosidade e desejo de conhecer o país. De todo modo, ao final reitera: não se pode negar, no entanto, que haja diferenças entre o Brasil, por um lado, e os demais países, por outro.

Não podemos, no entanto, encarar tais diferenças de forma naturalizada. Temos ressaltado, ao longo de todo esse trabalho, que ditas diferenças ou semelhanças devem ser entendidas como produções simbólicas que não ocorrem em um espaço vazio, mas antes em um contexto composto por dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas e afetivas que se articulam de maneira dialética (González-Rey, 2003). Assim, estar de “*costas*” para a América Latina e de frente para os

Estados Unidos e para a Europa não é uma postura natural, mas algo que foi construído historicamente como natural, e frequentemente é encarada assim por nossos entrevistados.

Muitos participantes falaram dessas diferenças como um distanciamento do Brasil com relação aos demais países latino-americanos. Na fala a seguir, do argentino Guido, o vemos manifestar justamente esse pensamento, mesmo que tenha expressado tantas vezes ao longo de sua entrevista a inexistência de diferenças no continente. Assim, Guido parece intrigado com o que fala: *“Não sei te dizer, mas (...) às vezes vejo uma diferença entre o Brasil e o resto da América Latina, não sei se é por causa da língua ou o que, mas o Brasil parece uma ilha aqui dentro”* Guido levanta como hipótese a língua, apesar de já haver mencionado em outro ponto de sua entrevista que não entendia esta como uma barreira. Notamos que o entrevistado não está seguro de que essa possa ser uma causa, o que permanece é sua sensação.

Após uma pausa, Guido acrescenta:

Por exemplo, na Argentina, não sei por que, mas lá em Buenos Aires existe uma comunicação muito grande com culturas de outros lugares, lá se conhece muito a cultura de outros países da América Latina, artistas de outros lugares são conhecidos... Aqui no Brasil, quando se fala em artistas mais regionais, personalidades... se conhece o que é do Brasil, mas o que é da América Latina é pouco conhecido. Também se conhece mais o que é dos Estados Unidos, europeu, mais do que latino-americano, né? É como que... A visão que o brasileiro tem dos outros países da América Latina, me parece muito estereotipada.

Aqui, vemos Guido abordar o assunto com exemplos, tratando de uma aproximação entre os países de língua espanhola na América Latina da qual o Brasil não faz parte. Diante da admiração que os entrevistados relatam que não só eles, mas outras pessoas de seu país, têm pelo Brasil, conforme ilustramos acima, temos aqui uma margem para inferir que se trata de uma exclusão autoimposta, buscada pelo próprio Brasil (Barbosa, 2007). Na fala acima transcrita, vemos, portanto, Guido dar sequência ao seu esforço por entender o afastamento do Brasil dos outros países latino-americanos. Elenca a língua, fala da cultura brasileira fechada em si mesmo, fala de uma preferência cultural pelos Estados Unidos e Europa e, por fim, conclui: por falta de conhecimento, o brasileiro demonstra uma visão de veras estereotipada de outros países da América Latina.

Da mesma forma, a equatoriana Nina mostra-se intrigada por esse afastamento e também se questiona se a língua pode ser um fator, mas não está segura.

Eu não sei se é pelo fato da língua, que tenho a impressão de que há mais relação, não sei se até uma interdependência maior: relação comercial, cultural, intercâmbio assim de coisas... Mas não sei se é por esse fato que o Brasil tem ficado fora disso.

Novamente, chama a atenção a ideia de que há algo compartilhado pelos países hispano-americanos do qual o Brasil não faria parte. Nina, assim como Guido, avança a possibilidade de a

língua ser um elemento de exclusão. Para acercarmos-nos dessa questão, faz-se necessário analisarmos com mais detenção esse aspecto, que foi bastante mencionado por nossos entrevistados. É sobre esse assunto que trataremos no tópico a seguir.

5.3.3. Os diferentes idiomas na América Latina

A temática da língua foi bastante abordada por nossos entrevistados e de diferentes formas. Ora enxergando-a como barreira, ora como simples distinção, a maioria dos nossos entrevistados se posicionou diante de algo que se configura como uma realidade no continente. Notamos então uma dialética entre convergências e divergências, semelhanças e diferenças, que buscaremos destacar aqui. Como temos salientado ao longo de todo este trabalho, compartilhar vínculos identitários não significa que não haja distinções entre as pessoas, mas que essas não sejam entendidas como diferenças radicais (Miranda, 2007). É sob essa ótica que analisaremos a importância dos diferentes idiomas na constituição subjetiva dos nossos entrevistados. Além disso, devemos entender os diferentes idiomas como reflexos de peculiaridades no processo histórico do continente, de modo que estes não funcionam como entidades independentes, dissociadas de aspectos históricos, culturais e políticos.

O colombiano Roberto manifesta-se no sentido de ver tal diferença de fato como distintiva de um pertencimento em relação à América Latina. Ao ser questionado sobre o que lhe vinha à mente quando ouvia falar na região, esse entrevistado responde: *“América Latina? Brasil não é América Latina”*. Quando perguntado pelo porquê, diz: *“O Brasil é diferente, é outra coisa, não?(...) São todas as pessoas que falam espanhol, elas são América Latina”*.

A opinião de Roberto é a mais veemente nesse sentido, se comparada com a dos demais entrevistados. Nota-se como o entrevistado eleva o idioma ao *status* de diferença radical, diferenciadora de identidades, uma vez a América Latina estaria definida como as pessoas que falam o idioma espanhol. Por outro lado, é interessante observar que Roberto demonstra grande admiração pelo Brasil, como afirma na seguinte manifestação: *“Eu gosto daqui! Eu seria brasileiro! (risos) Se ficar aqui só mais um pouquinho, eu me torno brasileiros! (risos)”*. Além disso, afirma que não acha que tenha mais em comum com um argentino do que com um brasileiro. Dessa forma, a proximidade que sente da cultura e das pessoas parecem ser elementos menos importantes para ele do que a língua – e o que ela significa – no sentido de uma possível inclusão do Brasil em uma rede simbólica que denote vínculos identitários.

Nesse sentido, Roberto reforça: *“Quando você tem um idioma comum, você pode entender a cultura um pouquinho melhor. Eu acho que o idioma é um elemento importante, não? A comunicação. (...) Eu acho que essa é uma parte muito importante da cultura”*.

A fala de Roberto vai ao encontro de argumentos que colocamos em nossa fundamentação teórica, de que a língua pode se mostrar como uma delimitadora de identidades (Schneider, 2004). Concordamos com tal argumento, mas entendemos que diferentes identidades – associadas ou não

ao idioma – podem conviver. De todo modo, devemos compreender o posicionamento de Roberto como a expressão subjetiva de uma vinculação que faz sentido em seu universo simbólico e cultural.

Outros entrevistados revelaram falas contraditórias, corroborando por um momento o pensamento acima para, a seguir, voltar a incluir o Brasil no espaço simbólico da América Latina. Tal é o caso, por exemplo, do peruano António, que afirma: “*Somos pessoas latinas, que só falam espanhol, toda a América Latina...*”. A entrevistadora questiona: “*Então o Brasil não faz parte?*”, e António replica: “*Faz parte, mas vocês falam outra língua. Mas também fazem parte da América Latina*”.

Notamos nessa fala uma contradição do entrevistado, uma vez que primeiramente afirma que os latino-americanos falam apenas espanhol e em seguida que o Brasil fala outra língua, mas que também faz parte da América Latina. Percebendo tal antítese de sua fala, António tenta uma saída ao dizer: “*É que o mais característico da América Latina é falar espanhol (...) Os latinos falam espanhol...*”. Destaca-se aqui que o entrevistado busca uma solução de compromisso, mas, ao final, reitera que os latinos falam espanhol. Parece pego em uma cilada em seu pensamento com a qual nunca havia se deparado antes. Podemos entender tal confusão então não como um movimento de definições incompatíveis, mas sim como uma dialética em que o Brasil encontra-se dentro e fora simultaneamente.

No entanto, depois do diálogo citado acima, observamos novamente o idioma surgir na fala de António, agora a respeito de quais são as diferenças entre os países e as pessoas na América Latina entre si – não mais tratando da relação do Brasil com outros países de língua espanhola, mas de todos. Aqui, nota-se que novamente António usa a língua como elemento de referência, dizendo que alguns aspectos distintivos são: “*Os costumes, a língua mesmo também, porque cada região tem seu sotaque... a língua é muito distinta em algumas palavras*”.

Nessa fala, percebemos como o idioma – no caso o espanhol – revela-se como um elemento simbólico significado de diferentes formas, ainda que pelo mesmo sujeito, a depender da perspectiva adotada. Dessa forma, na manifestação acima o espanhol é tomado para a análise e António ressalta que a mesma língua pode se revelar de forma bastante distinta, sendo tais diferenças bases para novas identidades, agora entre falantes de espanhol de diferentes regiões.

No mesmo sentido se expressa Diego:

Por exemplo, Colômbia e Equador, na fala normal, se entendem em quase tudo. Eu tinha um amigo no Equador do Peru, às vezes tínhamos dificuldades. Equador-Chile, aí é bem diferente. Por exemplo, eu saio muito com chilenos, então quando eles começam a falar espanhol chileno, eu falo “espera, espera, o que que você falou?” (risos). Porque tem diferenças que mesmo falantes de espanhol não entendem... É como Brasil e Portugal.

E também Rosana, quando perguntada acerca de diferenças na América Latina, ressalta que *“se, por exemplo, você vai pro Chile, o espanhol do Chile é muito diferente do espanhol falado na Argentina, que é muito diferente do espanhol, sei lá, da Venezuela, Colômbia... São espanhóis completamente diferentes, entende?”*.

Observamos então que vários entrevistados estrangeiros colocaram o espanhol tanto como elemento em comum quanto de diferenciação. Novamente, queremos chamar a atenção para a dialética envolvida na configuração do vínculo identitário (Ciampa, 1983). Desse modo, as formas distintas de falar o espanhol podem ser um elemento diferenciador entre pessoas de diferentes países na América espanhola, ou de diferentes regiões. Em outra perspectiva, no entanto, esses países voltam a se unir para se contrapor agora ao Brasil, que fala outro idioma, que, no entanto, é bastante semelhante ao espanhol. Tal dinâmica pode prosseguir e revelar nuances que não conseguiríamos antever, o que nos mostra que o vínculo também se modifica a partir da perspectiva adotada pelo sujeito (Ciampa, 1983). De fato, a vivência pessoal da realidade da cultura é maleável. Observamos, dessa forma, o caráter dinâmico da identidade, constituída pelo sujeito de forma dialeticamente articulada à situação na qual se encontra a cada momento.

Dentro desse quadro, muitos entrevistados também se manifestaram no sentido de afirmar que os idiomas não devem ser vistos como uma barreira, mas como uma diferença que não se traduz em um impedimento para a aproximação. Por exemplo, ao perguntarmos à argentina Rosana o que a América Latina possuía como elementos em comum, esta responde que, com exceção do Brasil, o espanhol, *“porque só o Brasil que fala português, né? O resto tudo fala espanhol...”*.

Diante da declaração acima, perguntamos a Rosana se ela então considerava que o Brasil estava em alguma medida separado da América Latina por esse fator, e ela replica: *“É... Separado, não. Mas se destaca exatamente pelo simples fato de ter uma língua diferente.”* Percebemos, por essa fala, que o fato da diferença na língua não pode ser ignorado, está aí. No entanto, há formas diversas de se posicionar diante de tal realidade. Na opinião de Rosana, nota-se que o Brasil se destaca, o que não significa que se separa.

Diante do mesmo tema, a chilena María se posiciona no sentido de não entender a diferença de idiomas como um obstáculo intransponível, ao dizer que, quando não se sabe falar bem a outra língua – seja espanhol ou português – *“você mesmo assim arranja uma maneira de se comunicar”*. Nesse sentido, ela pondera que não se trata de *“uma barreira muito forte a questão da língua. São línguas muito similares, então, eu acho que, se agora eu falo espanhol devagar, você vai entender, se você fala português devagar, eu vou entender”*. Tal manifestação é interessante uma vez que revela a viabilidade da comunicação desde que os interlocutores envolvidos demonstrem estar dispostos a fazer-se entender. A comunicação mostra-se possível quando as duas pessoas estão engajadas nesta.

A fala do brasileiro Caio revela uma opinião similar:

Eles [hispano-americanos] conseguem nos compreender, falando devagar, falando bem (...). O Pedro fala devagar e algumas meninas que eu conheci no Fórum Mundial, elas falavam também tranquilamente, dava pra entender. Porque a linguagem não é só falada, ela é também gestual, então elas conseguiram... Eu acho então que isso não é uma barreira. Depende sempre da forma como você vê isso, e é isso que pra mim diferencia muito. As pessoas veem tudo como uma barreira. E uma barreira ruim, como se aquilo impedisse. Não como uma filosofia de, se você conhece o obstáculo, você pode ultrapassá-lo, você pode buscar meios de fazer aquilo ali.

Mais uma vez, vemos explicitada a ideia de que a língua deixa de ser um obstáculo no momento em que há o desejo de suplantá-lo, de estabelecer um diálogo que se valha de diferentes aspectos da comunicação humana – gestos, ritmo, intencionalidade – para ocorrer de maneira satisfatória para ambas as partes. Opinião semelhante é expressa por Guido abaixo:

A língua que domina a América Latina é o espanhol, mesma língua, mesmo com diferenças regionais, é a mesma língua. No Brasil, o português, que também não é uma língua muito distante. Mesmo que você não saiba a língua, você consegue se fazer entender.

A fala de Guido acima transcrita revela-se ambígua. Guido não chega a deixar claro se entende que o Brasil pertence ou não à América Latina. No entanto, pelos posicionamentos deste participante em outros momentos de sua entrevista, podemos supor que sim. Dessa forma, vemos que Guido defende ser possível fazer-se compreender; contudo – podemos inferir – a fim de que se consiga, é necessária uma intencionalidade.

Dentro desse quadro, o uruguaio Pedro manifesta sua opinião de que as diferenças no idioma são reflexos de uma trajetória histórica, de acordo com a qual “o Brasil foi colonizado por portugueses e o Uruguai por espanhóis”. No entanto, ele ressalta “que isso não é uma diferença grande, não deve ser, não tem que ser...”. Nesse ponto, é relevante a maneira como o entrevistado salienta como as diferenças não estão dadas, não são realidades prontas *a priori*; trata-se, antes, de relações que são significadas na cultura e envolvem um posicionamento subjetivo, que depende do contexto histórico, social e cultural no qual está inserido o sujeito, bem como de vínculos afetivos que são construídos em torno daquela realidade (Ciampa, 1983).

Pedro continua:

Depende da pessoa, talvez pra algumas pessoas pode ser uma diferença, e para outras pode ser... Por exemplo, pra mim, eu gosto muito do português, da música... Então, eu vejo como uma coisa muito boa essa diferença... Não uma diferença, mas... talvez uma virtude assim, não sei. É legal.

Na declaração acima, notamos a opinião do entrevistado de que as diferentes línguas podem funcionar antes como uma ponte do que como uma barreira. Nesse sentido, Pedro se mostra inclusive incomodado em chamar tal fenômeno de diferença, preferindo se referir a ele como uma

“virtude”, como algo “legal”. Muitos estrangeiros mencionaram, inclusive, que o sotaque, por exemplo, e os esforços por se comunicar em outra língua acabam gerando interesse e sendo motivo de divertidos diálogos, que despertam a atenção para a outra cultura trazida por aquela pessoa e cuja porta de entrada naquele momento é a língua.

Por outro lado, o brasileiro Pablo traz um relato que revela de forma interessante como diferentes e sutis elementos podem ser distintivos no sentido de tornar o outro idioma familiar:

Mesmo que você nunca tenha feito aula de espanhol, que nem eu, a gente vive numa cultura onde o espanhol tá presente, né? Meu pai trazia gibis em espanhol pra dentro de casa e eu lia, sem nunca ter estudado espanhol. Então eu sempre tive essa noção de que eu conseguia entender uma pessoa que falava espanhol, e eu conseguia mesmo. Por exemplo, eu tenho parentes em Foz do Iguaçu, que é lá na fronteira Paraguai-Argentina, então, quando eu era pequeno, eu ia pra prainha, pros laguinhos lá, conhecia gente de vários lugares lá perto.

No relato acima, observa-se a opinião de que se trata de duas línguas bastante próximas, muitas vezes dispensando um estudo formal para que seja possível a compreensão e comunicação. Para isso, no entanto, é importante um contato que se estabeleça no cotidiano e, nesse ponto, discordamos de Pablo quando este diz que o espanhol está muito presente no dia a dia dos brasileiros. Entendemos que, quando comparado, por exemplo, com o inglês, o espanhol não está frequente de forma intensa, sendo muitas vezes necessário um esforço individual deliberado. Temos, como exemplo o relato de alguns entrevistados que manifestaram gostar de ouvir música em espanhol – ou em português, no caso dos hispano-americanos. No caso de Pablo, observa-se que algumas conjunturas de sua vida propiciaram que o espanhol se lhe tornasse de fácil compreensão. No entanto, entendemos que tais eventualidades configuram-se antes como exceção do que como a regra na realidade dos brasileiros.

A argentina Carmela, ao falar da diferença de idiomas confrontada com a proximidade entre os países, mostra que esta pode relativizar aquela. Dentro desse quadro, diz: “*Apesar de ser outra língua, existe uma relação muito mais próxima entre os países [Brasil e Argentina] que diminui a diferença da língua, mas não sei se isso é igual na relação com outros países*”. Notamos, nesta fala, a opinião de que a aproximação entre os países torna menos relevante a diferença entre os idiomas. É interessante que Carmela diz não saber como isso se configura na relação com outros países, mesmo se tratando de nações que também falam espanhol. Dessa forma, na opinião da entrevistada, a aproximação parece ter um efeito sobre o idioma que não se transfere automaticamente para outros países.

Nesse contexto, temos também a manifestação do brasileiro Cris, que expressa de forma clara sua opinião de que a língua não pode ser responsabilizada de forma exclusiva pelo afastamento do Brasil do restante da América Latina. Ele diz: “*Acho que uma coisa é a língua. Mas acho que é 50-50. Uma parte é culpa nossa mesmo, e a outra parte é culpa da língua*”. Diante

dessa fala, a entrevistadora pergunta: “*Como assim culpa nossa? Em que sentido?*” e Cris responde: “*Culpa nossa de talvez não dar atenção pro próprio continente do qual você faz parte*”.

Vemos aqui corroborado nosso entendimento de que atribuir ao idioma toda a culpa pelo afastamento do Brasil dos países de língua espanhola do continente é um argumento no mínimo ingênuo. A língua, assim como qualquer outro elemento cultural, não pode ser considerada como uma diferença fixa, inelutável, dada *a priori*. Relações apenas podem ser entendidas como diferenças dentro de um quadro histórico, social, cultural, político e econômico (Siepierski, 2003). Vimos, em nossos capítulos teóricos, como o afastamento do Brasil dos outros países de língua espanhola se deu dentro de um contexto em que havia – e ainda há – o desejo de se afastar simbolicamente da América Latina, uma vez que esta sempre esteve associada com o lugar da falta, da precariedade, do primitivismo – enfim, do negativo (Madeira & Veloso, 1999; Tavoraro, 2009).

Além disso, na fala de Cris, vemos o entrevistado resgatar o caráter ativo do ser humano. Dessa maneira, dizer que o idioma é responsável pelo afastamento significa adotar uma atitude passiva, em que o sujeito se desresponsabiliza de tal distanciamento. No entanto, este deve ser entendido como uma postura ativa de colocar a América Latina em um não lugar. Nesse esforço de passividade, o idioma é assim elevado ao lugar de barreira. No entanto, tal lugar não pode ser entendido como ‘natural’.

Nesse sentido, Pablo tece a seguinte crítica:

Eu acho que é um absurdo eu não saber o tanto de espanhol que eu gostaria. Eu gostaria de ser fluente em espanhol, eu acho que deveria ser uma coisa que eu devia ter aprendido na escola, bem mais do que o inglês, embora eu goste muito de inglês. E espanhol é muito parecido...

Tal declaração é bastante relevante e merece nossa atenção. Pablo usa o termo “*absurdo*” para o fato de que ele não sabe espanhol tanto quanto gostaria, ou como poderia. Não se trata de discutir se essa língua é mais ou menos importante que o inglês, mas sim de pensar o que tal fato representa em termos de inserção em um continente. Ao não se ensinar esse idioma nas escolas, parte-se do princípio de que este não é relevante para a formação cultural, educacional e, em uma perspectiva de longo prazo, profissional do estudante. Nesse sentido, devemos nos lembrar da importante medida, que mencionamos em nossos capítulos teóricos, que tornou obrigatória a oferta do ensino de espanhol nas escolas brasileiras (Brasil, 2005).

Neste tópico, buscamos tratar das relações entre o Brasil e os países hispano-americanos a partir das manifestações de nossos entrevistados a esse respeito. Observamos que há uma percepção, tanto dos brasileiros quanto das pessoas de outras nacionalidades, de que o Brasil encontra-se afastado do restante da América Latina. Foram elencadas diferentes razões para tal e, por vezes, tal afastamento foi enxergado como algo natural, alegando uma suposta autossuficiência do Brasil.

Os participantes estrangeiros relataram ter uma imagem bastante positiva do Brasil, o que também frequentemente atribuíram aos seus compatriotas. Claro está que devemos tomar em conta as peculiaridades da pesquisa e da situação dos estrangeiros aqui, mas tais opiniões devem ser levadas em consideração. Por outro lado, no entanto, os estrangeiros observavam que não havia nisso uma reciprocidade, uma vez que os brasileiros, em sua opinião, demonstravam uma falta de interesse pelo restante da América Latina. Os participantes brasileiros também observaram tal afastamento, em várias ocasiões de forma crítica.

Ademais, discutimos que as diferenças nos idiomas não devem ser enxergadas de forma naturalizada e sim como construções históricas de diferenciação. Concordamos com o colombiano Roberto quando este diz que a língua é parte essencial da constituição subjetiva na cultura; no entanto, devemos nos lembrar que são línguas sobremaneira semelhantes e que o diálogo se torna possível quando há uma vontade de estabelecer uma comunicação. Além disso, não se trata de apagar as diferenças, mas de inseri-las em um jogo simbólico no qual estas não são vistas como impedimentos de aproximação e do desenvolvimento de vínculos simbólico-afetivos.

5.4. Identidade latino-americana

Tendo em vista que indagar sobre uma identidade latino-americana é um dos objetivos específicos desta pesquisa, a atenção ao que poderia configurar uma tal identidade esteve presente ao longo de todas as entrevistas. Da mesma forma, esse aspecto foi observado em todas as categorias escolhidas para análise dos resultados neste capítulo. Estas refletem dimensões que devem ser levadas em consideração na discussão sobre o que chamamos de uma possível identidade latino-americana, tais como: diferenças e semelhanças entre os países e as pessoas no âmbito da América Latina; identidades nacionais; o lugar de alteridade quando relacionada a outras regiões do globo; a relação entre idioma e vínculos identitários.

Devemos mais uma vez estar atentos para o nosso contexto de pesquisa. Entrevistamos sujeitos que se interessaram pelo tema em estudo, responderam ao e-mail da pesquisadora e dispuseram seu tempo para conversar sobre o assunto. Assim, não podemos pretender dar uma resposta definitiva ao tema da identidade latino-americana, uma vez que, como já dissemos em outras oportunidades neste trabalho, acreditamos que tal resposta nem mesmo seja possível. O que podemos realizar é o debate a partir do que foi trazido pelos participantes, levando em consideração o lugar de onde eles falavam e também a relação estabelecida como uma pesquisadora disposta a entender o tema da identidade latino-americana. Todos esses aspectos relacionam-se dialeticamente entre si de modo a compor um ambiente único. É a interlocução com o arcabouço teórico trazido que nos permite entrever como o que analisamos em nossas entrevistas pode ser entendido de forma mais ampla (González-Rey, 2011).

Dessa forma, devemos levar em consideração que a maioria dos nossos sujeitos relatou gostar de viajar, de conhecer pessoas e culturas novas, aprender novos idiomas. Como vimos em

nosso aporte teórico, tais aspectos propiciam o desenvolvimento de vínculos identitários entre pessoas que, por meio do contato intersubjetivo, podem combater desconhecimentos mútuos e descobrir elementos compartilhados (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004; Anderson, 2008).

María trata justamente dessa diferença de perspectivas em sua fala. Quando lhe é perguntado sobre o que lhe vem à cabeça diante do termo América Latina, esta responde: *“Eu acho que é um conceito que é muito usado, mas não tem, nas pessoas, um significado muito forte ainda”*. Por outro lado, ao falar de si, a entrevistada ressalta: *“Eu me sinto latina, e eu gosto muito do tema”*, mas María salienta que, devido ao fato de estudar Relações Internacionais, entende que sua visão é distinta. Além disso, explica que seu trabalho final de curso é justamente sobre integração regional. Vale notar, portanto, como a própria entrevistada analisa o seu contexto e as suas opções como determinantes para a conformação de um sentimento de pertença. Contudo, devemos chamar a atenção para a articulação entre tais esferas da vida da entrevistada, sendo impossível dizer qual aspecto justifica o outro, uma vez que o sujeito se mostra como uma síntese dialética de diversas dimensões.

Além disso, María ressalta:

Eu sinto que isso tem que ser mais desenvolvido na América Latina. Porque eu penso que, se bem é algo muito heterogêneo, há um fator que todos temos em comum. É o mesmo continente, e temos coisas muito similares, e acho que deve-se aproveitar muito isso.

Nesse sentido, vemos então María defender que tal sentimento identitário deve ser fortalecido na América Latina, uma vez que há vários elementos similares no continente – o que não apaga sua heterogeneidade – que devem ser aproveitados. Dentro desse quadro, vemos margem para inferir que, ao usar o verbo *“aproveitar”*, a entrevistada refere-se à criação de um espaço latino-americano que se pautar pela solidariedade e pelo respeito e valorização de sua diversidade, bem como que funcione como um impulso para um desenvolvimento igualitário e humano do continente.

Ao abordarmos o tema do caráter híbrido da cultura no continente e de um desenvolvimento igualitário, voltamos à questão da diversidade latino-americana. Esta, como temos visto, é central para entendermos a própria identidade latino-americana. No entanto, deve-se destacar que se observam, na região, relações de poder que perpassam tal diversidade, levando à valorização de determinadas expressões e à desvalorização de outras, vistas como inferiores.

Dentro desse quadro, temos a interessante fala de Nina que, ao responder o que, para ela, significa ser latino-americana, ressalta, primeiramente, a importância de entender-se miscigenada e se identificar com isso. Em seguida, no entanto, veremos uma manifestação extremamente crítica de como é vista tal miscigenação no Equador.

Para mim é muito importante ser latino-americana. Acho que pra mim é ser branca e ser indígena, essas duas coisas, e eu me sinto muito orgulhosa disso. Isso é o que é o para mim: ser miscigenada e identificar-me com isso. E mais, sentir que eu pertença à parte mais indígena, ou ao lugar onde moro, onde eu cresci, onde eu aprendi... Mais isso do que outra coisa.

Observamos, portanto, na declaração acima, como Nina vincula-se ao sentimento de ser latino-americana e significa-o por meio da miscigenação, que, em seu caso, manifesta-se pelo encontro entre uma matriz indígena e outra branca. Adiante, acrescenta sua opinião sobre como ela entende que isso é vivido por outras pessoas em seu país. Trata-se de uma citação longa, mas que traz grandes contribuições para a nossa análise.

Isso, mas não é muito comum, não. Eu aprendi isso da minha família, mas não é comum não. A gente, geralmente os equatorianos, eles não gostam de dizer, de sentir-se orgulhosos da parte indígena. (...) Acho que é uma questão histórica, porque o indígena ficou numa situação de desvantagem econômica, cultural, sem muito acesso à educação, aos recursos... E também... A primeira ideia, o preconceito que se tem é que é uma pessoa dominada, de um estrato assim bem baixo. Eu sei que essa é a realidade, mas também penso no outro lado, que acho que isso é cultural, e que tudo isso tem que trocar. E que foi por uma situação bem de desvantagem com a conquista que tudo isso aconteceu, não é que seja um povo menos desenvolvido culturalmente. As pessoas introjetam isso, uma imagem que é colocada pra elas desde fora... não se aceitam, que têm essa parte indígena... Mas eu aprendi com os meus pais a, primeiro, sempre ter contato com o passado, então eu sei que os meus bisavós, os dois, foram indígenas. Então eu sinto isso, não é tão longe assim de mim, que aconteceu essa mistura. Então eu sei que é isso aí, eu sinto muito orgulho disso.

Na longa citação acima, vemos aspectos bastante importantes para a nossa análise. Nina enfatiza a construção histórica do preconceito, que acaba por ser introjetada pelas pessoas, levando a que estas não queiram se identificar com elementos simbólicos eivados de uma conotação negativa, da mesma forma como apontam Deschamps e Moliner (2009) e Mailhiot (1981). A participante chama a atenção, ainda, para que tal rebaixamento não seja naturalizado. A maneira como ela aborda o assunto, salientando que não se deve entender que os indígenas sejam pessoas menos desenvolvidas intelectual ou culturalmente, leva-nos a supor que ela observa tal atitude com frequência na realidade cultural de seu país. Por fim, Nina ressalta a importância de sua família no sentido de que ela passasse a valorizar esse passado e seu próprio caráter mestiço.

Relato semelhante é trazido pelo também equatoriano Diego, quando perguntado sobre a possível existência de uma identidade latino-americana:

Ah, eu acho que depende da pessoa, depende. Por exemplo, eu tenho um exemplo claro no Equador: muita gente entra lá, colombiano, o próprio brasileiro entra lá... Também sai gente do Equador pra outros lugares, muito pra Espanha. Mas se essas pessoas voltam pro Equador, voltam falando como um espanhol! Moraram lá 6 meses, o que aconteceu?

Entende? Então, em algumas pessoas há uma falta de identidade da sua própria raiz. (...) Por exemplo, se a mãe fala pra você: “esse país é muito ruim, gostaria de morar na Europa...”, aí a criança vai... nunca vai querer ser do Equador...

No relato de Diego exposto acima, vemos como esse entrevistado defende que não há como generalizar o entendimento sobre uma identidade latino-americana. Nesse sentido, ele retoma um assunto que já foi bastante tratado neste trabalho, mas que deve ser reiterado uma vez que teve uma recorrência acentuada nas falas de nossos participantes. Trata-se da Europa como um referente constante, mas que, ao mesmo tempo, implica em uma negação da América Latina. Em sua declaração, podemos entender a mãe de quem ele fala como uma metáfora para uma rede de significados estabelecidos na cultura. Se esta comunica ao sujeito que o seu país é “*muito ruim*” e que a Europa é muito melhor, tal aspecto é subjetivamente vivido pela pessoa, que com frequência introjeta tal relação de poder. Claro está que isso é experienciado de forma particular por cada um, uma vez que se relaciona com uma complexidade de vivências simbólicas e afetivas.

Dessa forma, percebemos que a constituição de uma identidade latino-americana passa necessariamente pelo reconhecimento e valorização das diversas matrizes culturais que compõem dialeticamente o latino-americano (Díaz-Genis, 2004). Tal aspecto foi bastante ressaltado pelos entrevistados. Por exemplo, falando sobre o que poderia ser uma identidade latino-americana, María também se refere ao tema:

O latino-americano eu acho que ainda está se formando. Mas tem isso que é muito rico, que é a mistura de um pouco de tudo, desde línguas, raças, culturas totalmente distintas. Eu acho que ser latino-americano implica isso: uma mistura de distintos fatores que podem fazer algo muito bom.

Novamente, vemos a dialética entre antíteses – diferentes línguas, culturas, povos –, formando o latino-americano enquanto síntese que contém em si contradições. Destaca-se como María atribui a essa síntese a qualidade de ser “*algo muito bom*”. Além disso, a entrevistada retoma um aspecto que já havia expressado em outro momento de sua entrevista, referindo-se à constituição do latino-americano como trajetória que “*ainda está se formando*”. Como vimos, a pergunta por quem é o latino-americano vem sendo feita desde o século XVI e continuará sendo (Zea, 1976; Canclini, 2008b). Nesse processo, constitui-se uma identidade enquanto percurso.

O argentino Guido, quando perguntado acerca do que, para ele, significa ser latino-americano, responde: “*Um latino-americano...? Bom, ainda está procurando seu caminho... (risos)*”. Diante desta declaração, a entrevistadora pede-lhe que explique melhor sua fala e este diz:

É, assim, como ser social, eu tô falando, né? Primeiro, se perguntando o que é a identidade latino-americana. Essa pergunta também faz parte da identidade latino-americana, ou seja, é uma coisa que a gente não tem consciência dessa unidade, da semelhança que tem... Às vezes não... Por não saber se assumir como uma unidade

cultural, não tem muita oportunidade de perguntar o que é o ser latino-americano. (...) Então essa pergunta já faz parte... já é o primeiro elemento da identidade latino-americana: perguntar o que é essa identidade latino-americana.

A fala de Guido nos remete a diversos pontos de nossa análise teórica, conduzida nos primeiros capítulos deste trabalho. Quando Guido diz que a identidade latino-americana conforma-se pelo próprio questionamento acerca do que seria tal identidade, lembramo-nos de Díaz-Genis (2004) e Canclini (2008b). Para estes autores, a pergunta pelo ser latino-americano foi talvez a característica mais frequente e, portanto, conformadora do que seria uma identidade latino-americana. Esta nunca esteve dada de forma pronta e rígida, percorreu os séculos e o segue fazendo na forma do próprio questionamento.

De forma semelhante, vemos, na fala de Cíntia citada abaixo, como ela nomeia a identidade como um sentimento e diz que este é construído a longo prazo. Dessa forma, retoma um passado, mas se lança sobre um futuro.

O sentimento é uma coisa construída em muito longo prazo, então eu só consigo pensar que é a história comum da gente, de a gente nunca ter tido autonomia por muito tempo, passou tempo sem ter autonomia e depois é meio que essa luta por mostrar que pode fazer sozinho, sabe? É uma coisa que vai pro passado, mas se projeta no futuro. Eu acho que você tem que buscar necessariamente no passado, e não dá pra tentar explicar isso sem uma análise de muito longo prazo pra trás, mas eu acredito também que é uma coisa que... sei lá... busque uma independência, uma autonomia, pra frente.

É interessante como Cíntia menciona a falta de autonomia referindo-se ao passado, mas ao dizer que se busca uma independência, uma autonomia “*pra frente*”, traz a ideia de que tal passado mostra-se presente como falta de autonomia também em um momento atual. Desse modo, vemos de maneira clara como a identidade é algo que se forma em uma historicidade, em que contradições coexistem, idas e vindas confundem-se (Ciampa, 1983). Além disso, ressaltamos sua opinião de que o sentimento é uma importante dimensão componente da identidade e de que este se constitui ao longo da história, espelha-se em um passado, espraia-se no futuro.

Desse modo, notamos, nas falas de Cíntia, María e Guido citadas acima, a corroboração de nosso entendimento de que a constituição de uma identidade latino-americana projeta-se para um futuro, está ainda por ser construída e constrói-se justamente nesse processo (Mires, 2006; Martín-Baró, 2009).

Na fala abaixo, Nina ressalta como tal tarefa é do próprio latino-americano:

Ah sim, uma coisa que eu acho que é muito importante, é se identificar e se definir como pessoa latino-americana, também a partir da construção de novas realidades. Porque eu acho que é o latino-americano que tem a possibilidade de mudar a realidade, sua própria realidade, através do autoconhecimento, de onde é que ele vem, qual é a origem, e aonde

se projeta, desde a organização... Acho que é muito importante a organização dos povos, a união dos povos, para construir assim uma nova história. Se apropriar da história, das próprias raízes... acho que isso falta.

Na manifestação de Nina, observamos como esta afirma que a constituição de uma identidade latino-americana passa, por um lado, pela apropriação da história e, por outro, pela “*construção de novas realidades*”. Assim, a entrevistada destaca a necessidade de “*se identificar e se definir como pessoa latino-americana*”. Tal definição não pode, portanto, ser atribuída pelo outro, mas sim assumida e construída pelo próprio sujeito. Como temos visto, percebemos que, atualmente, a identidade latino-americana está ainda sobremaneira associada a uma atribuição pelo exterior de quem é o latino-americano, impondo sobre este um juízo de valor que é, com frequência, introjetado pelas pessoas na América Latina. Ao falar de apropriação, Nina propõe uma mudança na forma de constituir a própria identidade.

Na fala abaixo, a argentina Carmela trata da relação com “*as grandes potências*” e como estas influenciam na definição de uma identidade latino-americana:

Muitas pessoas gostam dessa ideia, porque cria uma ideia de pertencimento... que é interessante... temos uma história de relação com as grandes potências, que sempre... não sei... utilizaram nosso recursos... Essa ideia existe e isso é real, isso é o que é mais objetivo. Então, existe uma solidariedade por esse lado.

Nessa manifestação, vemos a entrevistada abordar a questão de uma identidade latino-americana primeiro com certa ironia e depois de modo afirmativo. Começa tratando do tema como uma “*ideia*”, da qual “*muitas pessoas gostam*”, guardando um distanciamento crítico que não nos permite dizer que ela se sinta incluída. A seguir, Carmela diz que tal ideia é real e objetiva. Vemos mais uma vez sua ambivalência, deslizando entre um distanciamento e descrédito, para uma afirmação e inclusão de si mesma. Além disso, ela exprime a opinião de que as pessoas gostam da ideia de uma identidade latino-americana porque esta cria um pertencimento. De fato, como definimos em nossos capítulos teóricos, a identidade social pressupõe um sentimento de pertença junto ao grupo com o qual se sente vinculado, compartilhando conteúdos simbólico-afetivos (Mailhiot, 1981).

María aborda justamente tal sentimento na declaração abaixo:

As pessoas têm uma relação muito próxima com a terra onde... um sentido de pertencimento a algum lugar, onde ficam, tem que ter uma raiz. E acho que viver na América Latina tem que dar esse sentimento, dá esse sentimento. Eu sinto isso, eu sinto que esse é o meu lugar. Não esse aqui, o Chile, mas o Chile na América Latina. Eu me sinto muito mais próxima a tudo, à cultura, à vida, à sociedade, viajando na América Latina do que se eu viajo pra outro lugar. É como que... sempre vai ter algo em comum com outra pessoa dentro da América Latina.

Na fala de María, observamos como ela se refere à identidade latino-americana como um “*sentimento*” e um “*sentido de pertencimento*”. Vincula este a um lugar, a uma raiz, o que devemos entender não como um território geográfico, mas sim como um lugar simbólico. Nesse sentido, fala do pertencimento ao Chile, mas deste inserido em um espaço simbólico maior, que é o da América Latina. A entrevistada articula assim sua identidade nacional com uma identidade latino-americana, colocando-as para conviver sem que uma represente a anulação da outra, conforme defende Miranda (2007).

A fala de Diego, abaixo, retrata algo semelhante. Ele diz:

Latino-americanos, me sinto bem com isso. (...) É como quando se torce por um time, é como torcer por um sentimento, entende? (...) Por exemplo, quando falam de América Latina, se falam algo errado, defender. E mais ainda se falam do Equador!

Na manifestação acima, vemos o entrevistado dizer que se sente bem com a ideia de ser latino-americano. Tal identidade revela-se como um sentimento, que ele assemelha a torcer por um time. De fato, Diego relata, em conversa informal após a entrevista, seu grande apreço pelo futebol. Observamos, dessa maneira, como cada sujeito vive de modo único e significa sua realidade a partir de sua vivência pessoal. Além disso, Diego explicita a dinâmica identitária que se estabelece entre o vínculo nacional e o vínculo à América Latina. Expressa uma identificação mais forte ao Equador, mas este inserido na América Latina, a qual também se sente vinculado.

Cris produz, na fala a seguir, parece demonstrar como tais identidades encontram-se articuladas: “*É, eu gosto disso, gosto. Dá uma sensação de identidade... nacional, assim... nacional, não, identidade cultural. Uma identidade cultural macro, sabe?*”

Diante das falas acima comentadas, torna-se claro, mais uma vez, que pensar em uma identidade latino-americana pressupõe a coexistência de distintas identidades: nacionais, pessoais, culturais. Nesse contexto, Nina prefere falar na existência de “*identidades latino-americanas*”:

Não, eu acho que você teria que falar mais de identidades latino-americanas... Uma só, só uma identidade, pra mim não é possível, ou ainda não está bem construída, ou estruturada, mas não sei se seja correto construir uma só identidade. Mas grupos, muitas identidades... isso pode ser o que crie uma identidade latino-americana. O fato de não ser iguais. Uma unidade na diversidade. Porque nos unificar seria como perder nossa característica, de ser assim tão diversos, tão especiais por isso mesmo.

Percebe-se, na fala acima, como a participante quer ressaltar a diversidade do continente, salientando o fato de que se definir e identificar como latino-americano não deve levar à construção de uma identidade única, uma vez que isso significaria engessar uma realidade e um sentimento que se mostram diversos. Entendemos, no termo identidade já pressupõe que esta seja flexível e diversa (Ciampa, 1983). Podemos inferir que, ao final, quando Nina critica a ideia de se unificar, refere-se antes a uma unificação que pressuponha uma homogeneização do que a uma aproximação

entre as pessoas que se traduz em um desenvolvimento de vínculos e uma valorização da diversidade. De fato, a participante aborda tal questão em diversas outras partes de sua entrevista, como temos retratado aqui.

Outro aspecto que temos apontado em várias falas e que merece nossa atenção, é o modo como os entrevistados têm associado a identidade a um sentimento, o que nos revela a importância que possui a dimensão afetiva no desenvolvimento de vínculos simbólicos (Vygotsky, 1984/1991; González-Rey, 2003). A fala de Cíntia abaixo é um exemplo:

Eu acho que a gente tem um sentimento latino-americano aí, mas eu não consigo definir o que que é, o que que me faz sentir latino-americana, fora o fato de eu ter nascido aqui. Mas eu não acho que é um conceito vazio, também não acho que é só o fato de ter nascido aqui.

Destaca-se como Cíntia, que no início de sua entrevista demonstrava não incluir o Brasil no espaço latino-americano, reflete agora sobre um sentimento latino-americano, o qual não é facilmente definível. Por um lado, pensa em defini-lo pelo local de nascimento; por outro, logo percebe que esse aspecto não é suficiente para significar a sensação que experimenta no momento. É interessante observarmos como o sujeito se constitui e se transforma no ato da fala, constituindo uma identificação em situação, confrontada com algo com o qual nunca havia sido confrontada anteriormente. Vemos de fato que é na relação com o outro que o sujeito se define, cria e recria identidades (Gonzalez-Rey, 2003).

Logo a seguir, perguntamos a Cíntia o que, para ela, significa ser latino-americana, e observamos que ela tem a oportunidade de elaborar um pouco mais o sentimento que emerge no momento da fala:

Significa ter nascido aqui, mas é uma coisa que eu percebo que é muito maior quando eu não tô aqui. Então, se eu tô em outro lugar, com pessoas que não são latino-americanos, eu percebo que, pra mim, o sentimento é muito mais forte. (...) O sentimento latino-americano é muito mais presente quando eu não tô aqui.

Tal declaração é notável: torna-se claro como o encontro com a alteridade faz emergir a identidade (Cassab, 2004). A alteridade constitui-se, portanto, como um elemento que emerge em situação, com o qual o sujeito se vê confrontado e o que leva a refletir sobre si mesmo, seu modo de inserção em uma realidade cultural e simbólica (Cardoso de Oliveira, 1976). Tal confrontação pode ser exercida por uma pesquisadora, por um debate, por uma experiência em outra região ou outro país, entre outros. Na manifestação de Cíntia citada acima, podemos entender que a participante fala de uma identidade latino-americana que emerge quando ela não está na América Latina, justamente por ela se ver confrontada com uma alteridade que a faz pensar sobre a região e seus vínculos identitários.

O uruguaio Pedro, quando questionado acerca do que, para ele, significaria ser latino-americano, traz mais uma vez a dimensão afetiva dessa identidade, juntamente com uma dificuldade em expressar algo que experiencia no momento em que fala. Ele diz: “*É um orgulho! Sim, é um orgulho mesmo, assim. Gosto muito*”. Diante dessa resposta, a pesquisadora pede que ele explique melhor e Pedro esclarece:

É mais como um sentimento, sabe? Não sei descrever, é um sentimento. Sinto orgulho de ter nascido aqui e gostaria de apagar fronteiras... (risos) alguma coisa mais unida! Na história que temos, que poderia ter sido outra e pode ser outra (...) América Latina é... Não sei... É tudo, eu gostaria de conhecer tudo, eu gosto muito do lugar onde eu moro, do Brasil, da Argentina, de Cuba... Fui à Cuba no ano passado e gostei muito... América Latina é... somos nós! (risos) Somos hermanos! Não sei, é isso, como...

Na manifestação acima, observamos como Pedro sente dificuldades e procura modos de exprimir um sentimento vivenciado por ele precisamente no momento da fala. Menciona os diferentes lugares que conhece, aos quais se sente vinculado, a vinculação também às pessoas, à cultura, à história. Por fim, reflete a ideia de que a América Latina não pode ser entendida como um território geográfico, mas como um sentimento de “*nós*”, de vínculos simbólicos e afetivos que são estabelecidos em um nível intersubjetivo (Deschamps & Moliner, 2009).

Além disso, nota-se que Pedro tem um posicionamento semelhante com aquele que já havíamos observado em falas do argentino Guido, e que vimos Nina criticar acima: trata-se da ideia de que aproximar-se, constituindo uma identidade latino-americana signifique apagar fronteiras e diferenças entre as pessoas. Como já ressaltamos em diversos momentos neste trabalho, não concordamos com essa defesa, uma vez que entendemos que a construção de uma identidade não pressupõe que não existam diferenças. De todo modo, percebemos que tal ímpeto parece estar muito mais associado a um desejo de Pedro de expressar um sentimento que emerge como ‘*nós-mesmos*’ no ato da fala, do que a uma percepção de que não existam diferenças na região.

A fala de Pedro traz ainda o termo “*orgulho*”, que já havíamos destacado na fala de outros participantes, e que nos chama a atenção. Tal termo é também usado pela brasileira Bianca. Esta, quando perguntada se se sente latino-americana, responde que sim; quando a pesquisadora lhe questiona o que significa isso, ela diz: “*Pra mim? Hm... Calma aí... Ah, não sei, eu me sinto feliz, tenho um pouco de orgulho até*”.

Novamente, vemos como a participante parece envolvida em entender um sentimento que vivencia no momento da entrevista e que até mesmo a surpreende, o que podemos observar pela palavra “*até*”, que usa ao final da frase. Parecia não esperar por isso e empenha-se em subjetivar sua própria fala.

O termo ‘*orgulho*’, que apareceu na fala de Bianca, Pedro e alguns outros entrevistados, como Nina e Guido, é notável, sobretudo quando o confrontamos com a conotação frequentemente

negativa associada com a América Latina e o latino-americano, como observamos acima. Percebemos assim a ressignificação pela qual passa a ideia e o sentimento de uma identidade latino-americana. Difícil de colocar em palavras, tal transformação simbólica passa por uma apropriação do sujeito de sua história e seu contexto cultural.

A longa fala de Carmela que transcreveremos abaixo é pertinente, pois aborda diferentes dimensões de um sentimento latino-americano, da forma como a entrevistada o vivencia. Assim, esta participante, quando perguntada se se sente latino-americana, responde ao questionamento da seguinte forma:

Ah, eu sim! Eu adoro! (risos) Minhas amigas não... É, há de tudo, né? Minhas amigas da Universidade em Buenos Aires, que cursam também Relações Internacionais, há muitas diferenças. Mas eu sim, eu sinto que sou latino-americana. Eu gosto muito da cultura... das diferentes culturas! Não sei, eu gosto muito de escutar cumba colombiana, coisas assim, que talvez não tenham muito a ver comigo, mas eu sinto que é necessário revalorizar tudo o que nós temos, e não tanto olhar pra fora. Pra fora nesse sentido de Europa, ou de Estados Unidos. Eu gosto muito porque eu sei que, se você vai morar uns meses em, não sei, Peru, você não vai ficar tão desorientado, porque tem a mesma língua, e tem os mesmos produtos, as pessoas são parecidas. Agora que eu estou aqui no Brasil, eu me sinto muito cômoda, muito bem, porque apesar da língua que é diferente, as pessoas têm esse lugar igual que lá. Você pode abraçar, você falar, que tá tudo bem! Se você vai na Europa, talvez socialmente há muitas distâncias, igual aos Estados Unidos (...). Aqui é tudo muito menos formal, frio, todos temos a mesma forma de nos relacionarmos, talvez os mesmos códigos. Mas, acontece isso em Argentina da mesma forma que no Brasil, ou na Colômbia. há sim algo em comum!

A fala acima mostra-se relevante porque observamos diversas dimensões daquilo que vimos nomeando como uma identidade latino-americana, manifestadas por uma participante extremamente crítica de um “discurso latino-americanista” associado a manipulações políticas. Assim, Carmela aborda a diversidade cultural, que convive com aspectos compartilhados, bem como a necessidade de valorizar elementos tidos como inferiores da cultura latino-americana. Por outro lado, a participante marca também uma oposição aos Estados Unidos e à Europa – revelando mais uma vez como esta emerge ao se falar em uma identidade latino-americana. Tal oposição entra em uma relação dialética com o lugar de referência cultural superior ao qual essas regiões são geralmente alçadas, conforme observamos na fala de vários outros entrevistados. Sentindo isso, Carmela expressa a necessidade “revalorizar tudo o que nós temos” e não apenas olhar para essas outras regiões.

Além disso, na fala de Carmela, podemos observar que esta alude a amigas na Universidade de Buenos Aires que diz não se sentirem latino-americanas. Mais adiante, em sua entrevista, essa entrevistada volta a mencionar colegas de seu país, explicando que, para estas, a

temática não apresenta grande relevância, o que entenderemos aqui como uma falta de vinculação simbólico-afetiva à América Latina. Nesse sentido, Carmela relata:

Tenho colegas que se criaram nesse ambiente de que tudo que é daqui é mal, e de que tudo que é de lá é melhor. Então, por isso, essas pessoas odeiam a ideia latino-americanista, porque dizem que é um produto dos políticos, que vendem e aqui as pessoas compram. Mas, além disso, eu tenho amigas que na verdade nem param pra pensar muito sobre isso, que tanto faz! É a minha vida, e eu não tenho porque me perguntar sobre isso.

Observamos no relato acima como Carmela diz haver, no discurso de colegas, uma oposição que atribui ao que é de “lá” um caráter superior e ao que é “daqui” um caráter inferior. Assim, de acordo com o que podemos inferir da fala de Carmela, para várias de suas colegas, tal “ideia latino-americanista” muitas vezes não só não tem relevância, como estas se posicionam de forma contrária a que tal tema sequer venha a ganhar relevância.

Nesse contexto, é pertinente retomarmos uma fala da chilena María que colocamos no início deste tópico, ao falar sobre uma identidade latino-americana. Ela diz: “*Eu acho que é um conceito que é muito usado, mas não tem, nas pessoas, um significado muito forte ainda*”. Nota-se, portanto, a percepção da participante de que tal vinculação identitária parece não encontrar ressonância na maioria das pessoas.

Em sentido semelhante se expressa Cris: “*Mas o cidadão médio mesmo brasileiro, eu acho que ele não tá preocupado com isso*”. E mais adiante completa: “*Eu acho que o cidadão médio brasileiro é muito arrogante, ele é desses caras que defendem a Europa, não tá nem aí... ‘Não, lá é Primeiro Mundo!’*”. Também Bianca manifestou que nenhum de seus amigos e conhecidos demonstra interesse por outros países da América Latina: “*Todo mundo quer ir pros outros países, quer ir pra Europa, pros Estados Unidos... Bem raro alguém interessado, que eu conheço*”. Mais uma vez, notamos a constante confrontação da América Latina com os Estados Unidos e a Europa, apontando para estes como padrões culturais superiores almejados.

De forma semelhante, alguns de nossos entrevistados relataram sentirem-se distantes de um sentimento latino-americano. Por exemplo, ao ser perguntado se se sentia latino-americano, Caio responde: “*Sinto, mas eu deveria me apropriar mais da minha cultura... musical, artística, a parte das manifestações do ser humano, até de conhecimento que já foi produzido*”. Esse mesmo entrevistado, ao final da entrevista, pediu desculpas por ter se desviado tanto das perguntas, explicando que aquele tema não lhe dizia muita coisa. Notamos, portanto, como o momento da entrevista funcionou como uma confrontação que levou o participante a questionar-se subjetivamente acerca de tal vinculação. Ao ver-se deparado com tal questionamento, Caio percebe que se sente distante dessa cultura.

Assim, percebemos que, para alguns de nossos entrevistados, tal tema não mostrou ter relevância, não se configurando, portanto, como uma vinculação identitária para estes. Por

exemplo, quando a pesquisadora lhe perguntou o que significava ser latino-americano, o colombiano Javier fez uma longa pausa antes de responder, disse que não sabia e depois completou: “*não, não acho que tem relevância para mim*”. Nessa declaração, diz que tal questionamento não tem relevância para ele, pessoalmente, mas, a seguir, generaliza sua opinião, explicando-a:

Bom, na verdade isso não tem muito assim relevância, eu acho que é mais importante o que a pessoa pode fazer por si mesma, e por as capacidades que têm. Acho que não tem tanta importância se é de uma região ou de outra, então... (...) Porque no dia a dia as pessoas vivem as próprias coisas da pessoa, como por exemplo o trabalho, as coisas que tem que fazer com a família. Por exemplo, eu nunca tinha pensado nessas coisas assim de Latinoamérica.

Notamos nessa fala, portanto, que Javier diz nunca haver pensado sobre esse tema. No entanto, entendemos aqui que não se trata apenas de algo sobre o qual se pense, mas de uma disposição afetiva e emocional. De todo modo, percebemos que tal sentimento de estar vinculado não é manifestado por Javier. Não notamos, portanto, como o fazemos na declaração de outros entrevistados, uma vinculação identitária emergir em situação. É relevante destacarmos na fala de Javier seu entendimento de que não importa se a pessoa é de uma região ou outra, e sim o que ela é capaz de fazer, como é sua vida, seu trabalho e sua família. Percebemos, portanto, que o entrevistado julga tais elementos – que envolvem um pequeno contexto ao redor do indivíduo – mais importantes para que se constitua uma identidade pessoal e social.

De forma semelhante à relatada por Javier, o peruano José afirma também sua própria falta de interesse. Quando a entrevistadora lhe pergunta se ele se sente latino-americano, José responde: “*É, na verdade, não*”, e, quando a entrevistadora lhe pergunta por que, replica: “*Pela influência mesmo dos Estados Unidos. Eu sou uma pessoa que fica muito tempo no computador...*”. Após uma pausa, José acrescenta: “*Então eu não me sinto tão próximo de... outros países da América Latina. Eu me sinto mais próximo dos Estados Unidos*”.

Por outro lado, a entrevista do peruano António revelou-se intrigante nesse sentido. Sempre que perguntado sobre a América Latina, alegava que aquelas perguntas eram difíceis e que não sabia o que falar sobre elas, fazendo longas pausas e pedindo para a entrevistadora repetir o que falara. No entanto, voltava sempre a definir o latino-americano como aquele que falava espanhol, sem se mostrar disposto a dar nuances ou explorar sua definição. Ao final, diz se sentir latino-americano, porém com a voz insegura. Podemos entender que, por ele haver definido, ao longo de toda a entrevista, a identidade latino-americana pelo idioma espanhol, provavelmente se sinta assim pelo fato de estar na América Latina enquanto espaço geográfico e de ter tal idioma como idioma materno. De fato, não podemos desprezar a importância da língua como definidora da identidade

(Schneider, 2004). Por outro lado, a entrevista de António não nos deu margem para percebermos uma vinculação simbólico-afetiva a uma ideia mais ampla de América Latina.

Já o colombiano Roberto elabora entendimento semelhante de forma bastante contundente ao longo de toda a sua entrevista. Como vimos, esse participante entende e define o latino-americano como aquele que fala espanhol, excluindo portanto o Brasil. Dessa forma, afirma que é possível falar em uma identidade latino-americana, tomando como base exclusivamente a língua. Ao ser perguntado em que consistiria tal identidade, Roberto responde: “*Somos todos hispano-hablantes de América Latina. Mas é estranho, porque, quando falamos em América Latina, quando eu falo em América Latina, talvez não esteja pensando na América Central. Somente se pensa em América do Sul, com o México*”. Na fala acima, notamos que Roberto se vê às voltas com a tentativa de definição de um sentimento que, mais uma vez, revela-se difícil de colocar em palavras.

Diante desse quadro, podemos dizer que não há como falar em um sentimento generalizado de vinculação identitária à América Latina. Percebemos que tal sentido de identificação é significado de maneira diversa por cada entrevistado, a partir de conteúdos simbólicos e afetivos que dialogam com uma realidade cultural, histórica e pessoal na qual está inserido (Vygotsky, 1931/2001). Vários entrevistados revelaram sentirem-se vinculados e foi interessante notar como o processo de entrevista colocou-os em confrontação consigo mesmos, levando-os a se posicionarem subjetivamente.

De todo modo, observamos mais uma vez como foram recorrentes, por um lado, a ideia da diversidade na América Latina – que seria ela mesma um elemento para pensar uma identidade a partir de uma cultura híbrida – e, por outro lado, a confrontação com os Estados Unidos e a Europa. Este último aspecto estaria ainda vinculado a uma necessidade de valorização das culturas negra e indígena – pensando estas também como culturas híbridas – e de ressignificação do ser latino-americano como afirmação (Díaz-Genis, 2004). Além disso, vimos, neste tópico, como muitos entrevistados se referiram à América Latina como um “*sentimento*”, um “*orgulho*”, o que nos chama a atenção para a dimensão afetiva no sentimento identitário.

5.5. Integração na América Latina

Ao longo das entrevistas, muitos participantes mencionaram a percepção de que os países na América Latina estavam se unindo, se aproximando nos últimos anos. Além disso, ao final da entrevista, alguns sujeitos perguntaram, interessados, do que se tratava a pesquisa e quais eram exatamente meus objetivos. Essa indagação deu margem a um debate interessante, cujas contribuições percebo a necessidade de trazer.

Para acerrar o tema da integração pelas manifestações dos estudantes, inicio abordando declarações de alguns participantes de que percebem haver algo distinto nos últimos anos na América Latina no que diz respeito à aproximação dos países entre si. Por exemplo, Guido emite

sua opinião de que “*parece que na América Latina cresce um pouco essa consciência dessa unidade, de seu desenvolvimento, tem muita gente que tá olhando...*”. Notamos aqui um relato no qual Guido diz sentir que há certas mudanças em curso no que diz respeito ao olhar das pessoas sobre a América Latina.

De forma semelhante, Pablo diz perceber mudanças:

Eu acho que tá melhorando muito isso, eu acho que tá melhorando muito mesmo isso, eu tô até pensando “que bom!”. Eu acho que eu tô fazendo parte de uma coisa positiva. Quanto mais eu falo com as pessoas mais eu percebo que há um interesse crescente na América Latina.

Na fala de Pablo, dois aspectos chamam bastante a atenção: em primeiro lugar, o entrevistado opta por usar o verbo ‘melhorar’ para se referir às mudanças que vêm observando, conotação positiva esta que completa quando diz “*que bom*”. Além disso, é pertinente destacar, como Guido já falara, que se trata de uma mudança que Pablo vem observando na relação das pessoas com a ideia de América Latina.

Também Carmela relata a percepção de que há uma mudança em um nível intersubjetivo, ao dizer: “*Existe uma ideia de região, de se aproximar (...), que não é de hoje... faz 10, 15 anos que os jovens vão fazer mochilão pra Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, pra conhecer outra região. E antes isso não acontecia!*”. Nesta fala, Carmela afirma que tem observado transformações de interesse, que se traduzem em um maior número de deslocamentos internos na região e, podemos supor, em um maior contato intersubjetivo. Como vimos, tais deslocamentos e possibilidades de contato têm o potencial de transformar vínculos identitários (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004; Anderson, 2008).

A participante também deixa claro sua percepção de que se trata de uma mudança recente, pois “*antes isso não acontecia*”, mas não explicita por que acha que isso vem ocorrendo. No entanto, sua fala de que “*existe uma ideia de região, de se aproximar*” nos dá margem para supor que há uma articulação entre diferentes esferas, sobretudo as esferas políticas e sociais.

Cíntia também chama a atenção para algo semelhante, referindo-se a medidas de integração que viabilizam um encontro interpessoal e por isso mostram um potencial de modificar a relação entre as pessoas (Miranda, 2007; Ricobom, 2010). Para ela, em decorrência de medidas de integração “*está mais fácil viajar. (...) Agora, de repente, é tão perto, tão fácil, tão barato. (...) Então, acho que vem mudando de uns tempos pra cá, ficando mais fácil. E isso acaba afetando a relação entre as pessoas...*” Percebemos aqui, portanto, um reflexo de políticas de integração – nesse caso, de infraestrutura aérea e viária – que vêm fazendo diferença na relação entre as pessoas na região. São mudanças sutis, mas que contribuem para transformações de vínculos a longo prazo. Claro está – devemos salientar – que medidas de aproximação que facilitem as viagens entre países

não afetam a todos da mesma maneira, uma vez que há diferenças em termos de classes sociais que não podem ser ignoradas.

Já Cris trata do tema ao dizer há uma crescente vontade de afirmação que se reflete em mudanças nas concepções, por exemplo, sobre desenvolvimento. Em sua opinião, *“agora a gente tá aumentando a autoestima mesmo, se afirmando, e acho que a gente pode talvez mudar algumas ideias que se tem sobre desenvolvimento, sobre...”*. Após uma pausa, em que parece refletir sobre o assunto, Cris afirma: *“Teve durante muito tempo alguém falando o que é certo e o que é errado, o que é desenvolvimento e o que não é... A América Latina agora começou a ‘não, perai, nós somos diferentes e existe um outro meio de fazer as coisas’”*.

Na fala acima, vemos Cris defender que percebe uma mudança naquilo que ele chamou, ao longo de sua entrevista, de *“autoestima latina”*: essa mudança se traduz em um esforço por se afirmar – ou seja, sair de seu espaço simbólico de negação – e buscar uma maior autonomia, além de construir novos parâmetros para balizar concepções, por exemplo, de desenvolvimento. Este ponto é relevante, uma vez que, como vimos, a América Latina esteve historicamente associada ao subdesenvolvimento. Assim, levantar uma voz de contraposição àqueles sempre falaram *“o que é certo e o que é errado, o que é desenvolvimento e o que não é”* significa afirmar-se e buscar vias próprias para o desenvolvimento. Entendemos que isso não significa negar as importantes contribuições europeia e estadunidense, mas sim sair de um lugar de submissão e inferioridade e buscar um lugar de igualdade. Para isso, é essencial aumentar a *“autoestima”*, o que entendemos como uma mudança nos conteúdos simbólico e afetivos associados à diversidade no continente.

Por outro lado, Carmela novamente faz uma crítica à apropriação política desse discurso e revela certo cansaço de ouvir falar sobre o assunto, quando diz por exemplo: *“Ah, essa coisa de latino-americanismo...”*. No entanto, mostra-se dividida entre criticar tal discurso como uma manipulação política ou defendê-lo como legítimo: *“Não é que não exista, mas... Agora, de 2003, 2005 até agora, com os governos centro-esquerda na região, toda a região pegou esse discurso”*. Pouco depois em sua fala, completa: *“Não sei se é por causa dos políticos, não creio, eu não acredito nisso...”*

Em outro momento de sua entrevista, novamente volta ao tema ao questionar-se se tal discurso – que enfatiza os aspectos em comum no continente e fala da necessidade de se aproximar – se trata de algo construído, e reflete: *“É cultural, e portanto é construído. Mas não significa que tem que ser artificial porque é construído. Eu sei que essa ideia existe, e que muitas pessoas gostam disso”*. Vemos, nesse trecho, a entrevistada defender a ideia de aproximação, abordando justamente aquilo que defende Anderson (2008) acerca da constituição do sentimento nacional: trata-se de um sentimento construído, mas que é significado na cultura e não pode ser entendido como artificial. Contudo, a seguir, transfere para outras pessoas sua crítica, como já havia feito antes:

Mas existem pessoas muito, não sei, esnobes na Argentina, particularmente em Buenos Aires, que odeiam essa ideia, porque eles pensam que são diferentes, que não tem nada a ver com o resto da região... e nem com o resto do país! Infelizmente existe em Buenos Aires, pessoas que são mais europeizadas, como em qualquer cidade grande, cosmopolita, que não gostam muito da ideia latino-americanista por causa das manipulações políticas. Tô pensando em retirar esse trecho.

Novamente, nesse trecho, não podemos estar seguros se a entrevistada defende ou não tratar-se de manipulações políticas. Carmela fala de pessoas de uma elite argentina que não se identificam com tal sentimento, taxando tal discurso de artificial, uma vez que seus referenciais culturais são os Estados Unidos e a Europa. Assim, para essas pessoas, a integração não faz sentido e o discurso que a acompanha poderia não passar de “*manipulações políticas*”. Carmela parece não saber se se identifica ou não com essas pessoas.

Cíntia emite a opinião de que as políticas de integração encontram sim ressonância entre as pessoas, mas que isso não significa que se trate de algo imposto pela esfera política sobre a esfera intersubjetiva. Nesse sentido, ela afirma:

Eu acho que é meio que duas mãos aí. Se não houvesse uma vontade da população também, o governo não teria começado. (...) São coisas que vão se construindo em conjunto, entendeu? No plano macro e no plano micro simultaneamente. Eu não acho que parta do político pra população.

Também Guido pensa as duas esferas de forma dialeticamente articulada, ao dizer que é necessário: “*Vontade política, vontade de quem tiver o poder para fazer... vontade do povo também, tem que ter o interesse do povo, ter essa consciência para saber colocar a pessoa certa no poder, né?*”. A seguir, Guido reforça sua opinião ao dizer que:

O aspecto político não é um aspecto isolado das pessoas, porque, assim, acho que muitos países da América Latina estão tendo uma classe política que está indo nesse caminho, mas se os políticos estão tendo esse poder, se estão ocupando esse lugar chave para impulsionar isso é porque as pessoas botaram eles ali. Então a gente tem assim um reflexo do que acontece. (...) há muitos exemplos de cooperação cultural, econômica, política, científica, tecnológica entre os diversos países da América Latina, que estão correndo assim em diversas áreas de conhecimento.

Nessa fala de Guido, notamos sua opinião, com a qual concordamos, de que a esfera política deve ser entendida em uma perspectiva de relação dialética com outras esferas da sociedade. O interesse político e o interesse populacional guardam uma relação que apresenta contradições e tensões, estruturando-se em uma síntese dialética. Assim, não é possível entender uma esfera separadamente da outra. Além disso, observamos a percepção de Guido de que tal integração está acontecendo em diversos âmbitos: econômico, cultural, científico etc.

Nesse sentido, Roberto também fala dessa integração em diferentes níveis, ressaltando que o Brasil está se aproximando de outros países da América Latina, como a Colômbia. Ele percebe a existência de *“mais comércio, mais investimentos... E mais cultura também, não? No ano passado, nós tivemos na universidade a I Semana do Brasil”*. Observamos, nessa manifestação, a percepção de uma integração que se desdobra nos níveis econômico e comercial, mas também no âmbito cultural. Roberto cita, para ilustrar sua opinião, um exemplo justamente na área universitária. Contudo, devemos nos lembrar da crítica feita por este mesmo estudante, de que o Brasil muitas vezes dispõe de iniciativas de integração que não se traduzem em desejo real de conhecer o outro país, e sim muito mais de se fazer conhecer, como ilustrado pelo evento mencionado por Roberto. Poderíamos nos questionar sobre quantas ‘Semanas da Colômbia’ já foram realizadas nas universidades brasileiras...

Dentro desse quadro, Rosana destaca um aspecto relevante. Em sua opinião, medidas de integração não afetam a todos da mesma forma e, de maneira geral, talvez não afetem nem mesmo a maioria das pessoas. Para ela, o que se percebe é mais uma abertura de caminhos, mas cuja abertura não atrairá a todos. Assim, ela diz: *“Eu acredito que se a pessoa quer, ela vai conseguir. Mas acho que isso não vai atingir a todos, acho que vai atingir só aquela pessoa que está interessada em ter uma relação com outro país”*. Por outro lado, diz Rosana, *“se a pessoa não buscar, se não tiver interesse, aí não vai fazer diferença. Vai fazer diferença talvez no sentido de saber que pode contar com isso em algum momento, mas diretamente, no dia a dia, acho que não”*.

Cris manifesta ideia semelhante ao dizer que se trata de *“iniciativas mais pontuais”* e, a seguir, complementa: *“São importantes, lógico, porque já tem essa dimensão toda. Perceber que se fala muito mais disso que se falava antes (...) mas, eu acho que ainda é pontual, não é uma coisa que dá pra generalizar”*.

As falas de Cris e Rosana acima revelam uma defesa de que não observam muitas mudanças nos posicionamentos da maioria das pessoas diante da América Latina. Já Nina rechaça a ideia de que medidas de integração até o momento tenham feito alguma diferença em termos de modificar a relação entre as pessoas. Diz:

São iniciativas econômicas, e acho que por isso não faz nenhuma diferença forte. Porque não são iniciativas de integração cultural, não sei, através dos estudantes, das pessoas. É somente econômico, só pensam em intercambiar produtos, e não num intercâmbio maior de cultura.

A manifestação de Nina acima vai, em certa medida, de encontro com a de Roberto que citamos acima. Aquele dizia que as iniciativas de integração comercial vinham sendo acompanhadas de iniciativas também no âmbito cultural, como, por exemplo, no campo universitário. Já Nina, por outro lado, se opõe a essa ideia ao dizer que tais medidas são tão somente econômicas e não se propõem a trazer transformações nas relações entre as pessoas. A

participante menciona inclusive “*estudantes*”, parecendo entendê-los como um alvo em potencial de políticas de integração no nível cultural e reclamando da inexistência destas.

5.5.1. A universidade como lócus de integração

Ao longo de todo este capítulo, buscamos mostrar como a experiência do intercâmbio, ou da realização do curso em outro país, possibilita encontros e vivências que atuam no sentido de promover o conhecimento mútuo e a criação de vínculos entre estudantes de diferentes procedências. De forma mais específica, tentaremos analisar aqui algumas falas de nossos entrevistados que acercaram tanto a temática da viagem quanto a experiência na universidade. Acreditamos que tais manifestações corroboram a importância do contato interpessoal para pensar a viabilidade de uma integração que, nas palavras de Ricobom (2010), se mostre como ‘autêntica’.

É justamente a importância da convivência que ressaltam a brasileira Cíntia e a argentina Rosana nas falas que colocamos abaixo. Cíntia, falando do que lhe vinha à mente quando pensava em América Latina, traz a importância do contato, do convívio, para formar uma ideia menos estereotipada das pessoas:

Eu acho que o que eu tenho de mais antigo, que eu consigo me lembrar, de tudo ser muito parecido. Deles todos serem meio que sul-americanos que falam espanhol, sei lá. E depois que eu comecei a conversar com pessoas, eu comecei a ver como é diferente, como os países são muito diferentes, e isso foi, sei lá, desde... No meu primeiro intercâmbio eu acabei não conhecendo muitos, mas depois que eu entrei na AIESEC sim. Então, você tá sentado numa mesa com boliviano, peruano, venezuelano, chileno, você percebe claramente o que que eles tem de diferente.

Assim, na fala acima, apesar de não se tratar especificamente do contexto da universidade, vemos corroborado nosso entendimento de que o convívio é essencial para um refinamento de impressões que antes se davam em bloco, mostrando-se de forma totalmente generalizante.

Também Rosana ressalta a importância do convívio interpessoal em sua fala:

Eu vejo que a Argentina, também nessa questão de receber os brasileiros, também mudou, como agora tá indo muito mais gente, eles estão muito mais abertos, estão mais receptivos, então eu acho que assim a concepção do brasileiro muda também. Mas eu acho que isso é só com um tempo, é o fato de você ir e começar a conviver.

Na declaração acima, vemos Rosana enfatizar a importância do contato, do convívio, para combater preconceitos, estereótipos e desconhecimentos mútuos. Ela ressalta que, pelo fato de mais brasileiros estarem indo para a Argentina, os nacionais deste país ficam mais abertos e receptivos, o que influencia também no posicionamento dos brasileiros. Percebemos assim como tais relações estão imbricadas e se conformam mutuamente.

Abordando primeiramente as falas de participantes estrangeiros, observamos que vários sujeitos alegaram ter uma imagem bastante positiva do Brasil, como já dito em tópicos anteriores. No entanto, muitas vezes essa imagem, anterior à vinda para o país, se mostrava eivada de estereótipos, que eles mesmos em várias entrevistas admitiram haver reformulado quando chegaram.

Alguns falaram que a imagem disseminada do brasileiro no exterior coincidia, nas palavras de Guido, “*com a imagem do carioca*”. Também o peruano José se expressa nesse sentido: “*Bem, do Brasil, a ideia era mais do Rio de Janeiro, eu acho. Porque Brasília não é tão parecida com o resto do Brasil. Brasília é uma cidade mais tranquila. Mas antes, quando eu pensava, eu pensava no Rio de Janeiro: carnaval, festa toda hora...*”. Na sequência, José afirma que, após vir para o Brasil, “*Eu formei uma outra imagem, porque eu não conhecia o Brasil antes. Mas eu tô gostando sim*”.

A chilena María, tratando da imagem que outros chilenos têm do Brasil e de sua própria, diz:

Acho que tudo que é Brasil tá um pouco fechado em torno da imagem de esportes, praias... e há muito mais que isso, né? Do que é o Brasil e que nem todo mundo conhece. Porque o Brasil, pra muita gente lá é o lugar pra onde vão nas férias, praias bonitas. Pra outros é o carnaval, pra outros é esporte. Mas acho que, morando aqui, eu posso conhecer muito mais, a cultura brasileira e as pessoas que moram aqui, e inclusive, em Brasília, se pode conhecer pessoas de distintos lugares do Brasil, o que é interessante também.

Observamos, portanto, como o intercâmbio propicia um conhecimento melhor do outro país e, além disso, uma aproximação com pessoas de diferentes partes do Brasil. Além disso, é possível formar uma imagem mais real e menos estereotipada do outro país, ressaltando sua diversidade. É justamente isso que é abordado por Guido:

O pessoal da Argentina gosta do Brasil. Tem muita gente que viaja de férias para o Brasil, o sul do Brasil tá cheio de argentinos, tem aqueles que vão para o Rio, para o Nordeste também. Claro, eles vão pra lugares turísticos, paradisíacos, uma coisa é você vir aqui pra ver todas as caras do Brasil, tanto a parte bonita quanto a parte feia. Os problemas políticos, econômicos...

Guido mostra assim a diferença entre uma viagem turística, destinada apenas a lugares “*paradisíacos*”, e um deslocamento com o intuito de conhecer com mais atenção a realidade social e cultural do outro país, o que implica entrar em contato com “*a parte bonita*” e “*a parte feia*”.

Carmela, ao relatar suas primeiras semanas no Brasil e o contato estabelecido com os brasileiros, mostra como este contato permite uma troca de experiências e de conhecimentos sobre ambos os países:

Quando eu vim pra cá, eu me senti muito cômoda, porque eu tinha uns padrinhos de intercâmbio, (...) eles me receberam muito bem, então eu tive uma boa imagem das pessoas daqui. E depois, quando eu vim pra universidade, todo muito foi muito legal, muito amável. E depois, quando eu falei com eles sobre a Argentina, sobre Buenos Aires – porque muitos deles estiveram em janeiro em Buenos Aires, e eles acharam a cidade muito boa... eles gostaram muito das pessoas, da noite, das expressões culturais, do turismo, da comida...

Assim, podemos observar como o intercâmbio universitário é uma importante forma de fomentar a integração interpessoal. De modo semelhante, o equatoriano Diego também aborda o caráter bilateral do conhecimento mútuo, falando de sua interação com brasileiros. Ao mencionar amigas brasileiras que fez no Brasil, explicita a relação de troca estabelecida entre estudantes de diferentes nacionalidades:

Porque aí, por exemplo, eu tenho umas amigas, pessoas já mais cultas, que fica melhor pra mim, pra aprender o português. E elas também... eu apresentei os chilenos, então aí elas também começaram a aprender o espanhol, então já entendem um pouco também de espanhol. Então quando eu falo em espanhol, elas perguntam “como é isso?”, aí eu já explico e vai ficando mais fácil.

O relato de Diego mostra como o contato interpessoal permite a aproximação, tornando claro que diferenças como a língua não se configuram como uma barreira.

Carmela, tratando da relação entre brasileiros e nacionais de países hispano-americanos, diz: “*eu não acho que haja muita diferença*”. E usa o exemplo de sua atual experiência no Brasil para basear sua opinião, quando explica:

Eu acho que fazemos um bom grupo quando há pessoas que também são brasileiras, está tudo bem, não há nenhum problema, todo mundo dança, todo mundo come o que estamos comendo, todo mundo fala... (...) acredito que não exista uma diferença muito grande entre as pessoas brasileiras e as que falam espanhol na região.

Na manifestação acima, notamos a defesa de Carmela de que tais diferenças não são significativas, pois todos interagem e se divertem enquanto um grupo. Contudo, a participante ressalta que isso é algo que o âmbito da universidade permite, uma vez que coloca em contato pessoas que estão em uma situação semelhante. Para ela, talvez o estudante universitário “*não seja parecido com alguém que mora no interior, que tem outras ideias, que não tem ideia do que seja as relações internacionais e que tampouco se vai perguntar em toda a sua vida o que é isso*”. De fato, percebemos como a questão da viagem, do deslocar-se, é importante para o desenvolvimento de um sentimento de vinculação identitária (Fuss, García-Albacete & Rodríguez-Monter, 2004).

Por outro lado, sabemos também que diversos outros aspectos são igualmente relevantes, como a dimensão das trocas culturais por meio da mídia. No entanto, como vimos em nossa

fundamentação teórica, pelo menos no que concerne ao Brasil, há uma quase invisibilidade da América Latina no que é veiculado pela mídia, quando comparada a outras regiões como os EUA e a Europa (Barbosa, 2007).

Olhemos agora para as falas de alguns brasileiros, que se expressaram sobre a temática do convívio com outros latino-americanos. A esse respeito, Cris relata:

Ah, porque você pensa que “ah, estrangeiro”, você pensa que vai ter muita diferença, você acha que vai ser muito difícil lidar. Não sei se é por ser da América Latina, por ser muito próximo. É muito próximo e ao mesmo tempo muito distante, em alguns aspectos.

Nessa manifestação, vemos de maneira clara como o contato interpessoal possibilita a transformação de olhares, percepções e sentimentos. Na fala acima, vemos novamente a peculiaridade do significado de “estrangeiro”, que, para ele e alguns de nossos entrevistados, aparece como alguém radicalmente distinto de si mesmo. Observamos na declaração de Cris a mesma surpresa que já havíamos visto ser expressa por Caio – “*não vejo ele como um estrangeiro na forma de expulsá-lo daqui*” – quando percebe que há muito mais similaridade do que imaginava. Claro está que a existência de aspectos compartilhados não significa que não haja diferenças, o que também é relativizado pelo entrevistado. Percebemos, então, como o contato possibilita a emergência de um novo tipo de vínculo com aquele antes visto de forma abstrata como um “estrangeiro”.

Na fala abaixo, Cris aprofunda tal sensação, dando como exemplo as relações que tem estabelecido com intercambistas de diferentes países da América Latina na universidade.

Ah, é bem legal, porque na própria relação que eu tenho com a Nina, a Mercedes e a Rossana, que é a colombiana... é tão natural a interação, sabe? Tipo assim, no início você fica meio receoso, mas depois você começa a fazer piadinha, começa a falar... e elas entendem as piadas, elas riem do que você fala. Isso é bem legal.

O brasileiro Pablo, ao falar do contato que teve com uma peruana na universidade, revela como este possibilitou que ele aprofundasse seu conhecimento sobre o país de sua colega, rebatendo estereótipos oriundos da falta de conhecimento:

Eu não imaginava que existiam grandes centros urbanos no Peru, não tinha a menor ideia de que tinha isso. E tem, sabe? Tem umas cidades gigantescas. Lima lá é gigantesco, é uma megalópole. Aí foi isso, não sei, eu trouxe algumas noções de que... Eu comecei a perceber que o que a TV mostra pra gente – e de qualquer outro lugar, não só da América Latina – é uma coisa muito artificializada, muito...

Vemos, na declaração acima, o brasileiro Pablo trazer novamente o aspecto que salientamos referente à importância da mídia na formação de imagens e concepções (Barbosa,

2007). Uma vez que a mídia brasileira torna invisíveis os outros países da América Latina, é o convívio que permite a quebra de preconceitos e estereótipos, o estabelecimento de vínculos em bases concretas (Trindade, 2009a; Ricobom, 2010). Nesse sentido, Pablo relata mudanças de interesse despertadas por sua experiência de amizade com a colega peruana:

Me deu muito mais vontade de conhecer a América Latina. Eu tô com planos de, até o meio desse ano, fazer um mochilão pela Bolívia, Peru e Chile. Começar na Bolívia e terminar no Chile, em julho agora, nas férias. Se tudo der certo, eu vou fazer. E, mais do que isso, me deu uma visão maior de que tem todo um mundo lá fora, entendeu?

Por fim, alguns entrevistados se referiram especificamente ao espaço da universidade, ressaltando alguns aspectos que são próprios desta e como isso se relaciona com a integração no âmbito da América Latina. Nesse sentido, Guido fala:

Eu que tô aqui no âmbito mais acadêmico, que convivo com pessoas de certo conhecimento, né, vejo nesse âmbito que há muitos fóruns, congressos latino-americanos, em diversas áreas do conhecimento: tecnologia, ciências sociais, cultura, de artes...

Nessa fala, Guido parece se referir à universidade como um âmbito privilegiado para a integração, uma vez que há o convívio de pessoas de diversos campos do conhecimento dispostas a debater sobre suas áreas em uma arena coletiva. Diante do que falamos em capítulos anteriores, acerca da sobrevalorização do conhecimento advindo de países do Norte, em detrimento daqueles do Sul, percebemos a importância desses espaços para o intercâmbio científico (Andreola, 2007; Senhoras, 2006).

De forma semelhante se expressa Roberto, ao chamar a atenção para a universidade como espaço privilegiado para debater a América Latina e aproximar-se da cultura oriunda de diferentes partes da região. Nesse sentido, ele diz que “*se você fala das pessoas da América Latina, não é o mesmo se você fala com uma pessoa que tenha ido à universidade do que com uma pessoa que não ido à universidade, não é o mesmo, não?*”.

Tal fala se assemelha com a de Carmela que citamos acima. Entendemos essa manifestação de Roberto no sentido de que a universidade se mostra como um espaço propício para rever de maneira crítica estereótipos e preconceitos estabelecidos na sociedade de forma geral. Dentro do que estamos defendendo neste trabalho, entendemos que isso é possível no momento em que a universidade se configura como uma arena democrática, que não seja reprodutora de relações de poder estabelecidas (Ribeiro, 1982; Chauí, 2001).

O brasileiro Cris refere-se a esse potencial da universidade de modo semelhante, mas em uma perspectiva crítica: “*Então eu acho que isso ainda é muito pontual... A gente também fica muito na universidade, um espaço mais cultural, onde isso tá se afirmando mais*”. Tal declaração de Cris ressalta, por um lado, a universidade como um espaço privilegiado para a integração, mas,

por outro, reclama da falta de iniciativas semelhantes também em outros ambientes. Percebemos também que este critica o caráter muitas vezes isolado da universidade em relação ao contexto no qual se encontra. Como temos ressaltado, a universidade deve estar engajada com a transformação da realidade social na qual está inserida. Não basta propor a transformação de uma realidade interna, se não encontra vias de dialogar com o contexto cultural, social e político (Ribeiro, 1982).

Neste tópico, analisamos, portanto, a importância do contato e convívio interpessoais para combater preconceitos, transformar estereótipos, construir vínculos. Ao possibilitar tal encontro, a universidade mostra-se como um locus privilegiado de integração. Tal potencial revela-se também na construção de um conhecimento científico que não tome mais como referência única a produção oriunda dos grandes centros hegemônicos, mas que possa dialogar com estes em relação de igualdade. Contudo, para se mostrar realmente como um espaço de ressignificação, é necessário que esta universidade se configure como um ambiente democrático, não reproduzidor do *status quo*, bem como engajado com a transformação do contexto social e político no qual está inserido.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma pesquisa mostra-se como uma complexa trajetória que exige do pesquisador um esforço de dar sentido ao caminho percorrido. Nesse contexto, percebemos a importância de retomar aqui os principais pontos abordados por nós ao longo do percurso teórico-empírico e de que modo a análise das entrevistas realizadas nos permitiu dialogar com tal arcabouço teórico.

Vimos que a América Latina surgiu enquanto espaço simbólico muito tempo depois da conquista de seu território nos séculos XV e XVI. A conformação da região enquanto continente envolveu diversas contingências históricas, que procuramos retratar em nosso primeiro capítulo. Tratou-se de um processo no qual estiveram envolvidos diversos atores sociais, políticos, nacionais, institucionais e culturais.

A tentativa de entender o significado da América Latina ocupou pensadores ao longo dos séculos, e termos como caos, utopia e labirinto foram frequentemente utilizados. Da mesma forma, o pensamento sobre o ser latino-americano foi constante, ainda antes que este fosse assim denominado. Desse modo, esforços de significação foram realizados por intelectuais de diferentes áreas, desde a biologia até a literatura.

De forma semelhante, observamos, nas falas de nossos entrevistados, tentativas diversas de definir e compreender a América Latina, tentativas essas que sempre estiveram associadas ao universo simbólico do participante. Percebemos que a compreensão do que representava a América Latina era vivida e significada subjetivamente, a partir de conteúdos simbólicos e afetivos relacionados com o contexto histórico, social e cultural específico no qual estava inserido o participante.

Chamou a atenção a articulação dialética entre semelhanças e diferenças destacada por nossos sujeitos. Notamos que se, por um lado, a denominação América Latina parecia convidar à percepção de similaridades e convergências entre pessoas e países na região, por outro, os entrevistados ressaltavam que estes não eram uma massa homogênea, tendo o caráter híbrido como uma de suas características distintivas. Nesse sentido, destacamos em nossas entrevistas que convergências e divergências não são excludentes e que a ideia de América Latina apresentada por nossos participantes faz conviverem dialeticamente similaridades e distinções.

Em nossa fundamentação teórica, discorremos também sobre como o processo de conquista e posterior colonização na região se traduziu no encontro entre diferentes povos e culturas, entre os quais havia claras desigualdades nas relações de poder. Os povos nativos da região e aqueles trazidos para servirem como escravos foram subjugados e sua cultura taxada de inferior. As relações de poder desiguais estabelecidas levaram a que o caráter mestiço da população do continente fosse entendido como um distintivo de sua inferioridade. Vimos como os componentes negro e indígena de uma cultura híbrida foram colocados em um lugar de inferioridade e negados

por sua população. Tal influência nefasta foi arrastada pelos séculos e encontra ecos até a atualidade na constituição das culturas na região.

Tal caráter subjugado da cultura no continente foi não só imposto sobre o latino-americano, mas também muitas vezes introjetado por este. Assim, observaram-se esforços históricos no sentido de desvencilhar-se da associação com a América Latina e com a alcunha 'latino-americano'. Dessa forma, esta região esteve sempre em oposição à Europa e aos Estados Unidos ocupando um não lugar, como antimodernidade e subdesenvolvimento.

Olhando para o desenvolvimento das identidades nacionais no continente, observamos que estas se constituíram tendo como espelhos a Europa e os Estados Unidos, tidos como bastiões de modernidade e civilização. Ao longo de tal processo de constituição identitária, muitas vezes tentou-se ocultar o caráter híbrido da própria cultura, colocando os componentes negro e indígena sob um estereótipo que oscilava entre a inferioridade e o exotismo. Além disso, os países vizinhos no continente eram antes tidos como inimigos do que como parceiros.

No tocante a esses aspectos, percebemos, na análise das entrevistas, que a oposição entre a América Latina, por um lado, e a Europa e os Estados Unidos, por outro, foi assustadoramente frequente. Tanto direta quanto tangencialmente, essas regiões foram mencionadas como parâmetros de comparação constantes e, podemos dizer, como alteridades constitutivas das concepções de América Latina expressas pelos participantes. Notamos, assim, que estas regiões permanecem, há séculos, como os principais – ou talvez únicos – referenciais simbólicos para as pessoas no continente latino-americano. Dessa forma, ao abordarmos a temática em tela, o globo pareceu se resumir à existência da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, havendo uma clara subalternidade e inferioridade desta última região com relação às primeiras.

Observamos, ainda, ao analisar a fala dos participantes, seja uma introjeção e defesa velada da superioridade dessas regiões ou uma crítica a uma realidade cultural vivenciada pelos sujeitos em seus países que alçava tais a regiões a esse lugar. Assim, vimos reforçada a posição de bastiões do desenvolvimento e da modernidade trazida pela literatura. Os entrevistados não negaram a existência de diversas matrizes culturais interagindo de maneira dialética para conformar a riqueza cultural do continente. Contudo, observamos o reconhecimento, por parte de nossos entrevistados, de que há um desequilíbrio nas relações de poder e na valorização na cultura dos componentes ocidental, negro e indígena. Vários entrevistados revelaram uma internalização de um sistema simbólico em que pôde ser notada uma sobrevalorização dos Estados Unidos e Europa, ignorando outras referências culturais ou colocando-as no lugar de inferioridade.

Ademais, foi possível observar, na fala de nossos participantes, que a América Latina foi frequentemente associada a problemas de diferentes ordens: políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais. Tal similaridade apareceu como polo agregador da América Latina, significando-a por meio da falta e da negação: falta de desenvolvimento e não modernidade. Ao falar da

América Latina nesses termos, observamos que nossos entrevistados deixavam de vê-la como lugar de diversidade e passavam a vê-la como algo homogêneo e indiferenciado.

As dimensões tratadas acima foram essenciais para que pudéssemos entender de que modo poderia se configurar uma possível identidade latino-americana para nossos entrevistados. Para entender esta, era necessário compreender qual o lugar simbólico e subjetivo ocupado pela América Latina para nossos sujeitos, ou seja, quais eram os conteúdos simbólico-afetivos associados à ideia de América Latina expressa por eles.

Baseamo-nos na definição de identidade, que trouxemos em nossa fundamentação teórica, como o posicionamento subjetivo do ser humano diante de uma realidade histórica e social que o leva a sentir que compartilha conteúdos simbólico-afetivos com outros indivíduos, compondo assim um grupo ao qual há um sentimento de pertença. Assim, podemos dizer que vários entrevistados sentiram-se identitariamente vinculados à América Latina, uma vez que demonstravam e relatavam estar simbólica e afetivamente ligados a esta e sentiam-se pertencentes a esse território simbólico-geográfico.

Percebemos, além disso, que vários participantes abordaram-na enquanto um sentimento de estar vinculado, difícil de colocar em palavras. Assim, o momento da entrevista funcionou como uma situação na qual os entrevistados eram confrontados consigo próprios, subjetivando vínculos e posicionamentos. Tal observação foi ao encontro do que defendemos em nossa fundamentação teórica a respeito da identidade como um fenômeno flexível e dinâmico, nunca estático e dado *a priori*. Nesse sentido, observamos nossos sujeitos tecerem identificações naquele momento de fala, no qual a figura da entrevistadora funcionou com um convite ao posicionamento e ao olhar sobre si próprio.

Além disso, notamos a importância da triangulação no desenvolvimento da identidade, frequentemente mencionada na forma de *nós*, *vocês* e *eles*. Foi interessante notar a forma como os entrevistados buscavam se situar em uma dinâmica na qual diferentes identidades e alteridades conviviam, sempre aparecendo em relação, articuladas com outros atores. Nesse sentido, muitas vezes tal triangulação se mostrou de modo que o *nós* estava associado a uma identidade nacional ou local, o *vocês* a outros países da América Latina e o *eles* inevitavelmente aos Estados Unidos ou à Europa.

No entanto, claro está que não podemos generalizar a existência de uma identidade latino-americana, uma vez que alguns de nossos entrevistados declararam que tal sentimento de vinculação não fazia sentido para eles. Dessa forma, como já havíamos ressaltado em nossa fundamentação teórica, não é possível afirmar uma existência generalizada de um vínculo identitário, e isso pôde ser também constatado entre nossos participantes. Percebemos, portanto, como uma vinculação identitária mostra-se como um fenômeno pessoal, mas que se encontra articulado com o ambiente histórico, social, cultural, político e econômico no qual está inserido o

sujeito. Nesse sentido, cada sujeito mostra um posicionamento subjetivo próprio, que tampouco é fixo e perene.

Em nosso arcabouço teórico, buscamos também abordar a relação entre o Brasil e os países hispano-americanos. Ao retomar um percurso acerca dessa relação, vimos como afastamentos e distanciamentos devem ser entendidos dentro de um contexto histórico e político, no qual estavam engajados diferentes atores, frequentemente propondo e defendendo posições distintas, movimentos que muitas vezes ocorriam à revelia das populações desses países.

No tocante a esse tema, pudemos notar, pelas manifestações de nossos entrevistados, que há sim uma diferenciação entre os países hispano-americanos, por um lado, e o Brasil, por outro. No entanto, devemos destacar também a observação de que, para os nacionais de países hispano-americanos, a diferenciação entre esses países mostrou-se também constituinte de uma identidade própria. Dentro desse quadro, no que se refere aos diferentes idiomas – português e espanhol – vimos que isto não foi considerado como um impedimento à aproximação, desde que houvesse uma vontade de se fazer entender. Além disso, devemos destacar nossa percepção de que tal distanciamento entre o Brasil e países hispano-americanos na América Latina foi ressaltado, tanto por brasileiros, quanto por estrangeiros, como um movimento que partia muito mais do Brasil e dos brasileiros do que uma exclusão destes pelos vizinhos de língua espanhola.

No que diz respeito à integração, ouvimos o relato de diversos estudantes de que percebiam uma maior aproximação entre os países e as pessoas na América Latina nos últimos anos. No entanto, foi criticado que as esferas de integração priorizadas têm sido, sobretudo, a econômica e comercial, sendo necessários mais esforços no sentido de uma integração também cultural, que encontre ressonância em nível intersubjetivo. De fato, buscamos destacar neste estudo que, enquanto a integração depender apenas da vontade política, permanecerá um projeto inconstante, descontínuo.

Em nosso trabalho, destacamos o espaço da universidade como lócus privilegiado de uma integração que se pretenda autêntica e de longo prazo. Ao se encontrarem neste espaço, os estudantes têm a possibilidade de criar vínculos pessoais e combater o desconhecimento mútuo entre pessoas de diferentes países que, historicamente, privilegiaram a Europa e os Estados Unidos como referências culturais, em detrimento das nações vizinhas.

De fato, em nossas entrevistas com pessoas de outras nacionalidades que não a brasileira, pudemos notar o relato de que estar no espaço universitário possibilitou o estabelecimento de vínculos entre pessoas de diferentes partes da América Latina. Além disso, destacou-se o relato de vários participantes da percepção do compartilhamento de conteúdos simbólicos com outras pessoas da região, o que muitas vezes foi relatado como uma surpresa. Isso também pôde ser percebido no relato de brasileiros, que salientaram o fato de que conhecer pessoas de diferentes partes da América Latina permitia a desconstrução de estereótipos, frutos da falta de conhecimento.

Diante desse quadro, queremos destacar, neste trabalho, a ideia de uma identidade latino-americana enquanto projeto, um horizonte que, para ser fortalecido, precisa de ações e esforços em diferentes níveis. Ressaltamos a importância de fortalecer os vínculos entre as populações dos diferentes países da América Latina, uma vez que estas estiveram historicamente voltadas para outras regiões, em relação às quais guardavam um lugar de inferioridade.

Como ressaltado por alguns entrevistados, gostaríamos de salientar nosso entendimento de que é necessário reinventar a identidade latino-americana, reconhecendo de forma igualitária a diversidade cultural que a compõe, sem privilegiar algumas dimensões em detrimento de outras. Ressignificar tal identidade pressupõe, portanto, deslocá-la nas tradicionais relações de poder, estabelecidas desde a época colonial e ao longo dos últimos séculos. Os sujeitos latino-americanos devem se apropriar de sua identidade, ressignificando as relações de alteridade que a compõe, deixando de lado identidades reificadas no lugar da falta para alçá-las à fluidez e flexibilidade próprias das identificações.

Foi esse movimento de deslocamento e afirmação que observamos expresso por alguns participantes, quando estes enfatizaram um sentimento de orgulho por serem latino-americanos e uma necessidade de ressignificar sua história. Além disso, tal ressignificação possibilita igualmente o estabelecimento de novos projetos para o futuro, no sentido de fomentar uma maior solidariedade entre suas populações e seus países, um maior intercâmbio de culturas e uma valorização de sua diversidade.

Olhando, por fim, para o ambiente específico no qual realizamos nossa pesquisa – a universidade e, mais especificamente, a Universidade de Brasília – percebemos a importância de que este espaço seja democrático, de modo a não reproduzir privilégios e relações de poder históricas. Pensar este espaço como utopia significa rever constantemente formas de torná-lo cada vez mais engajado com a realidade social local, nacional e regional que o cerca, nunca um ambiente fechado, dirigido apenas a uma elite, reproduzidor do *status quo*. A universidade, enquanto arena coletiva e democrática de encontro, mostra-se como lócus privilegiado para uma integração latino-americana autêntica, que se funde no estabelecimento de vínculos interpessoais. No entanto, outros espaços devem também ser pensados nos mesmos moldes para fomentar uma integração entre as pessoas e não apenas nas esferas comerciais e econômicas.

Diante desse quadro, esperamos ter contribuído para pensar a integração na América Latina e a necessidade de ressignificar a identidade latino-americana. Acreditamos que refletir sobre o fenômeno de um vínculo identitário a essa região a partir da Psicologia representou uma inovação tanto para a área de estudos latino-americanos, quanto para a própria Psicologia, que pouco se dedica ao tema. Ressaltamos assim a necessidade de um olhar sobre a região a partir não só de aspectos sociais, políticos e econômicos, mas também subjetivos, entendendo estes dialeticamente relacionados àqueles. Dessa forma, a metodologia qualitativa utilizada, que busca dar voz ao

sujeito participante da pesquisa, mostra-se como uma importante contribuição à área de estudos latino-americanos.

Reforçamos a necessidade de novas pesquisas sobre tal vinculação identitária que se fundamentem em uma metodologia qualitativa. Nesse contexto, é importante investigar, em outras regiões do Brasil e em outros países da América Latina, a importância da universidade para o fortalecimento da identidade latino-americana, bem como o estabelecimento de vínculos identitários à região em diferentes espaços que não a universidade. Além disso, deve-se pesquisar, mais a fundo, em que medida e de que modo iniciativas de integração contribuem para a criação de laços intersubjetivos entre as populações dos diferentes países da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida-Filho, N. (2012). *Rankings, Vikings, Masters & Colleges: dilemas da universidade brasileira no contexto da internacionalização*. Em J. L. Villar & R. Castioni (Orgs.), *Diálogos entre Anísio e Darcy: O projeto da UnB e a educação brasileira* (pp. 83-110). Brasília: Verbena Editora.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrade, O. (1957). *A marcha das utopias*. São Paulo: Cadernos de Cultura.
- Andreola, B. A. (2007). A universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre. *Cadernos de Educação*, 29, 45-72.
- Ardao, A. (1980). *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos.
- Barbosa, A. (2007). A solidão da América Latina na grande imprensa. *Cenários da Comunicação*, 6(1), 21-29.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *Vidas para consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beck, U. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Beserra, B. (2005). *Brasileiros nos Estados Unidos – Hollywood e outros sonhos*. Fortaleza/São Paulo/Santa Cruz: UFC/UNISC/HUCITEC.
- Beyhaut, G. (1994). Dimensão cultural da integração na América Latina. *Estudos Avançados*, 8(20), 183-198.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicología para América Latina*, 1. Disponível em http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em 29/08/2012.
- Brasil (2005). Lei n. 11.161. *Dispõe sobre o ensino da língua espanhola*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm Acesso em 15/11/2012.
- Brasil (2009). Decreto 6925. *Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm Acesso em 13/08/2012.
- Bruit, H. H. (2000). A invenção da América Latina. Em ANPHLAC (Org.), *Anais do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte: ANPHLAC.
- Bueno, C. & Cervo, A. L. (2008). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB.
- Canclini, N. G. (1995). *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Canclini, N. G. (2008a). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- Canclini, N. G. (2008b). *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- Cardoso de Oliveira, R. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira.

- Cardoso, F. H. & Faletto, E. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Record.
- Carvalho, J. M. (2006). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cassab, L. A. (2004). Subjetividade e pesquisa: expressão de uma identidade. *Katálisis*, 7(2), 181-191.
- Castro-Gómez, S. (2000). Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". Em E. Lander (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp. 169-186). Buenos Aires: CLACSO.
- Chagas, J. C. (2010). *Psicologia escolar e gestão democrática: uma proposta de atuação em escolas públicas de Educação Infantil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (1994). *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Naciones Unidas.
- CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2007). *Cohesión social: inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe*. Naciones Unidas.
- Ciampa, A. C. (1983). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Deschamps, J.-C. & Moliner, P. (2009). *A identidade em Psicologia Social*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Díaz-Genis, A. (2004). *La construcción de la identidad en América Latina*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.
- Donghi, T. H. (1975). *História da América Latina*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Duarte, N. (2000). *Vygotsky e o Aprender a aprender*. Campinas: Ed. Autores Associados.
- Dussel, E. (1994). 1492. *El encubrimiento del Otro. Hacia el origen del "mito de la Modernidad"*. La Paz, Bolivia: Plural editores.
- Dussel, E. (2000). Europa, modernidad y eurocentrismo. Em LANDER, E. (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas* (pp. 53-79). Buenos Aires: Clacso.
- Escobar, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana.
- Espejo, M. (2000). La recurrencia de las esferas o los espejismos de América Latina y Occidente. *Colección Pedagógica Universitaria*, 32-33. Disponível em http://www.uv.mx/iie/Coleccion/N_32_33/La_recurrencia.html Acesso em 07/10/2011.
- Fausto, B. (2008). *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Fávero, M. L. A. (2004). A suposta outorga do título de doutor honoris causa ao rei da Bélgica e a criação da Universidade do Rio de Janeiro. *Educação Brasileira*, 26(53), 81-103.
- Feres Jr., J. (2005). *História do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC.
- Ferreira, M. R. (2009). Inventamos ou erramos: Sobre a necessidade de combater o colonialismo cultural e promover uma Psicologia brasileira. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 255-275). São Paulo: Ed. Cortez.
- Freitas Neto, J. A. (2011). A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. *Ensino Superior Unicamp*, 3, 62-73.
- Fuss, D.; García-Albacete, G. M.; Rodríguez-Monter, M. (2004). The Role of Language Skills and Foreign Country Experiences in the Development of European Identity. Results from a Cross-cultural Youth Research Project. *Sociología*, 36(3), 273-292.
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: L&PM Editores.

- Galvão, T. G. (2009). América do Sul: Construção pela reinvenção (2000-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52 (2), 63-80.
- Gomes, R. A. (2007). Com que direito: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda - Valladolid, 1550 e 1551. *Revista do Tribunal Federal Regional da 1ª Região*, 1, 77-125.
- González-Rey, F. (1997). *Epistemología Cualitativa y Subjetividad*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.
- González-Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.
- González-Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González-Rey, F. (2011). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hobsbawm, E. J. (2009). *A era das revoluções. 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. (2008). *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J.; Ranger, T. (Orgs.). (1997). *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Holanda, S. B. (1997). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1936).
- Holanda, S. B. (2000). *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1959).
- Ianni, O. (2002). *Enigmas do pensamento latino-americano*. São Paulo: IEA/USP.
- Jacques, M. G. C (2001). Identidade. Em M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea* (pp. 157-167). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Kastoryano, R. (2005). *Quelle identité pour l'Europe?* Paris: Presses de Sciences Po.
- Lacassagne, M.-F. & Castel, P. (2007). Dynamique de l'identité européenne, *Les cahiers psychologie politique*, 10. Disponível em <http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=925> Acesso em 25/03/2012.
- Lopes, J. R. (2002). Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 14(1), 7-27.
- Love, J. (1996). Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. Em L. Bethel (Org.), *Ideas and ideologies in twentieth century Latin America* (pp. 232-257). Cambridge: University Press.
- Madeira, M. A & Veloso, M. (1999). *Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mailhiot, G. B. (1981). *Dinâmica e gênese dos grupos*. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades.
- Martí, J. (2011) *Nuestra América*. Brasília: Editora da UnB. (Trabalho original publicado em 1891).
- Martin-Baró, I. (2009). Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. Em R. S. L. Guzzo & Lacerda Jr., F. (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina* (pp. 199-219). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Mattos, P. (2004). O reconhecimento, entre a justiça e a alteridade. *Lua Nova*, 63, 143-161.
- Mendonça, A. W. P. C. (2000). A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 131-150.

- MEC, Ministério da Educação (2012). *Marca*. Brasília: Portal do MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530%26id=12276%26option=com_content%26view=article Acesso em 09/08/2012.
- MEC, Ministério da Educação (2012). *PEC-G*. Brasília: Portal do MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530%26id=12276%26option=com_content%26view=article Acesso em 09/08/2012.
- Miglievitch-Ribeiro, A. (2012). Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Em J. L. Villar e R. Castioni. (Orgs.), *Diálogos entre Anísio e Darcy: O projeto da UnB e a educação brasileira* (pp. 27-59). Brasília: Verbena Editora.
- Mignolo, W. D. (2000). La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. Em E. Lander (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp; 79-106). Buenos Aires: CLACSO.
- Mignolo, W. D. (2005). *The idea of Latin America*. New York: John Wiley and Sons.
- Miranda, J. I. (2007). Pertenencia e Integración. *Integrar*, 45, 1-12.
- Mires, F. (2006). Los diez peligros de la democracia en América Latina. *Cuadernos del Centes*, 23(61), 1-38.
- Molon, S. I. (2003). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes.
- Morosini, M. C. (1998). Universidade e integração no MERCOSUL. Em M. C. Morosini (Org.), *Universidade e integração no MERCOSUL: condicionantes e desafios* (pp. 257-276). São Paulo: Cortez.
- Neves, C. E. B.; Morosini, M. C. (1995). Cooperação Universitária no MERCOSUL. *Em aberto*, 68, 16-35.
- Oliveira, L. F. & Candau, V. M. (2010). Pedagogia decolonial educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, 26(1), 15-40.
- Paula, A. E. K. (2009). *A integração social no MERCOSUL: as políticas de educação em saúde no Brasil e na Argentina (1991 – 2006)*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Paulino, S. R. & Meneghel, S. M. (2000). Cooperação universitária no MERCOSUL - a AUGM no Brasil. *Avaliação*, 05(04), 55-68.
- Pedroza, R. L. S. (2003). *A psicologia na formação do professor: uma pesquisa sobre o desenvolvimento pessoal de professores do ensino fundamental*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Pereira, E. M. A. (2008). Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da reforma da Córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira. *Políticas Educativas*, 2(1), 54-75.
- Pôrto Jr., F. G. R. (2001). A Universidade do Distrito Federal (UDF): Um retrospecto. Em G. Pôrto Jr. (Org.), *Anísio Teixeira e o Ensino Superior* (pp. 179-204). Brasília: Bárbara Bela.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em E. Lander, (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas* (pp. 153-189). Buenos Aires: Clacso.
- Reichel, H. J. (2007). A identidade latino-americana na visão de intelectuais da década de 1960. *Estudos Ibero-Americanos*, 33(2), 116-133.
- Retamar, F. R. (1971). *Calibán: apuntes sobre la cultura em nuestra América*. México: Diogenes.
- Ribeiro, D. (1961). Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 36(83), 161-230.
- Ribeiro, D. (1982). *A Universidade necessária*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Ricobom, G. (2010). A integração latino-americana e o diálogo intercultural: novas perspectivas a partir da universidade. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba*, 12(1), 351-362.

- Rodó, J. E. (2006). *Ariel*. Madrid: Mestas Ediciones.
- Rosa, L. O. B. (2008). *Cooperação Acadêmica Internacional: um estudo da atuação da CAPES*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Rosales, J. (2002). La mascara y el rostro de nuestra identidad [versão eletrônica]. *ALAI. América Latina en Movimiento*.
- Rossato, E. R. (2004). A nacionalização e a regionalização na formação da identidade latino-americana. *Revista REPPILA*, 1(2). Disponível em <http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppila/edicao01-2004/2004%20artigo%202.pdf> Acesso em 13/06/2012.
- Santiago, S. (2006). *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Santos, L. C. V. G. (2005). A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48(2), 185-204.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. S. (2010). *Refundación del estado en América Latina*. Sucre: Relaju.
- Santos, B. S. (2003). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Sarmiento, D. (2010). *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1845).
- Schneider, J. (2004). Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. *Mana*, 10(1), 97-129.
- Schwartz, J. (1993). Abaixo Tordesilhas! *Estudos Avançados*, 7(17), 185-200.
- Segrera, F. (2000). Abrir, impensar, y redimensionar las ciencias sociales en América Latina y el Caribe. ¿Es posible una ciencia social no eurocéntrica en nuestra región?. Em E. Lander (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp. 234-265). Buenos Aires: CLACSO.
- Senhoras, E. M. (2006). O papel da internacionalização das universidades e a projeção da cooperação internacional do MERCOSUL. Em III Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina (Org.), *Anais do III Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina*. Campinas: Unicamp.
- Siepierski, C. T. (2003). A invenção da semelhança. *Datavenia*, 1(2). Disponível em http://www.belasartes.br/data_venia/data_venia_2.htm#especificidade Acesso em 23/07/2012.
- Silva, F. G. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psic. da Ed.* 28, 169-195.
- Tavolaro, S. B. F. (2009). América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, 18, 85-118.
- Trindade, H. H. C. (2009a). *A UNILA em Construção: um projeto universitário para a América Latina*. Foz do Iguaçu: IMEA.
- Trindade, H. H. C. (2009b). UNILA: Universidade para a Integração Latino-Americana. *Educación Superior y Sociedad*, 14(1), 147-153.
- Valada, R. (2006). *Uma Visão da Europa. Em busca de uma identidade*. Lisboa: Graal Editores.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).
- Vygotsky, L. S. (2000). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor. Volume III. (Trabalho original publicado em 1931).
- Vygotsky, L. S. (2001). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor. Volume II. (Trabalho original publicado em 1931).

- Vygotsky, L. S. (2010). *La signification historique de la crise en psychologie: recherche méthodologique*. Paris: La Dispute. (Trabalho original publicado em 1926).
- Wozniak-Giménez, A. B. (2011). Representações e utopias políticas para o continente latino-americano em Mercedes Sosa. Em Simpósio Nacional de História (Org.), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH.
- Xavier, L. N. (2001). Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e a Universidade de Brasília. In: G. Pôrto Jr. (Org.). *Anísio Teixeira e o Ensino Superior*. Brasília: Bárbara Bela.
- Zea, L. (1976). *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética – Instituto de Ciências Humanas/UnB



Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Universitário Darcy Ribeiro

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO A PARTIR DA PSICOLOGIA

Pesquisador(a) responsável: CÂNDIDA ALVES

Número do projeto: 03-11/2012

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado "INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO A PARTIR DA PSICOLOGIA".

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra "d" e IX.2 letra "c" da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 06 de março de 2012.

Debora Diniz
Coordenadora Geral – CEP/IH

ANEXO 2 – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Integração e identidade na América Latina: um estudo a partir da Psicologia”, de minha responsabilidade – mestrande Cândida Beatriz Alves (matrícula 11/0081269), sob orientação da Profa. Dra. Regina Lúcia Sucupira Pedroza, professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é entender como latino-americanos sentem e entendem a América Latina. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado em nenhum lugar da pesquisa ou da dissertação dela resultante, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas e fitas de gravação, ficarão sob a minha guarda.

A presente pesquisa será realizada por meio de entrevistas individuais e grupo focal, a serem gravados em áudio. É para estes procedimentos que você está sendo convidado(a) a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e você poderá ter acesso a todos resultados e conclusões dela derivados.

A participação nessa pesquisa é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício direto ao participante. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone ou pelo e-mail candida.alves@gmail.com. Coloco-me também à disposição para lhe apresentar, quando concluída, a dissertação fruto da presente pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. Mais informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!

Assinatura do(a) participante
Brasília, ___ de _____ de _____

Assinatura da pesquisadora

ANEXO 3 – Roteiro para entrevista semiestruturada com estrangeiros

1. Por que você veio estudar aqui?
2. Como você se sente no Brasil?
3. Antes de vir pra cá, como você via o Brasil? E agora, como você o vê?
4. O que lhe vem à cabeça quando eu falo em América Latina?
5. O que você acha que os países da América Latina têm em comum? E o que as pessoas têm em comum?
6. O que você acha que os países da América Latina têm de diferente? E as pessoas?
7. Você se sente latino-americano? Por quê?
8. Na sua opinião, pode-se falar em uma identidade latino-americana? Por quê?

ANEXO 4 – Roteiro para entrevista semiestruturada com brasileiros

1. O que você conhece de outros países da América Latina?
2. Alguma coisa mudou depois que você passou a conviver com um colega de outro país da América Latina?
3. O que lhe vem à cabeça quando eu falo em América Latina?
4. O que você acha que os países da América Latina têm em comum? E o que as pessoas têm em comum?
5. O que você acha que os países da América Latina têm de diferente? E as pessoas?
6. Você se sente latino-americano? Por quê?
7. Na sua opinião, pode-se falar em uma identidade latino-americana? Por quê?